

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
PLANO DE DISCIPLINA**

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DISCIPLINA: 15090-04 FILOSOFIA E ÉTICA GERAL

CRÉDITOS: 04

CARGA HORÁRIA: 60h

ANO/SEMESTRE: 2010/2

2 EMENTA

Problemas e conceitos filosóficos relacionados à moralidade e ao exercício da cidadania. Introdução aos principais temas e problemas de ética presentes na história da Filosofia. Reflexão filosófica sobre o ideal democrático, a cidadania e os direitos humanos.

3 OBJETIVOS

Compreender a dimensão ética do agir humano, partindo da reflexão crítica e de fundamentos filosóficos.
Refletir sobre as implicações éticas na ciência, na sociedade, no meio ambiente e na preservação da vida humana.

4 CONTEÚDO

1. ÉTICA E FILOSOFIA

- 1.1. O homem, um ser de cultura
- 1.2. O desenvolvimento da ciência humana
- 1.3. Ética e Técnica

2. FUNDAMENTAÇÃO DA ÉTICA

- 2.1. O homem como fundamento da ética
- 2.2. Diferença entre Ética e Moral
- 2.3. A responsabilidade moral

3. TEMAS DE ÉTICA ESPECIAL

- 3.1. Ética e comunicação
- 3.2. Ética e Economia
- 3.3. Ética e política
- 3.4. Ética e qualidade de vida
- 3.5. Ética e meio ambiente

4. Questões de ética aplicada

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As atividades de aula constarão de exposição e problematização de temas por parte do professor e alunos, leitura e interpretação de textos previamente escolhidos, produção de textos em pequenos grupos sobre temas tratados nos respectivos interpretados.

6 RECURSOS

- 1. Textos
- 2. Vídeos e Data show

7 PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação terá por base os objetivos propostos e será efetuada através de duas provas e por um textos produzidos pelos grupos e apresentado em forma de seminário.



PUCRS

ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

8 BIBLIOGRAFIA

8.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NAGEL, Thomas. *Uma breve introdução à filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
RACHELS, J. *Os Elementos de Filosofia Moral*. Barueri: Manole, 2006.
SINGER, P. *Ética Prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

8.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: EDIPRO, 2002.
MAGEE, Bryan. *História da filosofia*. São Paulo: Loyola, 1999.
PLATÃO. *A República*. Lisboa: FCG, 1993.
RABUSKE, E. A. *Antropologia filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2003.
VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.



PUCRS

ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
PLANO DE DISCIPLINA**

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DISCIPLINA: 1514K-02 SOCIOLOGIA GERAL

CRÉDITOS: 02

CARGA HORÁRIA: 30h

ANO/SEMESTRE: 2010/2

2 EMENTA

Matrizes teóricas clássicas e contemporâneas da Sociologia. A estrutura social e seus componentes históricos. Mudanças nas sociedades contemporâneas: o processo de globalização e seus impactos sobre as organizações públicas e privadas e o mundo do trabalho. Instituições sociais, movimentos sociais e movimentos populares no contexto da nova tríade do capitalismo. Diversidade cultural, princípios de produção cultural e cultura crítica.

3 OBJETIVOS

Identificar os modelos de construção do Universo Simbólico bem como as concepções de sociedade advindas do imaginário social.
Verificar as estratégias do capitalismo, a partir da mudança de sua tríade de sustentação, bem como os efeitos produzidos na sociedade mundial.
Analisar os princípios da produção cultural e as manifestações dessa produção no fazer histórico.
Analisar os processos que desencadeiam modalidades alternativas de organização da sociedade.

4 CONTEÚDO

Introdução à concepção de sociedade: a produção do Universo Simbólico
A Sociologia e as concepções de sociedade: a visão orgânica, a visão racional e a visão crítica
As estratégias do capitalismo: as mudanças na tríade de sustentação (Estado-nação/Globalização; Estado máximo/Estado mínimo; Modelo taylorista-fordista/modelo de reestruturação produtiva).
As alterações no final do século XX: a modernidade e a pós-modernidade.
O papel das Instituições sociais
A diversidade cultural e a produção do fazer histórico: princípios de produção da cultura e cultura crítica.
As alternativas de organização da sociedade: os movimentos sociais e os movimentos populares.

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As aulas serão expositiva-dialogadas contando, também, com outras técnicas de aprendizagem tais como exposição de ideias, debates, etc.

6 RECURSOS

Quadro branco, multimídia, textos, cartão impacto, etc.

7 PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

As atividades do semestre serão avaliadas mediante a realização de duas provas com valor de dez (10,0) pontos cada uma. As provas poderão apresentar as seguintes modalidades: prova totalmente objetiva, prova mesclada (em parte objetiva e em parte dissertativa) ou totalmente dissertativa. Os critérios para a avaliação dissertativa, além



Lucas A.
**ESCOLA DE
DIREITO**

dos referentes ao conteúdo dos textos, serão: coerência e consistência de argumentação; atenção ao tema proposto e originalidade na elaboração e realização da atividade.

8 BIBLIOGRAFIA

8.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Sílvia Maria. *Pensar o social ontem e hoje*. São Paulo: Contexto, 2009.

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo: Cortez, 2000.

SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós neoliberalismo II: que Estado para que Democracia*. Petrópolis: Vozes, 1999 (texto: Os Novos Levatãs e a pólis democrática).

8.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999 (texto: O Toyotismo e as novas formas de acumulação de capital).

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

PETERSEN, Áurea et al. *Ciência Política - textos introdutórios*. Porto Alegre: Mundo Jovem, 1988 (texto: O Estado).

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O sistema de Yalta como condicionante da política internacional do Brasil e dos países do Terceiro Mundo. *Revista Brasileira Política Int.* 40(1):5-17 [1997].

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001 (texto: A verdade como ópio: a racionalidade e a racionalização).

8.3 OUTRA BIBLIOGRAFIA

WACQUANT, Lóic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WOOD, Ellen Meiksins. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 (texto: Do capitalismo agrário ao capitalismo industrial: esboço sucinto).



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Metodologia da Pesquisa Jurídica**
CARGA HORÁRIA: **30 horas**
CODICRED: **24150-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Apresentação da pesquisa como atividade universitária indissociável do ensino e da extensão. Apresentação do ambiente acadêmico como instância de aprendizagem e produção do conhecimento. Apresentação e desenvolvimento de técnicas de estudo, coleta e sistematização de informações na Ciência Jurídica. Apresentação da estrutura metodológica do planejamento e execução do trabalho científico. Capacitação dos alunos no uso produtivo e responsável dos recursos eletrônicos como fonte de pesquisa. Instrumentalização da redação científica metodologicamente correta, com ênfase no respeito das normas técnicas de citação como meio de respeito aos direitos autorais.

II. OBJETIVOS: Criar condições de aprendizagem do planejamento e controle do desenvolvimento da produção acadêmica, a fim de estimular a autonomia intelectual. Apresentar a pesquisa como atividade universitária imprescindível para a aprendizagem e produção de novos conhecimentos. Preparar o aluno na compreensão dos diferentes tipos de pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa científica na Graduação, seja na Iniciação Científica, no Trabalho de Conclusão de Curso e nos trabalhos acadêmicos solicitados em diversas disciplinas ao longo do curso. Instrumentalizar o aluno na atividade de redação de trabalhos acadêmicos com respeito aos direitos autorais e normas técnicas de citação.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Apresentação do espaço acadêmico.

1.1. Biblioteca. 1.2. LAPREN; 1.3. LEPNEE; 1.4. CAP; 1.5. Secretaria do TCC; 1.6. Laboratórios de informática; 1.7. Sala de estudos. 1.8. Centro de pesquisa; 1.9. Ambiente do pós-graduação.

2. Direito como objeto científico

2.1 Teorias sobre conhecimento. 2.2. Tipos de conhecimentos. 2.3 Questões epistemológicas. 2.3.1 Ciências Naturais, Exatas e Sociais. 2.3.2 Ciência Pura e Ciência Aplicada. 2.3.3 Ciência do Direito.

3. Pesquisa como Atividade Universitária.

3.1 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão: Art. 207 da Constituição Federal. 3.2 Principais tipos de pesquisa universitária. 3.2.1 Iniciação científica. 3.2.2 Trabalhos de conclusão de cursos acadêmicos de Graduação e Pós-Graduação: monografia; dissertação e tese. 3.2.3 Demais trabalhos acadêmicos de pesquisa exigidos em disciplinas. 3.3 Instituições de fomento à pesquisa. 3.3.1 CAPES; 3.3.2 CNPq; 3.3.3 FAPERGS; 3.3.4 PUCRS.

4. O Percorso da Pesquisa Científica.

4.1 Projeto de pesquisa: estrutura básica. 4.2 Métodos de pesquisa jurídica. 4.3 Técnicas de pesquisa jurídica.

5. Capacitação do Uso de Recursos da Biblioteca e da Internet.

5.1 Capacitação geral no uso da Biblioteca: demonstração de acesso ao catálogo e website da Biblioteca Central da PUCRS. 5.2 Capacitação do uso de recursos eletrônicos: Pesquisa Múltipla; Bases de dados; Periódicos eletrônicos; Teses/dissertações e livros eletrônicos (e-books); Portal Capes. 5.3 Capacitação do uso das normas técnicas: padronização de trabalhos acadêmicos com base na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).





CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Metodologia da Pesquisa Jurídica**
CARGA HORÁRIA: **30 horas**
CODICRED: **24150-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BOAVENTURA, Edvaldo M.. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2009.160 p
Código Biblioteca Central PUCRS: 001.42 B662m.
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 20. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.174 p.
Cód. Biblioteca Central da PUCRS: 808.02 E19ck.
LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. 6. ed.rev. atual. ampl. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2004.574 p.

COMPLEMENTAR

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2001.
GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 175 p.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 312 p.
SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 13. ed. Porto: Afrontamento, 2002.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Teoria Geral do Direito**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24153-04**

VIGÊNCIA: **DE 2010 a 2014/2**

I. EMENTA: O fundamento do direito. Ordenamento jurídico; composição e estrutura. Conceitos jurídicos fundamentais.

II. OBJETIVOS: Aproximar os alunos do horizonte específico do Direito, proporcionando-lhes informações fundamentais sobre o fenômeno jurídico. Estimular e orientar o aluno para o que é o Direito, como se constitui, aparece e se realiza na vida humana. Despertar os alunos para a percepção dos valores componentes do Direito. Analisar o conceito de Direito, considerando os conceitos básicos do pensamento jurídico.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1: O fundamento do Direito: Perspectiva histórica.

- 1 Perspectiva clássica: jusnaturalismo.
 - 1.1 Prudência e jurisprudência.
 - 1.2 As famílias do Direito.
- 2 Perspectiva moderna: juspositivismo.
 - 2.1 A sistematização do Direito.
 - 2.1.1 O jusracionalismo.
 - 2.1.2 A codificação.
 - 2.2 A teoria pura do Direito.
- 3 Perspectiva contemporânea: pós-juspositivismo.
 - 3.1 A crise do juspositivismo.
 - 3.2 Alternativas ao juspositivismo.
 - 3.2.1 O Direito como instrumento de decisão.
 - 3.2.2 A reaproximação entre Direito e valores.

UNIDADE 2: O ordenamento jurídico.

- 1 A composição do ordenamento jurídico.
 - 1.1 Espécies de normas jurídicas.
 - 1.2 Vigência, validade e eficácia das normas jurídicas.
 - 1.3 Direito intertemporal (Lei de Introdução ao Código Civil).
- 2 Estrutura do ordenamento jurídico.
 - 2.1 Sistema fechado.
 - 2.2 Sistema aberto.

UNIDADE 3: O ordenamento jurídico e as relações fundamentais.

- 1 Relação jurídica.
- 2 Direito objetivo e direito subjetivo.
- 3 Direito público, direito privado e constitucionalização do Direito.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. Brasília: UnB, 1999.
FERRAZ JR. Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas, 2008.
MONTORO, André Franco. *Introdução à Ciência do Direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

COMPLEMENTAR

ASCENSÃO, José de Oliveira. *Introdução à ciência do Direito*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.



ESCOLA DE
DIREITO

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Teoria Geral do Direito**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24153-04**

VIGÊNCIA: **DE 2010 a 2014/2**

BARZOTTO, Luis Fernando. *O positivismo jurídico contemporâneo: uma introdução a Kelsen, Ross e Hart*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
ENGLISH, Karl. *Introdução ao Pensamento Jurídico*. Lisboa: Calouste Gulbenkian Foundation, 2004.
REALE, Miguel. *Lições Preliminares de Direito*. São Paulo: Saraiva, 2003.
VENOSA, Sílvio de Salvo. *Introdução ao estudo do Direito: primeiras linhas*. São Paulo: Atlas, 2008.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Ciência Política: Estado e Constituição**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24154-04**

VIGÊNCIA: **DE 2010 a 2014/2**

I. EMENTA: Estudo da Política como o setor da atividade humana que guia a sociedade, convertendo preferências individuais em decisões coletivas, através do Poder. Noção, objeto e método da Teoria do Estado e da Constituição.

II. OBJETIVOS: Capacitar o aluno a compreender e relacionar, sob a perspectiva da política, o Estado e a Constituição, a partir de uma abordagem histórica e das ciências sociais.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Ciência política e teoria do Estado.

- 1.1 Conceito, objeto, método e relações com demais ciências sociais.
- 1.2 O que é política?
- 1.3 O que é poder?
- 1.4 Sociedade, corpo político, nação e Estado.
- 1.5 Conceito de Estado e sua origem.
- 1.6 Tipos de corpos políticos até o Estado Moderno.

2. Tipos de Estado ao longo da História.

- 2.1 Estado Nacional Moderno.
- 2.2 Estado Liberal Clássico.
- 2.3 Estado Liberal Pluralista.
- 2.4 "Rule of Law", "État Constitutionnel" e "Rechtsstaat".
- 2.5 Estado Social.
- 2.6 Estado de Solidariedade.

3. Morfologia do Estado e teoria da Constituição.

- 3.1 Teoria da Constituição e processo constituinte.
- 3.2 Formas de Estado.
- 3.3 Formas de governo.
- 3.4 Teoria da partição das funções do Estado.
- 3.5 Relações entre Estado e sociedade quanto à formação.
- 3.6 Estado e ordem internacional.

4. Mortologia da política.

- 4.1 Sistema de governo.
- 4.2 Regimes políticos.
- 4.3 Análise do regime democrático.
- 4.4 Sistemas eleitorais.
- 4.5 Sistemas partidários.
- 4.6 O problema atual da soberania.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocência Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 4ª ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRANDA, Jorge. *Teoria do Estado e da Constituição*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Ciência Política: Estado e Constituição**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24154-04**

VIGÊNCIA: **DE 2010 a 2014/2**

COMPLEMENTAR

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2008.
SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
SOUZA JÚNIOR, Cezar Saldanha. *A crise da democracia no Brasil: aspectos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2005.
WEFFORT, Francisco. *Clássicos da Política*. São Paulo: Ática, 2005.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.



ESCOLA DE
DIREITO

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

DISCIPLINA: Iniciação Profissional – Ambiência Jurídica: Pesquisa e Prática (55h)

CARGA HORÁRIA: 55 horas

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

CODICRED: 24778-02

I. EMENTA: Introdução à teoria e prática jurídica e ao ambiente profissional. Apresentação do sistema jurídico constitucional e das funções das carreiras jurídicas. Estudo e topografia do exercício das atividades dos operadores do Direito: Advogado, Ministério Público e Magistratura. Estudo dos órgãos e instituições do ambiente jurídico.

II. OBJETIVOS: Introduzir o aluno no ambiente jurídico profissional e no conhecimento das carreiras jurídicas.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Programa de disciplina: perspectivas, objetivos, método, bibliografia. Exposição das atividades práticas extraclasses. Avaliações.
2. Introdução ao Estado Democrático de Direito e seus fundamentos – soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
3. Introdução ao Ordenamento Jurídico e ao Sistema Jurídico Constitucional: noções sobre segurança jurídica e garantias constitucionais. A força da Constituição e as codificações brasileiras.
4. Rotina judiciária: as funções dos atores no campo jurídico: Advogado (públicos e privados), Ministério Público (estadual e federal) e Magistratura (estadual e federal).
5. Justiça de primeiro grau e justiça de segundo grau. Os Tribunais, a jurisprendência construtora e as súmulas.
6. A atuação dos atores jurídicos no processo: devido processo legal, contraditório e ampla defesa.
7. A decisão judicial e sua fundamentação – Juiz e Tribunal. O direito de recorrer e o acesso à justiça.
8. Introdução à prática processual: peças iniciais e respostas do réu (cível e penal).
9. Introdução ao ambiente de prática jurídica: o direito à produção de prova e o estudo de casos judiciais.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

MOREIRA DE OLIVEIRA, Marco Aurélio. *Justiça e ética: ensaio sobre o uso das togas*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

COUTURE, Eduardo. *Os mandamentos do Advogado*. Trad. Ovídio Baptista. Porto Alegre: Fabris, 1999.

CARNELUTTI, Francesco. *Como se faz um processo*. Trad. Hiltoimar Martins de Oliveira. Osasco: Líder, 2002.

COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 12. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2006.

CUNHA, Mauro. *Elogio do Advogado*. Porto Alegre: Fabris, 1989.

REALE, Miguel. *O Estado Democrático de Direito e o conflito das ideologias*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BITTENCOURT, Edgard de Moura. *O juiz: estudos e notas sobre a carreira, função e personalidade do magistrado contemporâneo*. Rio de Janeiro: Jurídica e Universitária, 1966.

MAZZILLI, Hugo Nigro. *Introdução ao Ministério Público*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.





Disciplina **2515B-02 ECONOMIA APLICADA AO DIREITO**

Créditos : **2** Carga Horária: **30** Vigência: **a partir de 2010/1**

Curso : **Ciências Jurídicas e Sociais.**

1 EMENTA

Estudo das relações entre os sistemas jurídico e econômico a partir da compreensão de elementos microeconômicos e da nova economia institucional. Abordagem de conceitos básicos para o debate sobre Direito e Economia (Law and Economics) e Direito e Desenvolvimento (Law and Development).

2 OBJETIVO

Fornecer aos alunos uma introdução à Ciência Econômica e ao raciocínio econômico voltado à solução de problemas jurídicos e orientação de políticas públicas.

3 PROGRAMA

- 3.1. Noções de introdução à economia e microeconomia: demanda, oferta, estruturas de mercado e a defesa da concorrência no Brasil (CADE) e teoria dos jogos.
4. História do Pensamento Econômico: abordagem sobre os principais autores como Smith, Keynes e o cenário atual promovendo uma reflexão sobre qual é a função do Estado.
5. Economia Institucional: instituições e os custos de transações.
6. Sistema Financeiro Nacional e mercado de capitais.
7. Economia monetária e inflação.
8. Sistema tributário com foco na política fiscal, em especial a Receita Tributária.
9. Introdução dos conceitos de desenvolvimento e crescimento econômico.
10. Lei de Responsabilidade Fiscal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bibliografia Básica:

PENHEIRO, Armando Castelar. Direito, economia e mercados. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PINHO, D.B. & VASCONCELLOS, M.A.S.(org.). Manual de Economia - Equipe de professores da USP. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

ZYLBERSTAJN, Décio, SZTAJN, Raquel. Direito & Economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.



Lucas A.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE NEGÓCIOS

Bibliografia Complementar:

- OLIVEIRA, Gesner. Concorrência, panorama no Brasil e no mundo. São Paulo : Saraiva, 2001.
POSNER, Richard A. Economic Analysis of Law, 6a. ed. Aspen Publishers, 2003.
TIMM, Luciano Benetti. Direito e Economia. 2ª ed. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2008.
VASCONCELLOS, M. & GARCIA, M. Fundamentos de Economia. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
VASCONCELLOS, M.A.S. Economia: micro e macro. 3ª ed. São Paulo; Editora Atlas, 2002.



Luciano A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: Direito Constitucional I
CARGA HORÁRIA: 60 horas
CODICRED: 24138-04

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

I. EMENTA: Estudo da centralidade dos direitos humanos e fundamentais: formação histórica; abertura e flexibilidade. Análise do regime jurídico dos direitos; liberdades e garantias individuais; colisão e concorrência de direitos fundamentais; limites e restrições; desenvolvimento legislativo dos direitos fundamentais; limites imanentes; eficácia e efetividade dos direitos fundamentais; eficácia horizontal; regime jurídico dos direitos sociais; novas abordagens do regime jurídico dos direitos fundamentais.

II. OBJETIVOS: Estudar, criticar e explicar o Direito Constitucional e a Teoria da Constituição de acordo com uma perspectiva jurídico-positiva, apresentando a Constituição como sistema aberto de princípios e regras, sempre buscando uma aproximação com o Direito Constitucional Positivo Brasileiro.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - Teoria Geral da Constituição e do Direito Constitucional:

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. 2. Conceito, características e fontes do Direito Constitucional. 3. Classificação das Constituições. 4. Direito constitucional em sentido formal e material. 5. O problema da supremacia da Constituição e da hierarquia das fontes. 6. Origens e desenvolvimento histórico das Constituições, com ênfase na formação constitucional brasileira. 7. Modelos constitucionais e perspectivas. 8. Conceito, estrutura, funções e classificação das Constituições. 9. O problema da força normativa da Constituição. 10. Mudança constitucional: generalidades.

II - Teoria do Poder Constituinte:

2.1. Noções preliminares. 2.2. O Poder Constituinte. 2.2.1. Características. 2.2. Natureza jurídica. 2.3. Distinções entre poder constituinte formal e material. 2.4. Titularidade. 2.5. Formas de manifestação. 2.6. A crise do Poder Constituinte e o problema da legitimidade da Constituição. 3. O Poder de Reforma da Constituição (Poder Constituinte Derivado). 3.1. Conceito, características e funções. 3.2. Delimitação terminológica (reforma, revisão, emendas). 3.3. Limites formais, temporais e circunstanciais. 3.4. Os limites materiais implícitos e expressos. 3.5. Significado e alcance das "cláusulas pétreas". 4. O Poder Constituinte Decorrente (O Poder Constituinte dos Estados na Federação: uma introdução).

III - Teoria da norma constitucional: eficácia e aplicabilidade:

3.1 Estrutura jurídica das normas constitucionais: a Constituição como sistema aberto de regras e princípios. 3.2 Formas de positivação e funções das normas constitucionais. 3.3 Vigência, eficácia, aplicabilidade e efetividade. 3.4 A eficácia jurídica e aplicabilidade das normas constitucionais. 3.5 Classificação das normas quanto à eficácia e aplicabilidade. 3.6 Conteúdo das diversas cargas eficaciais das normas constitucionais.

IV - Teoria da norma constitucional: a norma no espaço e no tempo:

4.1 Conflito de normas no espaço. 4.2 Relações entre o direito internacional e a ordem jurídica interna. 4.3 As normas estrangeiras e a Constituição. 4.4 A Constituição e os conflitos intertemporais. 4.5 A Constituição nova e a ordem constitucional anterior. 4.6 As emendas e a Constituição em vigor. 4.7 A Constituição nova, as emendas e o direito infraconstitucional anterior. 4.8 O problema da retroatividade das normas constitucionais em face dos direitos adquiridos, coisa julgada e ato jurídico perfeito.

V - Linhas mestras da interpretação das normas constitucionais:

5.1 Especificidades da interpretação constitucional. 5.2 Os métodos da Interpretação constitucional. 5.3 Princípios diretivos da interpretação constitucional. 5.4 Limites da Interpretação constitucional.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Direito Constitucional I**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24138-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

VI - Princípios constitucionais fundamentais.

6.1 Conceito, características, funções e classificação dos princípios constitucionais fundamentais

VII - Direitos e garantias fundamentais:

7.1 Direitos Fundamentais: origens, evolução e a problemática das gerações (dimensões). 7.2 A dupla fundamentalidade formal e material dos direitos fundamentais na ordem constitucional. 7.3 O conceito materialmente aberto de Direitos Fundamentais: conteúdo e significado do artigo 5º, parágrafo 2º, da Constituição Federal. 7.4 Multifuncionalidade e classificação dos direitos fundamentais. 7.5. Titularidade dos direitos e garantias fundamentais. 7.6. Eficácia, aplicabilidade e interpretação dos princípios e direitos fundamentais como problema específico: análise do alcance e significado do artigo 5º, parágrafo 1º, da Constituição Federal. 7.7. Limites e restrições dos direitos fundamentais. 7.8 Alguns princípios e direitos em espécie: dignidade da pessoa humana, direito à vida, direito geral de liberdade, igualdade, o problema dos direitos sociais a prestações, nacionalidade e direitos políticos.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocência Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 31. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMPLEMENTAR

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 16. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2005.
SALDANHA, Nelson Nogueira. *O poder constituinte: tentativa de estudo sociológico e jurídico*. Imprensa Industrial, 1991.

SARLET, Ingo. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 9. Ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito Constitucional e teoria da constituição*. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. Lisboa: Coimbra Ed., 1997.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Sociologia Jurídica**
CARGA HORÁRIA: **30 horas**
CODICRED: **24139-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Apresentação da perspectiva sociológica para abordagem dos fenômenos jurídicos, discutindo a relação entre as normas jurídicas e a estrutura social, o impacto das normas e do sistema de justiça na realidade social, o papel, as concepções e as práticas dos agentes do direito nos diversos níveis do sistema de justiça. Estabelecimento das conexões entre o debate da teoria social clássica e contemporânea sobre o Estado e o Direito e os fenômenos sociais: a juridificação e judicialização da realidade social, a globalização e os novos riscos sociais, a administração da justiça e os novos mecanismos de resolução de conflitos. Análise das mudanças em curso no sistema de justiça e na normatividade estatal no Brasil, levando em conta a interpretação e a ação social dos agentes jurídicos, e seu impacto nos diferentes contextos sociais. Integração dos conhecimentos das histórias das culturas afro-brasileira e indígena para a compreensão da sociedade brasileira na formação jurídica do aluno. Análise jurídica da diversidade cultural brasileira na perspectiva dos direitos humanos.

II. OBJETIVOS: A disciplina visa apresentar aos alunos a abordagem sobre o Estado e o Direito nos clássicos da sociologia (Marx, Weber e Durkheim), bem como introduzir o debate da teoria social contemporânea sobre o direito, a partir de seu objeto específico: o papel e a efetividade das instituições de justiça, dos agentes jurídicos das normas jurídicas. Serão ainda apresentados os métodos de pesquisa em sociologia jurídica, e o desenvolvimento da disciplina no Brasil. Por fim, pretende-se ainda demonstrar a utilidade das diferentes perspectivas teóricas para a análise do direito e do sistema de justiça no Brasil.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- 1. O Direito nos Clássicos da Sociologia.**
(Durkheim, Marx e Weber).
- 2. O Direito na Teoria Sociológica Contemporânea.**
(Luhmann, Habermas, Bourdieu, Foucault e Boaventura de Sousa Santos).
- 3. A Sociologia Jurídica no Brasil: principais centros de pesquisa, temas e pesquisas realizados.**
- 4. A Metodologia da Pesquisa Sociológica sobre o Direito.**
- 5. A Pesquisa Sócio-Jurídica no Brasil.**
 - 5.1. Concepções e Práticas dos agentes jurídicos.
 - 5.2. Concepções histórico-culturais afro-brasileiras-indígenas.
 - 5.3. Administração da Justiça e novos mecanismos de resolução de conflitos.
 - 5.4. A eficácia das normas para a mudança social – estudo de casos.
 - 5.5. A situação dos direitos humanos de grupos sociais vulneráveis.
- 6. Reformas do Poder Judiciário e Acesso à Justiça.**

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

LOCHE, Adriana A. *et al. Sociologia Jurídica: Estudos de Sociologia, Direito e Sociedade*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

SABADELL, Ana Lúcia. *Manual de Sociologia Jurídica: introdução a uma leitura externa do direito*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

TREVES, Renato. *Sociologia do Direito: origens, pesquisas e problemas*. Barueri: Manole, 2004.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Sociologia Jurídica**
CARGA HORÁRIA: **30 horas**
CODICRED: **24139-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMPLEMENTAR

ARON, Raymond. *As etapas do pensamento sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BOURDIEU, Pierre. A força do direito: elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.

FARIA, José Eduardo. *O Direito na Economia Globalizada*. São Paulo: Malheiros, 2004.

JUNQUEIRA, Elaine Botelho. *A Sociologia do Direito no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Jûris, 1993.

SOUTO, Cláudio e FALCÃO, Joaquim. *Sociologia e Direito: textos básicos para a disciplina de sociologia jurídica*. São Paulo: Pioneira, 1999.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Civil I**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24280-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Disciplina eminentemente formativa, destinada ao estudo dos elementos da relação jurídica a partir das normas gerais e da doutrina aplicada à compreensão dos conceitos *jus civilísticos*, aberta às novas concepções do Direito Contemporâneo, proporcionando orientações básicas para o relacionamento cotidiano das pessoas.

II. OBJETIVOS: Analisar e compreender os princípios doutrinários e legais pertinentes à disciplina da relação jurídica em seus elementos estruturais (sujeitos, objetos e fatos) contidos no Código Civil (Lei nº 10406, de 10/01/2002).

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A Pessoa Natural. 1.1. A personalidade civil: início e fim. 1.2. A incapacidade. As restrições de direito. 1.3. Suprimento e cessação da incapacidade civil. 1.4. Os direitos da personalidade. 1.5. O estado civil e domicílio civil. 1.6. A ausência: caracterização e efeitos jurídicos. 1.7. Morte presumida: caracterização. 1.8. Os atos do registro civil. 1.9. Estatuto da Criança e do Adolescente: a) Base doutrinária; b) Dos Direitos Fundamentais. 1.10. Capacidade e Tutela.
2. A Pessoa Jurídica. 2.1. Conceito; natureza jurídica; classificação e constituição. 2.2. Nacionalidade e domicílio. 2.3. A desconsideração da personalidade da pessoa jurídica. 2.4. Regime jurídico das associações e fundações. 2.5. Extinção das Pessoas Jurídicas. 2.6. Os atos do registro civil.
3. Os Bens. 3.1. Conceito. Patrimônio e esfera jurídica. 3.2. Classificação. Bens intrinsecamente considerados e reciprocamente considerados. Bens públicos. 3.3. Os atos do registro de imóveis.
4. Os Fatos Jurídicos. 4.1. Conceito, classificação e efeitos. 4.2. Atos e negócios jurídicos. 4.3. Plano da existência: elementos constitutivos. 4.4. A representação. 4.5. A forma e a prova dos atos jurídicos. 4.6. Plano da validade: atos nulos e atos anuláveis. Defeitos dos negócios jurídicos: o erro ou ignorância, o dolo, a coação, o estado de perigo, a lesão e a fraude contra credores. 4.7. Plano da eficácia: condição, termo e encargo. 4.8. A prescrição e a decadência: conceito e distinções.

IV. BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009.
RIZZARDO, Arnaldo. *Direito das Obrigações*. 6. ed. Saraiva, 2008.
TEPEDINO, Gustavo. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*. Vol. I. 2ª Ed. Renovar, 2007.
PELUSO, Cezar. *Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência*. 4. ed. Manole, 2010.

COMPLEMENTAR

- ABREU FILHO, José. *O Negócio Jurídico e sua Teoria Geral*. São Paulo: Saraiva, 2003.
AMARAL, Francisco. *Direito Civil: Introdução*. 7. ed. Renovar, 2008.
GAGLIANO, Pablo Stolze. *Curso ao Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense.
MELLO, Marcos Bernardes. *Teoria do Fato Jurídico*. Ed. Saraiva. 2011.
PELUSO, Cezar. *Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência*. 4. ed. Manole, 2010.

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: **Direito Administrativo I: Pesquisa e Prática (85h)**

CARGA HORÁRIA: **85 horas**

CODICRED: **24371-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudo da função administrativa do Estado. O Direito Administrativo como instrumento da administração pública. Princípios do Direito Administrativo. Atividades e Entidades administrativas. Agentes Públicos. Servidores Públicos. Cargos, funções e empregos públicos. Serviço público e sua delegação. Atos e Fatos administrativos. Atividades e Poderes Administrativos. Poder de polícia do Estado.

II. OBJETIVOS: Instrumentalizar os acadêmicos, oportunizando-lhes informações necessárias ao aprofundamento de referenciais teóricos aplicados ao campo do Direito Administrativo, visando, sobretudo, o despertar de uma consciência jurídica afinada com os métodos e práticas administrativas. Estimular a pesquisa jurídica, através da leitura, análise e comparação do posicionamento da doutrina, visando, além da assimilação dos termos técnicos, um nível de conhecimento que possibilite interpretar as leis, a doutrina e a jurisprudência, com coerência e precisão, na busca de soluções concretas.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. 1.1. Noções de Direito Administrativo. 1.2. Situação dentro do Direito Objetivo. 1.3. Conceito de Direito Administrativo. 1.4. Autonomia, objeto e princípios próprios do Direito Administrativo. 1.5. Relações com outros ramos do Direito. 1.6. Fontes do Direito Administrativo. 1.7. Relação de Administração.

2. Atividade administrativa do Estado. 2.1. Funções do Estado. 2.2. Administração Pública – entidades políticas e administrativas. 2.3. Natureza, fins e princípios básicos da Administração Pública. 2.4. Administração pública direta e indireta. 2.5. Administração Direta. Estruturação das entidades e órgãos públicos. 2.6. Classificação dos órgãos públicos. 2.7. Administração Pública indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. 2.8. Entes de Cooperação com o Poder Público. Organizações Sociais, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, Sistema S.

3. Agentes Públicos. 3.1. Conceito de Agentes públicos. 3.2. Classificação dos agentes públicos. 3.3. Servidores públicos. Regime jurídico. 3.4. Tratamento constitucional dos servidores públicos. 3.5. Cargos, empregos e funções públicos. 3.6. Formas e exigências para o provimento. 3.7. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. 3.8. Remuneração e subsídio. 3.9. Acumulação de cargos, empregos e funções. 3.10. Estabilidade, Vitaliciedade, Efetividade. 3.11. Regime de previdência 3.12. Direitos e deveres dos servidores públicos. 3.13. Perda da condição de servidor público.

4. Serviço Público. 4.1. Evolução conceitual. 4.2. Características do serviço público. 4.3. Classificação dos serviços públicos. 4.4. Delegação da prestação do serviço público. 4.5. Concessão, permissão e autorização dos serviços públicos

5. Atos e fatos administrativos. 5.1. Conceitos de atos e fatos administrativos. 5.2. Requisitos dos atos administrativos. 5.3. Atributos. 5.4. Classificação dos atos administrativos. 5.5. Espécies de Atos Administrativos. 5.6. Eficácia do ato administrativo. 5.7. Motivação dos atos administrativos: teoria dos motivos determinantes. 5.8. Extinção dos atos administrativos. 5.9. Prescrição do ato administrativo.

6. Atividades e Poderes Administrativos. 6.1. Poder hierárquico. 6.2. Poder Disciplinar. 6.3. Poder regulamentar. 6.4. Poder discricionário e poder vinculado. 6.5. Poder de polícia do Estado. 6.6. Objeto, finalidade e limites do Poder de Polícia. 6.7. Atributos do poder de polícia. 6.8 Espécies do Poder de Polícia. 6.9 Polícia e propriedade. 6.10. Polícia sanitária. 6.11. Polícia



CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: **Direito Administrativo I: Pesquisa e Prática (85h)**

CARGA HORÁRIA: **85 horas**

CODICRED: **24371-04**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

de trânsito. 6.12. Polícia de indústria e comércio. 6.13. Polícia judiciária e polícia administrativa.

IV. BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. São Paulo: Lúmen Juris.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas.
MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. São Paulo: Malheiros.

COMPLEMENTAR

FREITAS, Juarez. *Estudos de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros.
GASPARINI, Diógenes. *Direito Administrativo*. São Paulo: Saraiva.
MEDAUAR, Odete. *Direito Administrativo Moderno*. São Paulo: RT.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros.
MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. *Curso de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Forense.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
DISCIPLINA: **Direito Penal I**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24629-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Evolução das ideias penais: periódicos (primitivos, humanitários, científico), Escolas Penais, autores e obras destacadas, história do Direito Penal brasileiro. Conceito e caracteres do Direito Penal atual. Direito Penal no paradigma constitucional do Estado Democrático de Direito: crise do Direito Penal na era da globalização (violência, criminalidade e ideologias penais em conflito: Direito Penal "máximo" - apresentações e propostas - e Direito Penal "mínimo" - *Garantismo Penal* e análise dos princípios constitucionais penais). Sistema Penal. Criminologia. Política Criminal. Teorias da Pena (Abolicionismo; Justificacionismo - retribucionismo e utilitarismo; Utilitarismo reformado e Teoria Agnóstica). Estudo da Teoria da Lei Penal: norma penal, interpretação, princípios constitucionais penais envolvidos, aplicação da lei penal no tempo e no espaço. Introdução ao estudo da Teoria Geral do Delito.

II. OBJETIVOS: Compreensão pelo aluno, ao final do semestre, dos conteúdos supracitados. Capacitação discente para a adoção de uma postura crítica em relação a eles, bem como para estabelecer a relação de tal conhecimento teórico com a prática, na solução de problemas.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Enciclopédia penal. 1.1. Direito Penal como ciência. 1.2. História das ideias penais. 1.1. Direito Penal Moderno (o Iluminismo e o Movimento Humanitário). 1.2. História do Direito Penal brasileiro.
2. Escolas Penais. 2.1. Escola Clássica. 2.2. Escola Positiva. 2.3. Escolas Ecléticas.
3. Breve histórico sobre a prisão.
4. Teorias da Pena (se e por que punir?). 4.1. Abolicionismo. 4.2. Justificacionismo-retribucionismo e utilitarismo. 4.3. Perspectiva crítica: *utilitarismo reformado* (Ferrajoli) e *Teoria Agnóstica* (Zaffaroni).
5. Conceito e caracteres do Direito Penal atual. 5.1. Relações do Direito Penal com outras ciências. 5.2. Ciências auxiliares e interdisciplinaridade. 5.3. O sistema penal, criminologia e política criminal: noções fundamentais.
6. Direito Penal no paradigma constitucional do Estado Democrático de Direito. 6.1. Crise do Direito Penal na era da globalização: violência, criminalidade e ideologias penais em conflito. 6.1.1. Direito Penal "máximo": apresentações e propostas (*Movimentos de Lei e de Ordem*): Broken Windows Theory e Direito Penal do Inimigo). 6.1.2. *Garantismo Penal* e Direito Penal "mínimo": conceito, objetivos, análise dos princípios constitucionais penais.
7. Norma penal. 7.1. Conceito, caracteres, objeto, espécies. 7.2. Princípios constitucionais penais referentes à interpretação da norma penal. 7.3. Norma penal em branco. 7.4. Normas penais de conteúdo misto, híbridas (ou processuais materiais). 7.5. Interpretação da norma penal conforme a Constituição: fontes de Direito Penal; analogia; interpretações; vigência, eficácia e validade da lei penal. 7.6. Contagem dos prazos penais. 7.7. Concurso aparente de normas penais.
8. Norma penal no tempo. 8.1. Tempo do crime. 8.2. Hipóteses de conflitos e princípios solucionadores aplicáveis. 8.3. Lei excepcional e lei temporária. 8.4. Crimes permanentes e crimes continuados.
9. Norma penal no espaço. 9.1. Lugar do crime. 9.2. Teorias definidoras. 9.3. A posição do Direito Penal brasileiro. 9.4. Territorialidade. 9.5. Extraterritorialidade. 9.6. Noção de



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
DISCIPLINA: **Direito Penal I**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24629-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

extradição. 9.7. Sentença penal estrangeira.

10. Norma penal em relação às pessoas: imunidades diplomática, consular e parlamentar.

11. Conceito de crime. 11.1. O ilícito penal na Teoria Geral do Delito. 11.2. Conceitos de crime: formal, material e analítico. 11.3. Introdução à Tipicidade Penal.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: Parte Geral*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. V. 1.

PRADO, Luiz Régis. *Curso de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. 7. ed. São Paulo: RT, 2008. V. 1.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELLI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. 8. ed. São Paulo: RT, 2008.

COMPLEMENTAR

BATISTA, Nilo. *Introdução Crítica do Direito Penal Brasileiro*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

DELMANTO, Celso et al. *Código Penal Comentado*. 12ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

LUISI, Luiz. *Princípios Constitucionais Penais*. 2ª ed. Porto Alegre: SAFE, 2003.

QUEIROZ, Paulo. *Curso de Direito Penal - Parte Geral*. Vol. 1. 9ª ed. Salvador: JusPodivm, 2012.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. *O princípio da legalidade penal no Estado Democrático de Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

DISCIPLINA: **Iniciação Profissional - Métodos e Procedimentos: Pesq. e Prát. (55h)**

CARGA HORÁRIA: **55 horas**

CODICRED: **24779-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Iniciação profissional na teoria e prática jurídica, a fim de compreender a efetivação dos procedimentos jurídicos, sob o ponto de vista extrajudicial, desde o primeiro contato com o conhecimento da causa jurídica e sob o ponto de vista judicial, com o ingresso da petição inicial cível, a ação penal no processo crime e a reclamatória trabalhista, até a sentença, incluindo trabalhos com casos e processos simulados e com observância ao processo eletrônico previsto na Lei 11.419/06.

II. OBJETIVOS: Introduzir os alunos no ambiente jurídico profissional, oportunizando atividades práticas que envolvem atos jurídicos processuais, desde o conhecimento do fato jurídico, ao início do ajuizamento da ação e das fases de instrução e sentença. Dar continuidade às atividades desenvolvidas em Introdução à teoria e prática jurídica e ao ambiente profissional com a realização e articulação dos conteúdos teóricos com ênfase aos aspectos práticos forenses, visando incentivar a participação crítica do aluno e qualificar sua futura atuação profissional.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Dinâmica Cível (Caso Cível – Contrato de Compra e Venda de Imóvel). 1. Fase extrajudicial. 1.1. Elaboração do contrato. 1.2. Escrituração do contrato. 1.3. Registro do Contrato. 2. Fase judicial. 1.1. Petição inicial pelo autor. 2.2. Defesa do réu. 2.3. Construção probatória – construção documental e orientações às testemunhas. 2.4. Audiências. 2.5. Debates orais. 3. Despachos, decisão e sentença. 3. Fase recursal - Recursos cabíveis. 3.1. Trânsito em julgado.

2. Dinâmica Criminal (Caso Penal – Homicídio). 1. Concelto e classificação do crime de homicídio doloso e culposo. 2. Investigação policial. 2.1. O valor probante do inquérito policial e sua finalidade. 3. Ação Penal. 3.1. Noções fundamentais. 3.2. Ação penal pública incondicionada. 3.3. Procedimento especial do Júri (homicídio doloso) e procedimento sumário (homicídio culposo). 3.4. Atuação do Juiz, Ministério Público, Defensor Público e Advogado. 3.6. Construção e valoração probatória. 3.7. Atos judiciais. 4. Decisões e sentença. 5. Condenação e trânsito em julgado.

3. Dinâmica Trabalhista (Caso Trabalhista –Demissão do trabalhador). 1. Ingresso em juízo. 1.2. Petição inicial. 2.2. Defesa do demandado - empregador. 2.3. Audiência de instrução. 2.4. Atuação do juiz e das partes. 2.5. Conciliação. 3. Meios de prova e ônus da prova. 4. Sentença. 5. Recursos. 6. Fase de Execução. 6.1. Pagamento do crédito.

4. Dinâmica Trabalhista (Caso Trabalhista –Demissão do trabalhador). 1. Ingresso em juízo. 1.2. Petição Inicial. 2.2. Defesa do demandado - empregador. 2.3. Audiência de instrução. 2.4. Atuação do juiz e das partes. 2.5. Conciliação. 3. Meios de prova e ônus da prova. 4. Sentença. 5. Recursos. 6. Fase de Execução. 6.1. Pagamento do crédito.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

THEODORO JR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Prática de Processo Penal**. São Paulo: Saraiva, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito Processual do Trabalho**. Saraiva.

COMPLEMENTAR

LOPES JUNIOR, Aury. **Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional**. V. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Manual do Processo de Conhecimento**. Revista dos



ESCOLA DE
DIREITO

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

DISCIPLINA: **Iniciação Profissional - Métodos e Procedimentos: Pesq. e Prát. (55h)**

CARGA HORÁRIA: **55 horas**

CODICRED: **24779-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

Tribunais. 2006.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. **O Novo Processo Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense. 2008.

PACELLI DE OLIVEIRA, Eugênio. **Curso de Processo Penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

TOSTES MALTA, Christóvão Piragibe. **Prática de Processo Trabalhista**. São Paulo: LTR, 2008.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Direito Constitucional II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24157-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudo dos aspectos estruturais e organizacionais do Estado Democrático de Direito delineado na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, contextualizados em relação à história constitucional do Brasil e ao direito constitucional geral.

II. OBJETIVOS: Proporcionar aos alunos a compreensão do direito constitucional positivo brasileiro e do seu papel dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, especificamente no que tange à estrutura e organização da República Federativa do Brasil, habituando-os ao uso do texto constitucional como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - ORGANIZAÇÃO DO ESTADO:

1. Federação.
2. União, Estados, Municípios e Distrito Federal.
3. Competências e sua distribuição:
 - 3.1. Competências privativas.
 - 3.2. Competências comuns e concorrentes.
4. Intervenção Federal e Estadual.

II - ORGANIZAÇÃO DOS PODERES:

1. Separação dos Poderes.
2. Poder Legislativo:
 - 2.1. Funções, Estrutura e Competências.
 - 2.2. Imunidades Parlamentares.
 - 2.3. Processo Legislativo.
 - 2.5. Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária.
3. Poder Executivo:
 - 3.1. Funções, Estrutura e Competências.
 - 3.2. Eleição e Mandato do Chefe do Poder Executivo.
 - 3.3. Responsabilidade do Chefe do Poder Executivo.
4. Poder Judiciário:
 - 4.1. Funções, Estrutura e Competências.
 - 4.2. Estatuto da Magistratura.
5. Funções Essenciais à Justiça:
 - 5.1. Ministério Público.
 - 5.1.1. Ministério Público da União
 - 5.1.2. Ministério Público Federal
 - 5.1.3. Ministério Público Eleitoral
 - 5.1.4. Ministério Público do Trabalho
 - 5.1.5. Ministério Público Militar
 - 5.1.6. Ministério Público Estadual
 - 5.2. Advocacia Pública e Privada.
 - 5.3. Defensoria Pública.

III - DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS:

1. Estado de Defesa e Estado de Sítio.
2. Forças Armadas.
3. Segurança Pública.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Direito Constitucional II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24157-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

IV - TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO:

1. Sistema Tributário Nacional (linhas gerais).
2. Finanças Públicas (linhas gerais).

V - ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA:

1. Princípios Gerais.
2. Política Urbana e Política Fundiária.
3. Sistema Financeiro Nacional.

VI - ORDEM SOCIAL:

1. Seguridade Social.
2. Educação, Cultura e Desporto.
3. Ciência, Tecnologia e Comunicação Social.
4. Meio Ambiente.
5. Família, Criança, Adolescente e Idoso.
6. Índios.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocência Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 31. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMPLEMENTAR

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 16. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2005.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. 6. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2005.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. *Do processo legislativo*. 5. ed. rev. ampl. Atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SALDANHA, Nelson Nogueira. *O poder constituinte: tentativa de estudo sociológico e jurídico*. Imprensa Industrial. 1991.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO

DISCIPLINA: Teoria Geral do Processo e da Organização Judiciária: Estágio Superv. (75h)

CARGA HORÁRIA: 75 horas

CODICRED: 24227-04

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

I. EMENTA: Reflexão sobre as noções gerais do processo civil e a interpretação do Direito Processual. Estudos dos princípios gerais do processo, da Jurisdição, da Competência. Estudo das Teorias da ação. Descrição da Organização judiciária, inclusive dos Tribunais Superiores. Estudo dos Prazos, dos Atos do Juiz, das Partes e dos Servidores, bem como a instauração da demanda civil. Estudo da classificação das ações do processo de conhecimento e dos tipos de Procedimento.

II. OBJETIVOS: A disciplina almeja fazer com que o aluno possa ter noção geral do processo civil, das relações jurídicas, identificando o fenômeno jurisdicional, através do estudo dos princípios gerais do processo, classificação das ações, análise dos atos fundamentais do processo, a iniciativa do autor, a resposta do réu, a noção de parte singular e plural, a intervenção de terceiros e o conhecimento da estrutura judiciária básica.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade 1: Conceitos Fundamentais. Jurisdição e competência.

1.1 Objetivos da disciplina, método e bibliografia. Noções de processo. A lei processual no tempo e no espaço. Análise e natureza jurídica do processo.

1.2 Interpretação do Direito processual. Métodos: gramatical, lógico; histórico-evolutivo; sistemático. Jurisdição. Natureza. Espécies. Funções. Competência. Critérios de distribuição. Processos Jurisdicionais e administrativos. 1.3 Organização Judiciária. Noções gerais. Justiça Comum. Justiça Federal. Justiça Eleitoral. Justiça Militar. O duplo grau de jurisdição. Tribunais Superiores e Supremo Tribunal Federal.

Unidade 2: Principiologia do Processo Civil e a Constituição Federal.

2.1 Princípios fundamentais do processo. Princípio do devido processo legal; (Contraditório; ampla defesa; juiz natural); Princípio Dispositivo. Princípio da Demanda. Princípio da Oralidade. Princípio da Imediatidade. 5 Princípio da Identidade Física. Princípio de Concentração dos atos. Princípio do Livre Convencimento. 5.8. Princípio da Bilateralidade da audiência. Princípio da Economia processual.

Unidade 3: Da pretensão e estudo das ações no processo civil.

3.1 Demanda Civil. Noções gerais. Identificação das Demandas. Causa de pedir: Pedido; espécies. Cumulação de pedidos.

3.2 Ação. Estudo crítico das teorias. Natureza. A relação de direito material e a relação de direito processual. 3.3 Classificação: ações declaratórias, constitutivas, condenatórias, executivas e mandamentais. Partes: individualidade, litisconsórcio, coletividade. Interesses difusos. Conceito. Personalidade processual. Capacidade processual. Capacidade postulatória. O Ministério Público. Hipóteses e regras de Intervenção do Ministério Público.

Unidade 4: Procedimentos – Atos processuais.

4.1 Prazos e Atos Processuais. Classificação. Formas. Prazos Especiais. Tempo. Lugar. Atos de comunicação processual. Teoria das Nulidades. Citação. Efeitos e formas. 4.2 Tipos de processo. Processo de conhecimento. Processo de execução. Processo cautelar. 4.3 Procedimentos. Natureza. Espécies. Procedimento Comum Ordinário. Procedimento Sumário. 4.4 Cognição. Limites.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BAPTISTA, Ovídio da Silva et al. Teoria Geral do Processo Civil. 4. ed. São Paulo. Revista dos



CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO

DISCIPLINA: Teoria Geral do Processo e da Organização Judiciária: Estágio Superv. (75h)

CARGA HORÁRIA: 75 horas

CODICRED: 24227-04

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

Tribunais. 2006.

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. São Paulo, Saraiva, 2012.

MARINONI, Luiz Guilherme. Teoria Geral do Processo. 2. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2008.

COMPLEMENTAR

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Vol. I. 18 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

DIDIER JR., Fredle. Curso de Direito Processual Civil, Vol. 1 e 2. 14ª Ed. Saraiva, 2012.

HADDAD, José Ricardo; Wagner Jr, Luiz Guilherme da Costa; JACOB, Luiz Guilherme de Almeida, FREITAS Jr., Roberto Mendes de; VALLIM FILHO, Sérgio Carvalho de Aguiar. Poder Judiciário e Carreiras Jurídicas. Ed. Atlas. 2012.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O Novo Processo Civil Brasileiro: Exposição Sistemática do Processo. 27. ed. Rio de Janeiro. Forense. 2008.

TESHEINER, José Maria Rosa et all. Nova Sistemática Processual Civil. 2. ed. Caxias do Sul. Plenum. 2006.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Civil II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24229-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudo das obrigações: conceito, elementos constitutivos, fontes, princípios e classificação.

II. OBJETIVOS: Propiciar ao acadêmico o estudo da estrutura do Direito das Obrigações quanto à sua função econômica e disciplina jurídica habilitando-o a discernir as fontes, princípios e classificação das obrigações.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: Direito das Obrigações. 1.1. Localização do Direito das Obrigações no Código Civil Brasileiro. 1.2. Noções gerais. 1.3. Evolução histórica. 1.4. Distinção entre direitos obrigacionais e direitos reais. 1.5. Importância econômico-social do direito das obrigações.

UNIDADE 2: Conceito de obrigação. Diferenças entre obrigação, dever jurídico, ônus jurídico e estado de sujeição. Diferença entre obrigação e responsabilidade. Características da obrigação: transitoriedade; pessoalidade; globalidade. Elementos constitutivos da obrigação: sujeitos; objeto; vínculo. Fontes das obrigações. Princípios fundamentais.

UNIDADE 3: Classificação das Obrigações. 9.1. Obrigação civil; obrigação empresarial; obrigação moral; obrigação natural. 9.2. Obrigação positiva e obrigação negativa; obrigação de dar; obrigação de fazer; obrigação de não fazer. 9.3. Obrigação líquida; obrigação ilíquida. 9.4. Obrigações simples; cumulativas; alternativas; facultativas. 9.5. Obrigação momentânea ou instantânea; continuada ou periódica. 9.6. Obrigação pura, condicional, modal ou a termo. 9.7. Obrigação divisível e indivisível. 9.8. Obrigação solidária e subsidiária. 9.9. Obrigação de meio; de resultado; de garantia. 9.10. Obrigação principal e obrigação acessória. 9.11. Obrigação *propter rem*. 9.12. Obrigações decorrentes de atos unilaterais. 9.13. Obrigação derivada das relações de consumo.

UNIDADE 4. Transmissão das obrigações; cessão de crédito; cessão de débito.

UNIDADE 5. Extinção das obrigações pelo pagamento direto. 1.1. Conceito de pagamento. 1.2. Natureza jurídica. 1.3. Condições subjetivas e objetivas do pagamento. 1.4. Objeto e prova do pagamento.

UNIDADE 6. Pagamento indireto e extinção da obrigação sem pagamento. 2.1. Em consignação. 2.2. Sub-rogação. 2.3. Imputação do pagamento. 2.4. Dação em pagamento. 2.5. Novação. 2.6. Compensação. 2.7. Confusão. 2.8. Remissão das dívidas. 2.9. Impossibilidade de cumprimento sem culpa do devedor.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIZZARDO, Arnaldo. *Direito das Obrigações*. 5. ed. Saraiva, 2009.

TEPEDINO, Gustavo. *Código Civil interpretado conforme a Constituição da República*, Vol. I. 2ª ed. Renovar, 2007.

COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Álvaro Viliça. *Teoria Geral das Obrigações: responsabilidade civil: curso de direito civil*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GAGLIANO, Pablo Stolze. *Comentários ao Código Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense.

GEVENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil*. Vol. I ao III. São Paulo: Atlas, 2009.



ESCOLA DE
DIREITO

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Civil II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24229-04**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

LÔBO, Paulo Luiz Neto. Teoria geral das obrigações. Saraiva, 2009.

PELUSO, Cezar. Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência. 4. ed. Manole, 2010.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: Direito Administrativo II: Pesquisa e Prática (85h)

CARGA HORÁRIA: 60 horas

CODICRED: 24372-04

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

I. EMENTA: Bens Públicos. Processo administrativo. Intervenção do Estado na propriedade privada e no domínio econômico. Responsabilidade da Administração Pública. Controle da Administração Pública. Licitações Públicas. Contratos administrativos e Contratos da Administração Pública. Responsabilidade extracontratual da Administração Pública. Intervenção do Estado na propriedade. A atuação do Estado no domínio econômico.

II. OBJETIVOS: Instrumentalizar os acadêmicos, oportunizando-lhes informações necessárias ao aprofundamento de referenciais teóricos aplicados ao campo do Direito Administrativo, visando, sobretudo, o despertar de uma consciência jurídica afinada com os métodos e práticas administrativas. Estimular a pesquisa jurídica, através da leitura, análise e comparação do posicionamento da doutrina, visando, além da assimilação dos termos técnicos, um nível de conhecimento que possibilite interpretar as leis, a doutrina e a jurisprudência, com coerência e precisão, na busca de soluções concretas.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Bens Públicos. 1.1. Conceito e natureza jurídica dos bens públicos. 1.2. Classificação dos bens públicos. 1.3. Regime jurídico dos bens públicos. 1.4. Uso dos bens públicos. 1.5. Terras devolutas. 1.6. Terrenos da marinha. 1.7. Terrenos acrescidos. 1.8. Terrenos reservados. 1.9. Ilhas. 1.10. Faixas de fronteira. 1.11. Águas públicas. 1.12. Jazidas. 1.13. Florestas. 1.14. Espaço aéreo. 1.15. O meio ambiente como bem público. 1.16 Terras Indígenas e Quliombolas.
2. Processo e procedimento administrativo. 2.1. Conceitos de processo e procedimento administrativo. 2.2. Princípios que regem o processo administrativo. 2.3 Espécies de processos administrativos. 2.4. Meios investigatórios preliminares ao processo administrativo disciplinar. 2.5. Fases do processo administrativo. 2.6. Recursos administrativos: conceitos, fundamentos, efeitos e modalidades. 2.7. Coisa julgada administrativa.
3. Controle da administração pública. 3.1. Controle interno da administração pública e seus instrumentos. 3.2. Contencioso administrativo. 3.3. Jurisdição una e jurisdição dupla. 3.4 Controle externo da administração pública. 3.5. Controle legislativo. 3.6. Controle pelo Tribunal de Contas. 3.7. Competências do Tribunal de Contas e participação do cidadão. 3.8. Controle da responsabilidade fiscal. 3.9. Controle judicial e seus limites. 3.10. A Lei de Improbidade Administrativa.
4. Licitações Públicas. 4.1. Conceito, finalidade, princípios informativos e objeto da licitação. 4.2. Obrigatoriedade da licitação. 4.3. Modalidades de licitação. 4.4. Fases do processo licitatório. 4.5. Dispensa e inexistência de licitação. 4.6. Anulação e revogação da licitação.
5. Contratos administrativos e Contratos da Administração Pública. 5.1. Conceito e peculiaridades. 5.2. Cláusulas exorbitantes. 5.3. Cláusulas essenciais. 5.4. Garantias. 5.5. Execução do contrato. 5.6. Formas de extinção do contrato administrativo. 5.7. Contrato de concessão de serviço público. 5.8. Alteração e extinção da concessão. 5.9. Contratos e compromissos de gestão. 5.10. Parcerias Público Privadas.
6. Responsabilidade extracontratual da Administração Pública. 6.1. Evolução e estágio atual da responsabilidade da administração pública. 6.2. Requisitos: ação ou omissão do Poder Público, dano e nexo de causalidade. 6.3. Ação de regresso. 6.4. Responsabilidade por atos legislativos e judiciais. 6.5. Responsabilidade por atos de concessionários de serviço público. 7. Intervenção do Estado na propriedade: conceito, fundamento, finalidades e requisitos constitucionais. 7.1. Sujeitos, objeto e requisitos da desapropriação. 7.2. Fases do procedimento desapropriatório. 7.3. A declaração de utilidade pública e interesse social e seus

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO

DISCIPLINA: **Direito Administrativo II: Pesquisa e Prática (85h)**

CARGA HORÁRIA: **60 horas**

CODICRED: **24372-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

efeitos. 7.4. A desapropriação amigável. 7.5. A desapropriação judicial. 7.6. Indenização do bem expropriado. 7.7. Desapropriação Indireta. 7.8. Retrocessão. 7.9. Requisição. 7.10. Limitação Administrativa. 7.11. Servidão Administrativa. 7.12. Ocupação Temporária. 7.13. Tombamento.

8. A atuação do Estado no domínio econômico. 8.1 Bases constitucionais. 8.2. Exploração direta da atividade econômica pelo Estado. 8.3. Atividades de fomento. 8.4. Atividade reguladora e atividade repressiva. 8.5. A privatização de serviços públicos e entidades estatais. 8.6. O papel das agências reguladoras.

IV. BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Lúmen Juris.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros.

COMPLEMENTAR

FREITAS, Juarez. Estudos de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva.

MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno. São Paulo: RT.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
DISCIPLINA: **Direito Penal II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24630-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudo da Teoria Geral do Crime, compreendendo o exame da conduta humana, tipicidade, ilicitude e culpabilidade.

II. OBJETIVOS: O aluno deverá ser capaz de compreender o funcionamento e aplicação da teoria geral do crime, seu sentido e função, bem como o fundamento, sentido e interação dos institutos que a integram.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conduta punível. 1.1. Teorias sobre a conduta. 1.2. Conduta e tipicidade. 1.3. Funções do tipo. 1.4. Elementos do tipo. 1.5. Estrutura do tipo.
2. Tipos comissivos dolosos. 2.1. A ação nos crimes comissivos dolosos. 2.2. A relação de causalidade. 2.2.1. Teoria da Imputação Objetiva. 2.3. Conceito de dolo. 2.4. Espécies de dolo. 2.5. Elementos subjetivos do tipo. 2.6. Erro de tipo essencial e accidental.
3. Tentativa. 3.1. Tentativa e crime consumado. 3.2. Desenvolvimento da conduta criminosa. 3.3. Conceito de crime tentado. 3.4. Elementos da tentativa. 3.5. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. 3.6. Punibilidade da tentativa.
4. Tipos culposos. 4.1. Conceito de culpa. 4.2. Conduta. 4.3. Dever de cuidado objetivo. 4.4. Resultado. 4.5. Previsibilidade. 4.6. Tipicidade. 4.7. Teoria da Imputação Objetiva.
5. Tipos omissivos dolosos. 5.1. Crimes omissivos próprios. 5.2. Crimes comissivos por omissão. 5.3. A posição de garantidor. 5.4. A questão da causalidade.
6. Concurso de pessoas. 6.1. Autoria. 6.2. Participação.
7. Ilicitude. 7.1. Conceito e generalidades. 7.2. Ilicitude e tipicidade. 7.3. Causas de exclusão da ilicitude. 7.4. Legítima defesa. 7.5. Conceito. 7.6. Histórico. 7.7. Fundamento jurídico. 7.8. Requisitos. 7.9. Excesso. 7.10. Estado de necessidade. 7.11. Conceito. 7.12. Histórico. 7.13. Fundamento jurídico. 7.14. Requisitos. 7.15. Excesso. 7.16. Estrito cumprimento de dever legal e exercício regular de direito. 7.17. Distinção e delimitação. 7.18. O consentimento do titular do bem jurídico. 7.19. Excesso.
8. Culpabilidade. 8.1. Evolução do conceito. 8.2. Elementos. 8.3. Definição.
9. Imputabilidade. 9.1. Conceito. 9.2. Menoridade. 9.3. Causas de exclusão da imputabilidade. 9.4. Consequências jurídicas da imputabilidade. 9.5. Emoção e paixão. 9.6. Embriaguez.
10. Consciência da ilicitude. 10.1. Princípios gerais. 10.2. Desconhecimento da lei. 10.3. Erro de proibição. 10.4. Discriminantes putativas.
11. Exigibilidade de comportamento conforme o Direito. 11.1. Princípios gerais. 11.2. Coação moral irresistível. 11.3. Obediência hierárquica. 11.4. Escusas absolutórias.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

- BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal - Parte Geral*. Vol. 1. 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- PRADO, Luiz Régis. *Curso de Direito Penal Brasileiro - Parte Geral*. Vol. 1, 11ª ed. São Paulo: RT, 2011.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELLI, José Henrique. *Manual de Direito Penal brasileiro - Parte Geral*. 9ª ed. São Paulo: RT, 2011.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
DISCIPLINA: **Direito Penal II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24630-04**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

COMPLEMENTAR

DIAS, Jorge de Figueiredo. *Direito Penal - Parte Geral*. 1ª ed. brasileira. São Paulo: Coimbra Editora/RT, 2007.

DELMANTO, Celso et al. *Código Penal Comentado*, 8ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

QUEIROZ, Paulo. *Curso de Direito Penal - Parte Geral*. Vol. 1. 8ª ed. Rio de Janeiro: JusPodivm, 2012.

REALE JR., Miguel. *Instituições de Direito Penal - Parte Geral*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA

DISCIPLINA: **Direito Constitucional III: Pesquisa e Prática (85h)**

CARGA HORÁRIA: **85 horas**

CODICRED: **24158-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudo teórico e prático dos aspectos processuais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com ênfase nas ações constitucionais e na evolução e peculiaridades do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade. Controle de constitucionalidade difuso e concentrado. Ações no controle concentrado. Ações constitucionais típicas.

II. OBJETIVOS: Proporcionar aos alunos a compreensão do direito constitucional positivo brasileiro e do seu papel dentro do ordenamento jurídico e da sociedade, especificamente no que tange aos aspectos processuais, habituando-os ao uso do texto constitucional como instrumento de trabalho e objeto de reflexão crítica.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - PROCESSO CONSTITUCIONAL:

1. Constituição e Processo.
2. Garantias Constitucionais Processuais.

II - AÇÕES CONSTITUCIONAIS:

1. Habeas Corpus.
2. Habeas Data.
3. Mandado de Segurança individual e coletivo.
4. Mandado de Injunção.
5. Ação Popular.
6. Ação Civil Pública.
7. As ações constitucionais na justiça eleitoral.

III - CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE:

1. Noção, evolução, modalidades.
2. Controle difuso.
3. Controle concentrado genérico.
 - 3.1. ADIN.
 - 3.2. ADC.
 - 3.3. ADPF.
4. Controle concentrado por omissão.
5. Reclamação.
6. Representação interventiva.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocência Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Curso de Direito Constitucional*. 4. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. 31. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Vania Hack de. *Controle de Constitucionalidade*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 1993.



CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA

DISCIPLINA: **Direito Constitucional III: Pesquisa e Prática (85h)**

CARGA HORÁRIA: **85 horas**

CODICRED: **24158-04**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

BARROSO, Luís Roberto. *O controle de constitucionalidade no Direito Brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência*. 2. ed. rev. atual São Paulo: Saraiva, 2006.

CAPPELETTI, Mauro. *O controle judicial de constitucionalidade das leis no direito comparado*. 2. ed. Porto Alegre: S. A. Fabris, 1992.

MENDES, Gilmar Ferreira. *Jurisdição constitucional: o controle abstrato de normas no Brasil e na Alemanha*. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

KELSEN, Hans. *Jurisdição Constitucional*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



ESCOLA DE
DIREITO

Luís A.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Civil III**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24233-04**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

I. EMENTA: Propõe-se o exame dos institutos do cumprimento da obrigação, analisando as formas de pagamento – direto e indireto. Examina-se, em seguida, o inadimplemento das obrigações e suas consequências, ou seja, a obrigação de reparar o dano. Oportuniza, outrossim, o exame pormenorizado do instituto da responsabilidade civil extracontratual.

II. OBJETIVOS: A disciplina almeja fazer com que o aluno possa ter a noção geral acerca das modalidades de extinção das obrigações; do inadimplemento e de suas consequências, culminando na responsabilidade civil. Pretende-se que o aluno compreenda a importância da visão da obrigação como um processo dinâmico que se desenvolve e se extingue de forma normal (pagamento, direto e indireto), ou resulta no inadimplemento com todas as suas consequências jurídicas. O exame aprofundado de outra das fontes das obrigações (a responsabilidade civil extracontratual) permitirá ao aluno adquirir as noções essenciais para enfrentar o fenômeno crescente do chamado direito dos danos.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: Inadimplemento absoluto e relativo. Efeitos.

- 1.1. Inadimplemento absoluto.
- 1.2. Inadimplemento relativo: Mora.
- 1.3. Violação positiva do contrato.
- 1.4. Perdas e danos.
- 1.5. Juros.
- 1.6. Cláusula penal.

UNIDADE 2: Responsabilidade Civil.

- 2.1. Conceito.
- 2.2. Fontes geradoras do dever de indenizar.
- 2.3. Ato ilícito.
- 2.4. Teorias que fundamentam o dever de indenizar: subjetiva e objetiva.
- 2.5. Espécies de responsabilidade civil: contratual e extracontratual.
- 2.6. Responsabilidade extracontratual ou aquiliana e suas espécies.
- 2.7. Excludentes.
- 2.8. Efeitos, no cível, da decisão criminal.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. Ed. Atlas, 2010.
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.
RIZZARDO, Arnaldo. Responsabilidade Civil. 4ª ed. Saraiva, 2009.

COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral das obrigações: responsabilidade civil: curso de direito civil. 10ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.
GAGLIANO, Pablo Stolze. Comentários ao Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
PELUSO, Cezar. Código civil comentado: doutrina e jurisprudência. 4ª ed. Manóe, 2010.
SANSEVERINO, Paulo de Tarso Vieira. Princípio da Reparação Integral. Ed. Saraiva, 2010.
TEPEDINO, Gustavo. Código Civil interpretado conforme a Constituição da República. Vol. I. 2ª ed. Renovar, 2007.



Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Internacional Público**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24321-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudo da comunidade internacional e sua regulamentação jurídica. Noções Gerais sobre as origens do ordenamento jurídico internacional, fontes formadoras e seu posicionamento no sistema brasileiro. Personalidade jurídica internacional. Os conflitos internacionais entre Estados e suas soluções. O domínio estatal e internacional. As organizações internacionais intergovernamentais. A ONU e as organizações especializadas. A proteção internacional dos direitos humanos e do meio ambiente e o indivíduo como sujeito do direito internacional público.

II. OBJETIVOS: Oferecer noções gerais sobre a matéria deferindo ao estudante, capacidade de perceber o conteúdo deste ramo do direito e de suas fontes formadoras. Os pontos do programa estão dispostos de modo a viabilizar a compreensão do tratamento jurídico vinculado as relações entre Estados e Organismos Internacionais. Buscar ampliar o espectro de conhecimento dos alunos relativamente as inovações jurídicas estabelecidas no mundo globalizado.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

PARTE I – TEORIA GERAL DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. Capítulo I – Introdução ao Direito Internacional Público: 1. A ordem jurídica na sociedade internacional descentralizada. 2. Desenvolvimento histórico do DIP. 3. Conceito e fundamentos do DIP. 4. Sujeitos de Direito Internacional Público. Personalidade e capacidade de agir. 5. As relações entre o DIP e o direito interno. Capítulo II – Fontes do Direito Internacional Público. 1. Fonte originária, fontes materiais e acessórias (artigo 38 do Estatuto da CIJ). 2. Os tratados e o costume internacional. 3. Os princípios gerais de direito. 4. A doutrina e a jurisprudência. 5. Os atos unilaterais e as resoluções das Organizações Internacionais. Capítulo III – Teoria Geral dos Tratados Internacionais: 1. A Convenção de Viena de 1969 no Brasil. 2. Estrutura e classificação dos Tratados. 3. Fase de formação dos Tratados. O processo constitucional brasileiro. 5. Reservas, emendas e modificações nos tratados multilaterais. 6. Observância, obrigatoriedade e interpretação dos tratados. 7. Publicidade e registro dos tratados. 8. Extinção dos Tratados. 9. As relações entre DIP e o direito interno. 10. O processo legislativo brasileiro de recepção dos tratados.

PARTE II – O ESTADO COMO PESSOA INTERNACIONAL. Capítulo I – Formação e Extinção do Estado: 1. Reconhecimento de Estado e de governo. 2. Extinção dos Estados 3. Sucessão de Estados. Capítulo II – O domínio do Estado: 1. Modos de aquisição de território. Fronteiras e limites terrestres. 3. Espaços marítimos do Estado. Espaços marítimos internacionais. 4. Espaço aéreo do Estado. Espaço aéreo internacional.

PARTE III – OS CONFLITOS INTERNACIONAIS. Capítulo I – Solução Pacífica de Controvérsias Internacionais: 1. Os meios diplomáticos. 2. Os meios judiciais. 3. Os meios coercitivos. Capítulo II – A Guerra: 1. A guerra perante o DIP. 2. O direito Internacional humanitário. 3. A proteção internacional dos refugiados. 4. Os crimes de guerra e o Tribunal Penal Internacional. Capítulo III – A Responsabilidade Internacional do Estado. 1. Conceito e princípios. 2. Teorias subjetiva e objetiva. 3. Pressupostos da reparação. 4. Excludentes de responsabilidade. Capítulo IV Os órgãos das relações. Capítulo IV Os órgãos das relações internacionais. 1. Chefe de Estado e Chefe de Governo. 2. Ministro das Relações Exteriores. 3. Agentes diplomáticos. 4. Agentes consulares. 5. As delegações junto às Organizações Internacionais.

PARTE IV – AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS. Capítulo I – Teoria Geral das Organizações Internacionais: 1. Definição. Características e classificação. 2. Personalidade jurídica



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Internacional Público**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24321-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

internacional. 3. Processo decisório. 4. Representação dos Estados membros. 5. Sanções aos Estados membros. Retirada voluntária. Capítulo II – A Organização das Nações Unidas: 1. História. 2. Propósitos e finalidades. 3. Membros das Nações Unidas. 4. Segurança coletiva e supremacia da Carta da ONU. 5. Os órgãos das Nações Unidas. 6. Organismos Especializados da ONU. 7. Revisão da Carta da ONU. Capítulo III – Teoria Geral dos Mercados Regionais: 1. A formação dos sistemas de integração. 2. A União Europeia. 3. O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

PARTE V – PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS: Capítulo I – Sistema Geral de proteção dos Direitos Humanos: 1. Direitos do homem, direitos fundamentais e direitos humanos. 2. O sistema geracional de direitos. Críticas. 3. O direito internacional dos direitos humanos. 4. Tratados de direitos humanos no direito brasileiro. 5. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. 6. Os Pactos de Nova York/66 – Direitos Civis e Políticos, Econômicos, Sociais e Culturais. Capítulo II – Sistemas regionais de proteção dos direitos humanos: 1. Sistema europeu. 2. Sistema Americano. 3. Sistema africano.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

ACCIOLY, Hildebrando; NASCIMENTO E SILVA, Geraldo Eulálio; CASELLA, Paulo Borba. *Manual de Direito Internacional Público*. São Paulo: Saraiva.
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. *Curso de Direito Internacional Público*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
REZEK, Francisco. *Direito Internacional Público. Curso Elementar*. São Paulo: Saraiva.

COMPLEMENTAR

AMORIM, Luis Ivaní. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Forense.
ANDRADE, Agenor Pereira. *Manual de Direito Internacional Público*. São Paulo: Forense.
DEL'OLMO, Florisbal de Souza. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Forense.
LITRENTO, Oliveiros. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Forense.
SOARES, Guido Fernando Silva. *Curso de Direito Internacional Público*. São Paulo: Atlas.
MELLO, Celso Duvivier de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro: Renovar.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
DISCIPLINA: **Direito Penal III**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24631-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: A disciplina Direito Penal III inicia o estudo da teoria e da aplicação da pena criminal. São enfocadas as diferentes fases da sanção (legal, judicial e administrativa), dando-se destaque à individualização e à aplicação da pena. São analisadas as alternativas penais (os substitutos legais) e a sua relação com a política criminal. Ao final, encerra-se o estudo com a análise das causas extintivas da punibilidade, com ênfase na prescrição.

II. OBJETIVOS: Proporcionar o conhecimento das diversas espécies de penas criminais e sua adequada aplicação. Capacitar o estudante a identificar e valorar as circunstâncias para a correta aplicação da pena. Habilitar o aluno a estipular a reprimenda penal e a empregar as Instituições próprias em sua execução, bem como reconhecer as hipóteses de extinção da punibilidade.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Penas. 1.1. Conceito. Espécies. Características. 1.2. Razão de punir: dos fundamentos e fins da pena. 1.3. A função da pena no Estado (Democrático) de Direito. 1.4. As teorias da pena. Espécies de pena: penas privativas de liberdade, penas restritivas de direito e pena de multa. 1.5. Alternativas ao controle penal.

2. Aplicação da Pena Criminal. 2.1. O dinamismo penal – o processo de aplicação da pena. 2.2. O método trifásico. 2.3. A fixação da pena-base - circunstâncias judiciais. A discricionariedade judicial e a fundamentação na estipulação da pena-base. 2.4. As demais etapas da fixação da pena - circunstâncias agravantes e atenuantes, as causas de aumento e diminuição da pena na Parte Geral e na Parte Especial do Código Penal. 2.5. Execução da pena privativa de liberdade: regimes fechado, regime semiaberto e aberto. 2.5.1. A determinação do regime inicial da execução da pena. 2.6. A substituição da pena privativa de liberdade – restritivas de direitos. 2.7. Da aplicação da pena de multa. 2.7.1. Método bifásico: número de dias-multa, valor do dia-multa.

3. Concurso de crimes. 3.1. Introdução. 3.2. Consequências jurídicas. 3.3. Concurso material. 3.4. Concurso formal. 3.5. Crime continuado. 3.6. Metodologia dos acréscimos.

4. Efeitos genéricos da condenação criminal. 4.1. Efeitos específicos da condenação criminal. 4.2. Provimentos da sentença criminal.

5. Suspensão condicional da Pena. 5.1. Conceito. 5.2. Natureza Jurídica. 5.3. Requisitos objetivos e subjetivos. 5.3. Período de prova. 5.4. Audiência admonitória. 5.5. Revogação. 5.5. Extinção.

6. Livramento condicional. 6.1. Conceito. 6.2. Pressupostos subjetivos e objetivos. 6.3. Revogação.

7. Extinção da punibilidade. 7.1. Conceito. 7.2. Causas extintivas da punibilidade – ênfase no estudo da prescrição.

8. Medida de Segurança. 8.1. Natureza jurídica. 8.2. Modalidades. 8.3. Prazo.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal - Parte Geral*. Vol. 1. 19ª ed. SP: Saraiva, 2013.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
DISCIPLINA: **Direito Penal III**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24631-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

BOSCHI, José Antônio Paganella. *Das penas e seus critérios de aplicação*, 5ª ed. POA: Livraria do Advogado, 2011.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELLI, José Henrique. *Manual de Direito Penal brasileiro - Parte Geral*. 9ª ed. SP: RT, 2011.

COMPLEMENTAR

AGUIAR JR, Ruy Rosado. *Aplicação da pena*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

CARVALHO, Salo de. *Crítica à Execução Penal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

DELMANTO, Celso et alii. *Código Penal Comentado*. 12ª ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

SCAPINI, Marco Antônio Bandeira. *Prática de execuções das penas privativas de liberdade*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Civil IV: Pesquisa e Prática (85h)**
CARGA HORÁRIA: **85 horas**
CODICRED: **24235-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudo da parte geral do direito dos contratos, numa análise genérica destes, ou seja, enquanto institutos de direito das obrigações. Início do estudo da parte especial do direito dos contratos, com a análise, desde já, de alguns dos vários contratos típicos de Direito Privado.

II. OBJETIVOS: O estudo da parte geral do direito dos contratos, numa análise genérica enquanto institutos de direito das obrigações, com o escopo da compreensão de seus princípios, sua formação, características e particularidades, com vista nos contratos de Direito Privado, levando o aluno à uma análise dos mesmos como institutos específicos do direito das obrigações, a fim da apreensão dos conhecimentos genéricos mínimos deste instrumento obrigacional, como suporte para elaboração válida e eficaz de um contrato. Também o conhecimento genérico mínimo tanto para uma análise crítica do instituto como para o estudo das suas espécies. Ainda, iniciar o estudo da parte especial do direito dos contratos, levando o aluno à análise específica de alguns dos vários contratos típicos de direito privado, a fim da apreensão dos conhecimentos mínimos relativos a cada um dos espécimes obrigacionais contratuais previstos no programa, mediante a compreensão de seus elementos, formação, características, virtude, defeitos, vantagens, desvantagens, particularidades, etc., no sentido de possibilitar ao aluno uma análise crítica de cada um destes como suporte à elaboração válida e eficiente de quaisquer dos contratos estudados.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: Contrato como negócio jurídico. 1.1. Contrato como fonte de relação jurídica obrigacional. 1.2. Propedêutica dos contratos no Código Civil e Código do Consumidor. 1.3. Definição. 1.4. Princípios: autonomia da vontade; consensualismo; obrigatoriedade; intervenção estatal; relatividade; boa-fé e função social do contrato. 1.5. Elementos essenciais: partes, objeto e forma. 2. Formação. 2.1. Negociações preliminares. 2.2. Proposta. 2.3. Aceitação, retratação. 3. Classificação. 3.1. Unilaterais e bilaterais. 3.2. Onerosos e gratuitos. 3.3. Cumulativos e aleatórios. 3.4. Nominados e Inominados. 3.5. Real e consensual. 3.6. Solene e não-solene. 3.7. Principal e acessório. 3.8. De execução instantânea e de execução diferida. 3.9. De adesão e cláusulas leoninas.

UNIDADE 2: Interpretação. Revisão contratual. 5.1. Teoria da imprevisão. 6. Contratos bilaterais. 6.1. Particularidades: cláusula resolutiva tácita e expressa. 6.2. Exceção de inadimplemento.

UNIDADE 3: Vícios redibitórios e evicção. 8. Arras. 9. Extinção dos contratos. 9.1. Modalidades, resilição bilateral e distrato. 9.2. Resilição unilateral e denúncia. 9.3. Resolução. 9.4. Rescisão, revogação, conseqüências, indenização por perdas e danos.

UNIDADE 4: Compra e venda. 10.1. Conceito. 10.2. Natureza jurídica. 10.3. Elementos: coisa, preço, consentimento. 10.4. Obrigações. 10.5. Cláusulas adjetas. 10.6. Modalidades especiais. 10.7. Compra e venda com alienação fiduciária. 11. Contrato de promessa de compra e venda. 11.1. Conceito. 11.2. Natureza jurídica. 11.3. Efeitos. 11.4. Adjudicação. 12. Troca. 12.1. Conceito. 12.2. Natureza jurídica. 12.3. Efeitos. 13. Contrato estimatório.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2009.
RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos*. 10ª ed. Saraiva, 2010.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Civil IV: Pesquisa e Prática (85h)**
CARGA HORÁRIA: **85 horas**
CODICRED: **24235-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

AGUIAR Jr., Ruy Rosado. Comentários ao Novo Código Civil. Ed. Forense, 2011.

COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria geral dos contratos típicos e atípicos : curso de direito civil. São Paulo : Atlas, c2002.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Comentários ao Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.

NEGREIROS, Teresa. Teoria do contrato : novos paradigmas. 2. ed. Rio de Janeiro : Renovar, 2006.

TEPEDINO, Gustavo. Código Civil interpretado conforme a Constituição da República. Vol. II. 1ª ed. Renovar, 2006.

USTARROZ, Daniel. Direito dos Contratos Temas Atuais. Livraria do Advogado. 2012.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Empresarial I**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24256-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudo da Teoria Geral do Direito Empresarial e seus elementos, abordando aspectos históricos, econômicos, sociais e jurídicos. Estudo da nova estrutura do Direito Empresarial, destacando a Empresa, o Estabelecimento, Empresários e tipos societários, previstos no Código Civil.

II. OBJETIVOS: A disciplina tem por objetivo permitir ao aluno a compreensão da sistemática e estruturação do direito empresarial no que diz respeito ao conceito, princípios formadores e características dos institutos e o respectivo tratamento jurídico.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: 1. Empresa e Estabelecimento. 1.1-Direito Comercial e disciplina da atividade econômica. 1.2 - Introdução. 1.3- Aproximação do direito brasileiro ao sistema italiano. 1.4- Do direito comercial ao direito empresarial. 2. Empresário Individual. 2.1- Responsabilidade do empresário individual. 3. Empresa de Pequeno Porte e Microempresa. 3.1- Obrigações Gerais dos Empresários. 3.2- Registro de Empresa.

UNIDADE 2: 1. Teoria Geral das Sociedades. 1.2- As sociedades empresárias. 1.3- Personalização da sociedade empresária.

UNIDADE 3: 1. Sociedade Simples - Sociedade empresária. 1.2- Caracterização da sociedade simples. 1.3- Regime jurídico. 1.4- Responsabilidade dos sócios. 1.5- Deliberações sociais. 1.6- Capital social. 1.6. Administração. 1.7- Resolução da sociedade em relação ao sócio. 1.8- Dissolução. 1.9- Liquidação.

UNIDADE 4: 1. Sociedades Empresárias. 1.1- Sociedade em nome coletivo, em comandita simples com conta de participação. 1.2- Sociedade em nome coletivo. 1.3- Sociedade em comandita simples. 1.3- Sociedade em nome coletivo. 1.4- Sociedade em comandita simples. 1.4- Sociedade de responsabilidade limitada. 1.5- Deliberações sociais. 1.6- Rompimento parcial do vínculo societário. 1.7- A retirada na sociedade de responsabilidade limitada. 2. Prazo para o exercício de retirada. 2.1- Momento da ruptura. 2.2- Retirada em sociedade de dois sócios. 2.3- Dissolução parcial. 2.4- Direito contra a sociedade. 3. Exclusão de sócio. 3.1- Procedimento a adotar na exclusão. 3.2- Exclusão do sócio majoritário. 3.3- Momento da exclusão. 3.4- Falecimento do sócio. 4. Dissolução e Liquidação.

IV. BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

BERTOLDI, Marcelo M. Curso Avançado de Direito Empresarial. Ed. RT, 2012.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. V. I São Paulo: Saraiva, 2012.
GOMES, Fábio Berilote. Manual de Direito Empresarial. Ed. RT, 2012.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das Sociedades Comerciais: Direito das Empresas. São Paulo, Saraiva, 2004.
MAMEDE, Gladston. Direito Empresarial Brasileiro. São Paulo. Atlas. 2004.
NOGUEIRA, Ricardo José Negrão, Manual de Direito Comercial e da Empresa. Vol. I, 3.ed., São Paulo, Saraiva, 2003.
REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial. V.I. 22 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
RIZZARDO, Arnaldo. Direito de Empresa. Ed. Forense, 2010.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL
DISCIPLINA: **Direito Processual Civil I**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24533-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudo e elaboração da petição inicial, com exame na resposta do réu. Estudo da intervenção de terceiros. Análise do regime de provas, da audiência e seus modelos. Estudos sobre o julgamento da lide.

II. OBJETIVOS: A disciplina objetiva fazer com que o aluno conheça a formação do processo, bem como a instrução do processo civil principalmente pelo estudo da teoria da prova, mediante sua produção e avaliação, seguindo-se audiências e julgamento da lide.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade 1: Objetivos da disciplina, método, cronograma e bibliografia.

1. Petição inicial. 1.1. Conceito. 1.2. Requisitos. 1.3. Pedidos. 1.4. Emenda. 1.5. Indeferimento da inicial. 2. Resposta do réu. 2.1. Conceito 2.2. Formas. 2.3. Exceções. 2.4. Ação declaratória incidental. 2.5. Reconhecimento do pedido. 2.6. Reconvenção. Revelia. 2.7. Conceito. 2.8. Caracterização. 2.9. Efeitos.

Unidade 2: Litisconsórcio. 1.1. Espécies. 1.2. Relação processual litisconsorcial. 1.3 Assistência. 1.3.1. Simples. 1.3.2. Litisconsorcial. 2. Intervenção de terceiros. 2.1. Conceito. 2.2. Espécies.

Unidade 3: Direito Probatório. 1.1. Introdução. 1.2. Objeto da prova. 1.3. Classificação das provas. 1.4. Princípios. 1.5. Ônus da prova. 1.6. Contradição. 1.7. Imaculação da prova. 1.8. Sistemas de avaliação. 1.9. Meios de prova. 2. Espécies. 2.1 Depoimento pessoal e confissão. 2.2. Prova testemunhal. 2.3. Prova documental. 2.4. Prova pericial. 2.5. Inspeção Judicial.

Unidade 4: 1. Juizamento conforme o estado do processo 1.2. Despacho saneador. 1.3. Tentativa de conciliação. 1.4. Audiência de instrução e julgamento. 2. Extinção do processo com julgamento do mérito e sem julgamento do mérito.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do Processo de Conhecimento. Ed. Revista dos Tribunais. 2008.

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. São Paulo, Saraiva, 2012.

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil, Vol. 1 e 2. 14ª Ed. Saraiva, 2012.

COMPLEMENTAR

CARNEIRO: Athos Gusmão intervenção de terceiros. Saraiva, 1974. Cintra: (Comentários ao Código de Processo Civil.).

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. Vol. I. 18 Ed. Rio de Janeiro: Lauren Juris, 2012.

MITIDIEIRO, Daniel. Curso de Processo Civil – Volume 1 – Teoria Geral do Processo Civil e Parte Geral do Direito Processual Civil. Atlas, 2010.

SANTOS, Moacyr Amaral dos. Prova Judiciária no Cível e no Comercial. São Paulo. M. Limonad. 1983.

FIGUEIRA Jr., Joel Dias. Comentários ao código de Processo Civil Tomo I Vol. 4, 2ª Edição. RT, 2012.



Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
DISCIPLINA: **Direito Penal IV**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24632-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Crimes em espécie. Estudo dos principais tipos penais (Código Penal e Leis Especiais). Generalidades, elementos e classificação. Discussão crítica. Relação entre dogmática penal, prática e jurisprudência. Análise de legitimidade jurídico-constitucional das condutas incriminadas e respectivas penas. Exame de proporcionalidade.

II. OBJETIVOS: Instrumentalizar o conhecimento da dogmática jurídico-penal e da jurisprudência aplicada aos crimes em espécie. Desenvolver uma visão crítica em torno dos principais crimes na legislação penal brasileira, estabelecendo-se a contextualização da disciplina na ordem jurídica global e a relação teoria/prática, de sorte a despertar o espírito crítico no aluno, habilitando-o à solução das questões relativas à profissão.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Classificação dos crimes à luz do bem jurídico protegido. Relação Constituição - política criminal: fundamentos e limites constitucionais da atividade legislativa na elaboração dos tipos penais.
2. Crimes contra a pessoa: crimes contra a vida, lesões corporais, periclitamento da vida e da saúde, rixa, crimes contra a honra.
3. Crimes contra o patrimônio: furto, roubo, extorsões, apropriação indébita e estelionato.
4. Crimes contra a dignidade sexual: Crimes contra a liberdade sexual (estupro, violação sexual mediante fraude e assédio sexual).
5. Crimes contra a dignidade sexual: Crimes sexuais contra vulnerável (estupro de vulnerável, satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente e favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável);
6. Crimes contra a paz pública: incitação ao crime, apologia ao crime, quadrilha e "organizações criminosas".
7. Crimes contra a fé pública: moeda falsa e falsidade documental.
8. Crimes contra a administração pública e contra a administração da justiça.
9. Direito penal econômico: crimes contra a ordem tributária, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra ordem econômica e de lavagem de dinheiro.
10. Legislação especial: Lei de drogas. Lei da tortura. Crimes do Código de Trânsito Brasileiro. Lei de armas. Crimes ambientais.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal*. Vols.3 (8ª ed.) e 4 (6ª ed.), São Paulo: Saraiva, 2012.
DELMANTO, Celso et al., *Código Penal comentado*, 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
PRADO, Luis Régis. *Curso de Direito Penal Brasileiro*. Vols. 2 (10ª ed./2011) e 3 (8ª ed./2012). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

COMPLEMENTAR

CUNHA, Rogério Sanchez. *Manual de Direito penal: parte especial*. Salvador: JUSPODIVM, 2012.



CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

DISCIPLINA: **Direito Penal IV**

CARGA HORÁRIA: **60 horas**

CODICRED: **24632-04**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

FRANCO, Alberto Silva et all. *Leis penais Especiais e sua Interpretação Jurisprudencial*. 2 vols. 7ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

NUCCI, Guilherme de Souza. *Código Penal comentado*. 11ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PRADO, Luis Régis. *Direito Penal Econômico: Ordem Econômica, Relações de Consumo, Sistema Financeiro, Ordem Tributária e Sistema Previdenciário*. 4ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

REALE JR, Miguel. *Direito penal: debates jurisprudenciais*. Rio de Janeiro: GZ Editora, Vol. I e II (2012), III e IV (2013).



6. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- MARCUSSCHI, Luiz Antonio. Leitura e compreensão do texto falado e escrito como ato individual de uma prática social. In: Orlandi, Eni et al. Leitura: perspectivas interdisciplinares. São Paulo: Ática, 1991.
- MARCUSSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2005.
- MORAES, Olinda Martins. Um estudo das relações de coesão em Português. In: Letras & Letras. Uberlândia, 2 (2): 359-384, dez. 1986.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. São Paulo: Cortez, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARNEIRO, Agostinho D. Texto em construção: interpretação de texto. São Paulo: Moderna, 1992.
- FÁVERO, Leonor L. Coesão e coerência textuais. São Paulo: Ática, 1991.
- PLATÃO & FIORIN. Para entender o texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1992.
- SERAFINI, Maria T. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1997.
- VIANA, Antônio Carlos M. et al. Roteiro de redação: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1999.



ESCOLA DE
DIREITO

Leonor A.

PUCCRS

Av. Ipiranga, 6681
Caixa Postal - 1429 - CEP 90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: 0 (xx) 51 3320-3528
Fax: 0 (xx) 51 3320-3500 R: 4708
e-mail: letras@puccrs.br



1. EMENTA

Prática de leitura e de produção de textos de diversos gêneros. Reflexão sobre a noção de "adequação comunicativa" em diferentes situações de interação verbal escrita. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo. Fatores de textualidade.

2. OBJETIVOS

Propiciar situações que permitam ao aluno a caracterização de textos a partir de sua funcionalidade.
Desenvolver competências de leitura e produção de textos a partir do estudo de aspectos fundamentais que constituem os diferentes gêneros textuais.
Oportunizar situações para que o aluno possa rever e criticar o seu próprio trabalho, exercitando atividades de análise, crítica e reelaboração.

3. PROGRAMA CURRICULAR

1. Noções de texto
2. Fatores de textualidade: coerência, coesão, clareza, informatividade, adequação, intertextualidade, conhecimento linguístico, conhecimento de mundo, conhecimento partilhado
3. Tipos e gêneros textuais
4. Textos figurativos e temáticos

4. METODOLOGIA

Prática de leitura, produção, revisão e reescrita de textos.

5. AVALIAÇÃO

O aluno será avaliado através de duas provas (uma em cada bimestre), por um trabalho de pesquisa e pela produção realizada durante o semestre: [P1 + P2 + (Pesq. + P5)] : 3



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
ESCOLA DE HUMANIDADES – CURSO DE LETRAS

Disciplina: Linguagem e Argumentação
Codifred: 1216K-04
Número de horas-aula: 60
Ano/semestre: 2012/2

EMENTA

Leitura e produção de textos argumentativos, com ênfase nos aspectos semânticos, sintáticos e discursivos. Operadores argumentativos. Tipos de argumento e estratégias de argumentação. Identificação e análise de processos argumentativos em diferentes gêneros textuais, nas modalidades oral e escrita.

OBJETIVOS

- Promover o estudo dos princípios e funções da argumentação do ponto de vista comunicativo e lingüístico, refletindo sobre a importância do domínio de recursos argumentativos para a defesa de pontos de vista.
- Proporcionar a identificação e a análise de recursos constitutivos de textos argumentativos orais e escritos, tais como operadores argumentativos, tipos de argumento e estratégias de argumentação.
- Desenvolver competências de análise e de construção das relações entre as idéias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Reflexões sobre a atividade argumentativa
- Princípios e funções da argumentação
- Argumentação e situação comunicativa
- Estratégias argumentativas
- Características discursivas e estruturais na argumentação e na contra-argumentação: análise e síntese.
- Tipos de argumento
- Aspectos lingüísticos do texto argumentativo
- Ordem geral e aspectos específicos da organização das idéias no texto.
- Operadores argumentativos



**ESCOLA DE
DIREITO**

Leandro A.

PUCRS

Av. Ipiranga, 6681
Caixa Postal - 1429 - CEP 90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: 0 (xx) 51 3320-3528
Fax: 0 (xx) 51 3320-3500 R: 4708
e-mail: letr@pucrs.br



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
ESCOLA DE HUMANIDADES – CURSO DE LETRAS

METODOLOGIA

Leitura e análise de textos com o objetivo de serem realçadas as suas especificidades argumentativas. Atividades de construção de parágrafos, que permitam a apreensão significativa da formação argumentativa. Análise e síntese de parágrafos e de textos com o fim de verificar o desenvolvimento do raciocínio. Ênfase na síntese de textos argumentativos visando ao conhecimento das relações hierárquicas que se estabelecem ao engendrar as idéias presentes no texto.

AVALIAÇÃO

A avaliação levará em conta o desempenho do aluno em testes e provas e a sua produtividade, no que diz respeito aos conhecimentos construídos e às habilidades desenvolvidas a partir da leitura/escrita. O G1 resulta da soma das notas obtidas pelos trabalhos realizados (40%) e duas provas (60%).

BIBLIOGRAFIA

- CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. São Paulo: Ática, 1986.
FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. *Oficina de texto*. Petrópolis: Vozes, 2003.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 2002.
GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 7 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.
GIERING, Maria Eduarda ; TEIXEIRA, Marlene. *Investigando a linguagem em uso: estudos em linguística aplicada*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
GUEDES, Paulo Coimbra. *Da redação escolar ao texto. Um manual de redação*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.
KOCH, Ingedore Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.
PERELMAN, Chaïn; Olbrecht-Tyteca, Lucie. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
TOULMIN, Sthefen. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



ESCOLA DE
DIREITO

PUCRS

Av. Ipiranga, 6681
Caixa Postal - 1429 - CEP 90619-900
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: 0 (xx) 51 3320-3528
Fax: 0 (xx) 51 3320-3500 R: 4708
e-mail: letras@pucrs.br



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
ESCOLA DE HUMANIDADES – CURSO DE LETRAS

Disciplina: Português Instrumental para o Direito
Codicred: 12188-04
Carga Horária: 60h
Ano/Semestre: 2012/1

EMENTA

Estudo da estrutura do texto, do parágrafo e da frase. Análise, produção e reescrita de textos, considerando os seguintes tópicos: norma culta e variação linguística, correção e adequação linguística em diferentes situações de uso profissional, regras de funcionamento da escrita.

OBJETIVOS

Propiciar situações que permitam ao aluno a caracterização de textos a partir de sua funcionalidade. Desenvolver competências de leitura e produção de textos a partir do estudo de aspectos fundamentais que constituem os diferentes tipos textuais. Oportunizar situações para que o aluno possa rever e criticar o seu próprio trabalho, exercitando atividades de análise, crítica e reelaboração.

PROGRAMA

1. Prática de leitura e de produção de textos de diversos tipos.
2. Noções fundamentais sobre estrutura e conteúdo.
3. Fatores de textualidade: coesão, coerência, clareza, informatividade, intertextualidade, conhecimento de mundo e partilhado e adequação.
4. Revisão e reescrita orientada dos textos produzidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; PAVANI, C. F. Prática textual. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
SARMENTO, Leila Lauer. Gramática em textos. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2009.
XAVIER, Ronaldo Caldeira. Português no Direito. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECHARA, Evanildo. Moderna gramática portuguesa. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. Nova gramática do português contemporâneo. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.
FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristóvão. Prática de textos para estudantes universitários. Petrópolis: Vozes, 1992.
GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
KÖCHE, V. S.; BOFF, O. M. B.; MARINELLO, A. F. Leitura e produção textual. Petrópolis: Vozes, 2010.

METODOLOGIA

Prática de leitura, produção, revisão e reescrita de textos. A ênfase nas atividades de leitura e de produção textual recairá sobre os aspectos estruturais e funcionais localizados a partir do exame dos textos trabalhados.



ESCOLA DE
DIREITO Lucas A.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria Acadêmica
Coordenadoria de Ensino e de Desenvolvimento Acadêmico
Faculdade de Psicologia

PLANO DE ENSINO

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 DEPARTAMENTO:	Psicologia Clínica	
1.2 CURSO:	Bacharelado em Direito	
1.3 DISCIPLINA:	Psicologia Aplicada ao Direito	CODICRED: 13383-02
1.4 CRÉDITOS:	02	
1.5 PROFESSOR:	Ricardo Wainer, Renata Cardoso Plácido, Débora Silva de Oliveira, Thiago Gomes de Castro, Lucas Elias Rosito, Maísa dos Santos Rigoni, Ledo Daruy Filho, Márcio Englert Barbosa, Jefferson Silva Krug e Samantha Dubugras Sá.	
1.6 TURMA:	123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 159, 169, 179, 189, 269, 458, 459, 468, 469, 479, 489 e 689.	
1.7 ANO/SEMESTRE:	2013/1	

2. EMENTA

Psicologia Jurídica e Psicologia Forense. Conceitos fundamentais da construção da personalidade. Principais funções psíquicas e suas alterações. Classificação psicopatológica dos Transtornos Mentais. Métodos de Investigação em Psicologia Jurídica. Perícia Psicológica na área civil e criminal. Interface entre a Psicologia Cognitiva e o Direito: Aspectos mnemônicos dos depoimentos e provas testemunhais.

3. OBJETIVOS

- *Oferecer subsídios, ao estudante e ao futuro profissional de Direito, sobre conceitos básicos da Psicologia para a compreensão do comportamento da pessoa, e sobre as atribuições e ação do psicólogo num processo de perícia psicológica;
- *Oportunizar ao aluno o estudo dos processos cognitivos aplicados à prática forense;
- *Oferecer uma visão geral sobre a organização da personalidade normal e patológica;
- *Favorecer a integração dos conteúdos advindos das pesquisas em Psicologia com aqueles desenvolvidos pelas Ciências Jurídicas e Sociais;
- *Buscar fomentar no aluno um espírito de análise crítica do depoimento judicial e extrajudicial, fundamentada nos aportes científicos da Psicologia Cognitiva;
- *Instrumentalizar o aluno na avaliação dos diferentes aspectos cognitivos envolvidos na obtenção e análise dos depoimentos.

4. CONTEÚDO

- Relação entre Psicologia e Direito. Psicologia Jurídica e Psicologia Forense: conceitos e áreas de atuação;
- Conceitos para a compreensão da personalidade: definição de personalidade, teorias de personalidade;
- Estruturação da Personalidade;
- Transtornos Psicológicos. Principais tipos de Transtornos Psicológicos;
- Funções psíquicas e alterações;
- Loucura e Crime. Aspectos biológicos, psicológicos e sociais do comportamento criminoso;
- Perícia Psicológica;
- Homicídios, suicídios. Avaliação retrospectiva (Autópsia Psicológica);
- Violência doméstica;
- A memória e falhas da memória;
- Técnicas cognitivas para a melhora da qualidade do depoimento;
- Simulação x Dissimulação.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Aulas expositivas dialogadas
Apresentação e discussão de casos
Leitura de textos e artigos

6. RECURSOS

Vídeos, filmes, ambiente Moodle



PUCRS

Campus Central

Av. Ipiranga, 6681 - P. 11 - 8º andar

CEP: 90619-900

Fone: (51) 3320-3550 - Fax (51) 3320 - 3614

E-mail: psicologia@pucrs.br

www.pucrs.br/psicologia

www.pucrs.br



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.



7. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

I. Critérios de avaliação da FAPSI-PUC/RS:

Os dois critérios de avaliação são (a aprovação em um deles não implica a aprovação no outro):

1. Frequência: Para ser aprovado (a), aluno (a) deverá comparecer a 75% (setenta e cinco por cento) das aulas.

2. Aproveitamento: O aproveitamento é resultante dos graus obtidos nas avaliações realizadas ao longo do semestre e denomina-se grau G1. O (a) aluno (a) que obtiver grau G1 igual ou superior a 7,0 (sete) estará aprovado (a). Se o G1 for inferior a 4,0 (quatro), estará automaticamente reprovado (a). Se o G1 for superior a 4,0 (quatro), mas inferior a 7,0 (sete), deverá fazer um exame final (prova de G2). O grau G2 é o resultado da média aritmética simples entre a nota da prova de G2 e o grau G1. Estará aprovado (a) em grau G2 se obtiver média maior ou igual a 5,0 (cinco). Aquele (a) que entender conveniente não realizar, na data designada pelo professor, uma e apenas uma das avaliações de aproveitamento que compõe o grau G1, poderá realizar uma prova especial (PE) na data estabelecida. O conteúdo de cada uma das avaliações de G1 será ajustado em sala de aula, exceto o conteúdo da prova G2 e da prova especial (PE), que necessariamente abrangem todos os tópicos do conteúdo programático da disciplina. Eventuais questionamentos sobre as avaliações devem ser feitos conforme o procedimento estabelecido pela Unidade, que está disponível no site da Faculdade de Psicologia.

II. Critérios específicos de avaliação desta disciplina:

A avaliação da disciplina realizar-se-á através da média aritmética das notas 1 e 2:

Nota 1: Prova 1 Individual s/ consulta (peso 10)

Nota 2: Prova 2 Dupla s/ consulta (peso 10)

O aluno terá direito a recuperar uma prova, não realizada, na última semana de aula do semestre vigente com conteúdo cumulativo e peso correspondente à avaliação perdida pelo aluno.

Observação: Demais ausências deverão ser justificadas, na Secretaria da FAPSI, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após o início da ausência. Pedidos posteriores a este prazo, não serão considerados.

Legislação – Justificativa de Falta

- Decreto-Lei 715/69 – relativo à prestação do Serviço Militar (Exército, Marinha e Aeronáutica).
- Lei 9.615/98 – participação do aluno em competições esportivas institucionais de cunho oficial representando o País.
- Lei 5.869/73 – convocação para audiência judicial.

Legislação – Ausência Autorizada (Exercícios Domiciliares)

- Decreto-Lei 1.044/69 – dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores de afecções que indica.
- Lei 6.202/75 – amparo a gestação, parto ou puerpério.
- Decreto-Lei 57.654/66 – lei do Serviço Militar (período longo de afastamento).
- Lei 10.412 – às mães adotivas em licença-maternidade.

B. BIBLIOGRAFIA

B.1. BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HALL, Calvin S.; LINDZEY, Gardner; CAMPBELL, John B. **Teorias da Personalidade**. 4 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000. (4 exemplares)

CUNHA, Jurema Alcides. **Psicodiagnóstico V**. 5 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000. (10 exemplares)

SILVA, D. M. P. **Psicologia jurídica no Processo Civil brasileiro**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. (4 exemplares)

B.2. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DÍAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 4 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007. (22 exemplares)

GAUER, G.J.C. & MACHADO, D.S. **Filhos & Vítimas do tempo da violência**. Curitiba: Juruá, 2003. (5 exemplares)

RIGONATTI, S. **Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica**. São Paulo: Vetor, 2003.

ROVINSKI, S.L.R. & CRUZ, R.M. (Org.). **Psicologia Jurídica: Perspectivas Teóricas e processos de intervenção**. São Paulo: VETOR, 2009.

SHINE, S. **Avaliação psicológica e lei: Adoção, vitimização, separação conjugal, dano psíquico e outros temas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. (3 exemplares)



PUCRS

Campus Central

Av. Ipiranga, 6681 – P. 11 – 8º andar

CEP: 90619-900

Fone: (51) 3320-3550 – Fax (51) 3320 – 3614

E-mail: psicologia@pucrs.br

www.pucrs.br/psicologia

www.pucrs.br



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Civil V: Pesquisa e Prática (85h)**
CARGA HORÁRIA: **85 horas**
CODICRED: **24236-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Continuação do estudo da parte especial do direito dos contratos, com a análise dos demais contratos típicos de direito privado.

II. OBJETIVOS: Continuar o estudo da parte especial do direito dos contratos, iniciado na disciplina de Direito Civil IV – Contratos I, com a análise específica dos demais contratos típicos de direito privado, a fim da apreensão dos conhecimentos mínimos relativos a cada um dos espécimes obrigacionais contratuais previstos no programa, mediante a compreensão de seus elementos, formação, características, virtudes, defeitos, vantagens, particularidades, etc. no sentido de, então, possibilitar ao aluno uma análise crítica de cada um destes como suporte a possibilitar a elaboração válida e eficiente de quaisquer dos contratos estudados.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: Doação. Conceito. Natureza jurídica e espécies. Extinção. Inadimplemento do encargo. Revogação por ingratidão. Locação. Conceito. Natureza jurídica. Locação predial urbana. Locação em *shopping center*. Arrendamento mercantil (*leasing*).

UNIDADE 2: Prestação de serviços. Empreitada. Conceito. Natureza jurídica. Espécies. Empreitada de labor. Empreitada mista. Incorporação. Empréstimo. Mútuo. Comodato. Mútuo mercantil. Mútuo bancário. Depósito. Conceito. Natureza jurídica. Espécies. Depósito mercantil e conhecimento de depósito. Depósito bancário. Abertura de Crédito. Antecipação.

UNIDADE 3: Mandato. Conceito. Natureza jurídica. Espécies. Mandato e comissão mercantil. Representação comercial. Gestão de negócios. Fiança. Conceito. Natureza jurídica. Espécies. Transporte. Conhecimento de transporte. Constituição de Renda. Transação. Compromisso.

UNIDADE 4. Contratos bancários. Faturização (*factoring*). Franquia (*franchising*). Cartão de créditos. *Know How*. Seguro.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.

RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. 10ª ed. Saraiva, 2010.

TEPEDINO, Gustavo. Código Civil interpretado conforme a Constituição da República. Vol. II. 2ª Ed. Renovar, 2007.

COMPLEMENTAR

ANDRIGHI, Nancy. Comentários ao novo código civil, com Sidney Benetti, Vera Lucia Andrighini. Ed. Forense, 2008.

FRANÇA, Pedro Arruda. Contratos atípicos : legislação, doutrina e jurisprudência. 4. ed. Rio de Janeiro : Forense, 2006.

GAGLIANO, Pablo Stolze. Comentários ao Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.

PELUSO, Cezar. Código civil comentado: doutrina e jurisprudência. 4ª ed. Manole, 2010.

WALD, Arnoldo. Obrigações e contratos. 16ª ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Saraiva, 2004.



ESCOLA DE
DIREITO

Luís A.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Empresarial II: Pesquisa e Prática (85h)**
CARGA HORÁRIA: **85 horas**
CODICRED: **24250-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Compreende o estudo do Direito Empresarial e do Direito Cambiário. Aborda os aspectos relevantes da Sociedade Anônima à luz da legislação vigente, bem como, noções do Mercado de Capitais e, ainda, a Teoria Geral dos Títulos de Crédito com análise das suas principais espécies.

II. OBJETIVOS: Proporcionar ao aluno conhecimentos indispensáveis sobre as sociedades anônimas e os títulos de crédito. Fornecer uma visão geral da sociedade anônima e a circulação de seus valores mobiliários, bem como o papel da Bolsa de Valores e a participação da Comissão de Valores Mobiliários. Apresentar a Teoria Geral dos Títulos de Crédito, as principais espécies (letra de câmbio, nota promissória, duplicata e cheque), sua circulação, garantias, pagamentos, protesto e exercício de ação.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: 1. Sociedade Anônima. 1.1. Histórico. 1.2. Características. 1.3. Constituição Societária. 1.4. Capital Social. 1.5. Ações e outros Valores Mobiliários. 1.6. Acionistas. 1.7. Órgãos Societários (Assembleia Geral, Conselho e Administração; Diretoria e Conselho Fiscal). 1.8. Livros Sociais, Exercício Social e Demonstrações Financeiras. 1.9. Distribuição de lucros. 1.10. Transformações Societárias. 1.11. Grupos Societários.

UNIDADE 2: 2. Noções de Mercado de Capitais.

UNIDADE 3: 3. Títulos de Crédito. 3.1. Noções gerais de títulos de crédito: conceito, natureza jurídica, características. 3.2. Letra de Câmbio. 3.2.1. Histórico e Conceito. 3.2.2. Requisitos e intervenientes. 3.2.3. Legislação. 3.2.4. Endosso: conceito, formas e tipos. 3.2.5. Aceite: conceito, formas e tipos. 3.2.6. Aval: conceito, formas e características. 3.2.7. Pagamento: conceito, formas, tipos e efeitos. 3.2.8. Protesto: tipos e efeitos. 3.2.9. Ação: tipos e prescrição. 3.3. Nota Promissória. 3.3.1. Conceito, requisitos, endosso, aval, pagamento, protesto, ação e prescrição (conceitos, tipos, efeitos e legislação). 3.4. Cheque; 3.4.1. Conceito, natureza jurídica, requisitos, endosso, aval, pagamento, protesto, ação e prescrição (conceito, tipos, efeitos e legislação). 3.5. Duplicata. 3.5.1. Conceito, requisitos, aceite, pagamento, protesto, ação e prescrição (conceito, tipos, efeitos e legislação).

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BERTOLDI, Marcelo M. Curso Avançado de Direito Empresarial. Ed. RT, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. V. I e II. São Paulo: Saraiva. 2005.

GOMES, Fábio Berllote. Manual de Direito Empresarial. Ed. RT, 2012.

COMPLEMENTAR

CARVALHOSA, Modesto. Comentários à Lei das Sociedades Anônimas. São Paulo. Saraiva. 2002.

REQUIÃO, Rubens. Curso de Direito Comercial e de Empresa. V. I e II. São Paulo, Saraiva. 2003.

NOGUEIRA, Ricardo José Negrão. Manual de Direito Comercial e de Empresa. V. I e II. São Paulo, Saraiva. 2001.

MARTINS, Fran. Curso de Direito Comercial. V. I e II. Rio de Janeiro. Forense. 2003.

RIZARDO, Arnaldo. Títulos de Crédito: Lei 10.406/2002. Rio de Janeiro, Forense, 2006.



Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL
DISCIPLINA: Direito Processual Civil II
CARGA HORÁRIA: 60 horas
CODICRED: 24534-04

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

I. EMENTA: Análise da Teoria Geral da Sentença. Cargas, classificação e nulidades. Análise da Teoria Geral dos Recursos: atos do juiz e do tribunal, conceito, princípios, juízo de admissibilidade (requisitos intrínsecos e extrínsecos) e juízo de mérito. Estudo dos recursos cíveis em espécie. Estudo dos recursos constitucionais com enfoque civil. Exame da coisa julgada e suas formas. A análise da ação rescisória. A ordem dos processos nos tribunais.

II. OBJETIVOS: O objetivo da disciplina é propiciar ao aluno o conhecimento da teoria geral dos recursos, com análise de conceitos, princípios, juízo de admissibilidade e de mérito. A disciplina também tem por finalidade fazer o aluno saber o cabimento, procedimento e peculiaridades de cada recurso, quer os ordinários quer os extraordinários. Outrossim, espera-se que discente aprenda o que é a coisa julgada, as suas formas e peculiaridades. Igualmente objetiva-se que o universitário estude a ação rescisória, seu cabimento e procedimento. Por fim, visa-se que o aluno entenda como funciona a ordem dos processos no tribunal.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade 1: Sentença. Estudo crítico e classificação. Cargas sentença e nulidades. Sistemática do CPC quanto aos recursos. Atos do Juiz: despacho, decisão interlocutória, sentença, decisão monocrática e acórdão. Noções Gerais sobre Recursos: conceito, princípios, efeitos, classificação e finalidade. Juízo de admissibilidade: requisitos intrínsecos: cabimento, legitimidade, interesse e inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer. Requisitos extrínsecos: tempestividade, preparo e regularidade formal. Juízo de mérito.

Unidade 2: Recursos cíveis e constitucionais em espécie: cabimento, procedimento e peculiaridades: Agravo (retido, instrumento, interno e regimental). Apelação. Recurso Inominado. Embargos infringentes. Embargos declaratórios. Embargos de divergência. Recurso ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário.

Unidade 3: Coisa julgada: conceito, formas (material e formal) e peculiaridades. Ação Rescisória: cabimento, procedimento e peculiaridades.

Unidade 4: Da ordem dos processos nos tribunais. Principais Sucedâneos Recursais: reconsideração, correição parcial, reclamação e incidente de uniformização de jurisprudência.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

MARINONI, Luiz Guilherme. Manual do Processo de Conhecimento. Ed. Revista dos Tribunais. 2006.

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de Direito Processual Civil. São Paulo, Saraiva, 2012.

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 14ª Ed. Saraiva, 2012.

COMPLEMENTAR

ASSIS, Araken de. Manual dos Recursos. Editora RT. 2007.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Comentários ao Código de Processo Civil: Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973. 12ª. ed. Editora Forense. 2005

NERY JÚNIOR, Nelson. Teoria Geral dos Recursos. 6.a ed. São Paulo. Revista dos Tribunais. 2004.

PORTO, Sérgio Gilberto. Manual dos recursos Cíveis: Atualizado com as Reformas de



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL
DISCIPLINA: **Direito Processual Civil II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24534-04**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

2006 e 2007. 2ª. ed. Editora Livraria do advogado. 2008.
WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. Agravos no CPC Brasileiro. RT, 2005.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
DISCIPLINA: **Direito Processual Penal I**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24641-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Fundamentos. Sistemas. Princípios. Lei Processual no Tempo e no Espaço. Investigação Preliminar. Da Ação Processual Penal. Condições da Ação. Ação Civil *Ex Delicti*. Sujeitos e Partes. Assistência da Acusação. Comunicação dos Atos Processuais. Ausência Processual – Revelia. Jurisdição e Competência. Conexão e Continência. Questões e Processos Incidentais. Teoria Geral da Prova. Das Provas em Espécie. Prisão em Flagrante e Medidas Cautelares Pessoais. Medidas Assecuratórias.

II. OBJETIVOS: Ensejar o aprendizado do processo penal, a partir do paradigma constitucional, com ênfase na análise crítica dos institutos do processo penal e o respeito de suas categorias jurídicas próprias.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. Crítica à Teoria Geral do Processo e a necessidade de respeito às categorias jurídica próprias do processo penal. Fundamento da existência do Processo Penal e o Princípio da Necessidade. Sistemas Acusatório e inquisitório.
2. Princípios e garantias constitucionais do processo penal. 2.1. Jurisdicionalidade. 2.1.1. Imparcialidade e poderes instrutórios. 2.1.2. Direito de ser julgado em um prazo razoável. 2.2. Garantia do sistema acusatório. 2.3. Presunção de inocência. 2.4. Contraditório e ampla defesa. 2.5. Fundamentação das decisões Judiciais.
3. Lei Processual Penal no tempo. Lei processual penal no espaço.
4. A investigação preliminar 4.1. O fundamento da existência da investigação preliminar 4.2. Do inquérito Policial e outras formas de investigação preliminar. 4.3. Natureza Jurídica do inquérito policial. 4.4. Eficácia probatória: atos de prova e atos de investigação. 4.5. Forma dos atos. 4.6. A situação jurídica do sujeito passivo.
5. Da ação processual penal. 5.1. Teorias. 5.2. Condições da ação processual penal. 5.2.1. Prática de fato aparentemente punível. 5.2.2. Punibilidade concreta. 5.2.3. Legitimidade. 5.2.4. Justa causa. 5.3. Ação Penal de Iniciativa Pública. Espécies. 5.4. Ação Penal de Iniciativa Privada. Espécies. 5.5. Ação Civil exdelicti. 5.6 Sujeitos e partes no processo penal. 5.7. Assistente da acusação habilitado e não habilitado. 5.8 Comunicação dos atos processuais. Citação, Notificação e Intimação. 5.9. Ausência processual e a inadequação da categoria "revelia" no processo penal.
6. Jurisdição. Competência. 6.1. Princípios da Jurisdição penal. 6.2. Competência da Justiça especial militar e eleitoral 6.4. Competência da justiça comum – federal e estadual 6.5. Prerrogativa de função. 6.6. Conexão e continência.
7. Das Questões e Processos Incidentes. 7.1. Das questões Prejudiciais. 7.2. Dos processos incidentes. 7.2.1. Das exceções processuais. 7.2.2. Exceção de suspeição. 7.2.3. Exceção de incompetência. 7.2.4. Exceção de litispendência. 7.2.5. Exceção de ilegitimidade de parte. 7.2.6. Exceção de coisa julgada. 7.3. Conflito de jurisdição e de competência.
8. Teoria geral das Provas. 8. 1. Princípios da prova. 8.2. Provas ilegítimas e ilícitas. 8.3. Princípio da Contaminação. 8.4. Teorias da fonte independente e descoberta inevitável.
9. Das Provas em Espécies. 9.1. Prova pericial e exame de corpo de delito. 9.2. Interrogatório. 9.3. Da confissão. 9.4. Das perguntas ao ofendido. 9.5. Da prova testemunhal. 9.6. Reconhecimento de pessoas e coisas. 9.7. Reconstituição do delito. 9.8. Acareação. 9.9. Da prova documental. 9.10. Dos indícios. 9.11. Da Busca e da Apreensão.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
DISCIPLINA: **Direito Processual Penal I**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24641-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

10. Prisões cautelares e Liberdade Provisória. 10.1. Da Prisão em flagrante: Requisitos e Espécies. 10.2. Das Prisões cautelares: Prisão preventiva e prisão temporária. 10.3. Da prisão especial. 10.4. Liberdade provisória com e sem fiança.

11. Sentença Penal. 11.1. Estrutura. 11.2. Correlação acusação-defesa-sentença. 11.3. *Emendatio e Mutatio Ibelli*.

12. Das Medidas Assecuratórias. 11.1. Sequestro de Bens Imóveis e Móveis. 11.2. Distinção entre Sequestro de Bens Móveis e a Busca e Apreensão. 11.3. Hipoteca Legal e Arresto Prévio de Imóveis. 11.4. Arresto de Bens Móveis.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

LOPES JUNIOR, Aury. *Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

PACELLI DE OLIVEIRA, Eugênio. *Curso de Processo Penal*. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de Processo Penal*. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COMPLEMENTAR

TOVO, Paulo Cláudio. *Princípios de processo penal*. Rio de Janeiro: Lumen Juris 2008.

KARAN, Maria Lúcia. *Competência no Processo Penal*, 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

PRADO, Geraldo. *Sistema acusatório: a conformidade constitucional das leis processuais penais*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

SCARANCE FERNANDES, Antônio. *Processo Penal Constitucional*. 6ª ed.. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

SILVA JÚNIOR, Walter Nunes da. *Curso de direito processual penal: teoria constitucional do processo penal*, Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

Sítios de Pesquisa:

Supremo Tribunal Federal – Brasil: www.stf.jus.br

Superior Tribunal de Justiça – Brasil: www.stj.jus.br

Tribunal Regional Federal da 4ª Região: www.trf4.jus.br

Tribunal de Justiça do RS: www.tj.rs.jus.br

Tribunal Constitucional – Espanha: www.tribunalconstitucional.es

Tribunal Constitucional – Portugal: www.tribunalconstitucional.pt

Corte Constitucional – Itália: www.cortecostituzionale.it

Suprema Corte dos Estados Unidos: www.supremecourtus.gov/

Tribunal Europeu de Direitos Humanos: www.echr.coe.int/echr/

Corte Interamericana de Direitos Humanos: www.cortidh.or.cr/

Planalto (busca de leis): www.planalto.gov.br

Periódicos:

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM).

REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS (ITEC/RS, apoio do PPGCCrim/PUCRS).

REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA (PPGCCrim/PUCRS)
(<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia>)

Sites com textos: www.itecrs.org; www.ibccrim.com.br.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Legislação e Ética Profissional**
CARGA HORÁRIA: **30 horas**
CODICRED: **24161-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudo das dimensões e preceitos éticos no exercício das profissões jurídicas. Análise do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, Regulamento Geral, Código de Ética e Disciplina, Provimentos e Resoluções. Demonstração da constante preocupação que advogados, magistrados, promotores de justiça e demais profissionais do Direito devem ter com os valores éticos, morais e dos bons costumes.

II. OBJETIVOS: Proporcionar ao aluno orientações indispensáveis ao exercício da advocacia, específica e basicamente com os deveres fundamentais de conduta, postura, comportamento e de urbanidade.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Identificação dos alunos. Apresentação da disciplina. Razões da sua inclusão no Curso de Direito. Informações sobre avaliação, presenças. Indicações bibliográficas. Considerações gerais sobre a ética nas carreiras jurídicas. Legislação própria.
2. OAB: criação, evolução histórica. Desvinculação do Instituto dos Advogados. Subordinação. Legislação. Fins. Organização. Patrimônio. Receitas. Despesas.
3. Órgãos da OAB. Conselho Federal. Conselhos Seccionais. Subseções. Caixa de Assistência dos Advogados. Composição e competência. Assembleia Geral dos advogados. Eleições. Voto obrigatório. Mandatos.
4. Inscrição nos Quadros da OAB. Requisitos. Advogados e Estagiários. Exame de Ordem. Atuação fora Seccional de origem. Licença. Suspensão. Cancelamento.
5. O Advogado. Ética do Advogado. Mandamentos do Advogado. Código de Ética e Disciplina. Deveres Fundamentais. Relação com o cliente.
6. Exercício da advocacia. Legitimação. Mandato judicial e extrajudicial. Poderes da cláusula "ad judicium et extra" e especiais. Prazo juntada. Renúncia, destituição, revogação e substabelecimento. Meios de notificação.
7. A atividade da advocacia. Atos privativos de advocacia. "Habeas Corpus". Advocacia extrajudicial. Proibição do exercício da advocacia. Exercício ilegal da profissão. Comprovação efetivo exercício da advocacia.
8. Direitos do advogado. Prerrogativas. Imunidades. Desagravo. Defesa no exercício da advocacia. Advogado empregado.
Incompatibilidades e Impedimentos. Funções, cargos e atividades que geram a proibição total ou parcial ao exercício da advocacia. Redução da independência profissional.
9. Honorários de Advogado. Estipulação. Contrato de honorários. Formas de fixação: convencional, sucumbência e arbitramento. Tabela OAB e art. 20 CPC. Crédito privilegiado.
10. Infrações e sanções disciplinares. Tipologia e aplicabilidade das sanções. Atenuantes e agravantes. Processo Disciplinar.
11. Provimentos especiais e revisão da matéria para provas finais.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BITTAR, Eduardo C.B. *Curso de Ética Jurídica*, 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Legislação e Ética Profissional**
CARGA HORÁRIA: **30 horas**
CODICRED: **24161-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

CHALITA, Gabriel. *Os Dez Mandamentos da Ética*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
NALINI, José Renato. *Ética Geral e Profissional*. 2.ed rev e atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

COMPLEMENTAR

BARONI, Robinson. *Cartilha de Ética Profissional do Advogado*. 4.ed. São Paulo: LTr, 2001.
COUTURE, Eduardo. *Mandamentos do Advogado*. São Paulo: Saraiva, 1999.
CRESCI SOBRINHO, Elísio. *Dever de Veracidade das Partes no Processo Civil*. Porto Alegre: Fabris, 1998.
ONOFRIO, Fernando Jacques. *Manual de Honorários Advocatícios*. São Paulo. Saraiva, 1998.
VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. trad. João Dell'Anna. R. Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Empresarial III**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **2420D-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudar os elementos caracterizadores da Falência, bem como o instituto da Recuperação de Empresas.

II. OBJETIVOS: Apresentar ao estudante de direito o estudo sobre os sujeitos, os elementos caracterizadores do processo falimentar. A administração da falência, o período de liquidação e a recuperação de empresas, na forma judicial.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1: 1. Sujeitos: 1.2 Ativo 1.3 Passivo. 2. Elementos Caracterizadores. 2.1 Impontualidade. 2.2 Execução. 2.3 Prática de Atos. 3. Processamento do Pedido. 4. Sentença 5. Sistema Recursal. 6. Efeitos da Sentença Período de Informação.

UNIDADE 2: 1. Da Administração da Falência. 1.1 Administrador Judicial. 1.2 Comitê de Credores. 1.3 Assembléia de Credores. 2. Dos atos Incidentais. 2.1 Declaração de Ineficácia e Revogação dos Atos. 2.2 Da Arrecadação dos Bens. 2.2.1 Pedido de Restituição e Embargos de Terceiros. 2.3 Da Verificação dos Créditos. 2.4 Da Classificação dos Créditos.

UNIDADE 3: 1. Período de Liquidação. 2. Da Realização do Ativo. 3. Do Pagamento dos Credores. 4. Do Encerramento do Processo. 5. Da Extinção das Obrigações.

UNIDADE 4: INSTITUTO DA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS. I- Recuperação Judicial. 1- Noções Gerais / Objetivos / Natureza Jurídica / Requisitos. 2- Efeitos / Meios de Recuperação / Processamento. 3- Plano de Recuperação / Defesa e Poderes dos Credores. 4- Encerramento / Convolução em Falência. 5- Plano de Recuperação Especial para ME e EPP. II- Recuperação Extrajudicial. 1- Noções Gerais / Objetivos / Natureza Jurídica / 2- Meios de Recuperação / Processamento / Plano de Recuperação 3- Defesa e Poderes dos Credores / Denegação.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BEPTOLDI, Marcelo M. Curso Avançado de Direito Empresarial. Ed. RT, 2012.
COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. V.I. São Paulo: Saraiva. 2012.
GOMES, Fábio Berillote. Manual de Direito Empresarial. Ed. RT, 2012.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso de falência e concordata. São Paulo: Saraiva, 2008.
CAMPINHO, Sérgio. Falência e Recuperação de Empresa. O novo regime da insolvência Empresarial. Rio de Janeiro. Renovar. 2006.
NOGUEIRA, Ricardo José Negrão. Manual de Direito Comercial e de Empresa. V. III. São Paulo. Saraiva. 2008.
FÁZZIO JÚNIOR, Waldo. Nova Lei de Falência e de Recuperação de Empresas: Lei 11.101 de 09 de fevereiro de 2005. São Paulo. Atlas. 2005.
PACHECO, José da Silva. Processo de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência. Forense. 2006.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Civil VI: Pesquisa e Prática (55h)**
CARGA HORÁRIA: **55 horas**
CODICRED: **24237-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Direitos reais: Teoria geral. Posse: Definição, características, aquisição, perda e efeitos. Propriedade: conceito, aquisição, limitações e perda. Condomínio. Propriedade Resolúvel, Propriedade Fiduciária. Propriedade Intelectual. Direitos reais na coisa alheia: de fruição: Enfitese, Superfície, Servidão, Usufruto, Uso, Habitação; De Aquisição: Direito do promitente comprador; de Garantia: Penhor, Hipoteca e Anticrese.

II. OBJETIVOS: Despertar no acadêmico o interesse pelo estudo dos direitos em relação às coisas, a partir de sua estrutura clássica e rígida, chegando-se a um conceito mais flexível vigente no mundo moderno habilitando-o a compreender posse, detenção, domínio e propriedade, conceitos, distinções, suas funções, seus efeitos e suas limitações.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: Introdução aos Direitos em relação às coisas. 1.1. Conceito e Introdução dos direitos reais. 1.2. Características. 1.3. Evolução dos direitos reais. 1.4. Teorias sobre a distinção entre direitos reais e pessoais. 1.5. Distinção entre direitos reais e direitos obrigacionais. 1.6. Classificação dos direitos reais. 1.7. Constituição dos direitos reais.

UNIDADE 2: Posse: 2.1. Origem. 2.2. Conceito. 2.3. Teorias. 2.4. Detenção. 2.5. Natureza jurídica. 2.6 Objeto da posse. 2.7. Classificação da posse. 2.8. Aquisição da posse. 2.9. Perda da posse. 2.10. Efeitos da posse.

UNIDADE 3: Propriedade. 3.1. Breve histórico. 3.2. Fundamento jurídico. 3.3 Características. 3.4. Conceito. 3.5. Sujeitos da propriedade. 3.6. Objeto. 3.7. Modalidades de propriedade. 3.8. Aquisição da propriedade. 3.9.1. Sistemas de aquisição. 3.9.2. Modos de aquisição. 3.9.3. Aquisição da propriedade imóvel pela transcrição. 3.9.4. Aquisição da propriedade pela acessão. 3.9.5. Aquisição pela usucapião. 3.9.6. Limitações ao direito de propriedade. 3.9.7. Perda da propriedade imóvel. 3.9.8. Aquisição e perda da propriedade móvel. 3.9.9. Condomínio voluntário. 3.10. Condomínio edilício. 3.11. Propriedade resolúvel. 3.12. Propriedade fiduciária. 3.12. Propriedade intelectual.

UNIDADE 4. Direitos reais na coisa alheia. 4.1. De gozo ou fruição. 4.1.1. Enfitese. 4.1.2. Superfície. 4.1.3. Servidões. 4.1.4. Usufruto. 4.1.5. Uso. 4.1.6. Habitação. 4.1.7. De Aquisição: Direito do promitente comprador. 4.2. De garantia. 4.2.1. Penhor. 4.2.2. Hipoteca. 4.2.3. Anticrese.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.
PELUSO, Cezar. Código civil comentado: doutrina e jurisprudência. 4ª ed. Manole, 2010.
RIZZARDO, Arnaldo. Direito das coisas. 4ª ed. Saraiva, 2009.

COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze. Comentários ao Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Direito das coisas. São Paulo: Revista dos Tribunais.
NADER, Paulo. Direito das coisas. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Vol. I ao III. São Paulo: Atlas, 2009.
WALD, Arnoldo. Direito das coisas. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.



Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO SOCIAL
DISCIPLINA: **Direito do Trabalho I**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24416-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudar o conceito de trabalho para o Direito do Trabalho. Intervenção do Estado em matéria de trabalho. O Direito do trabalho nas Constituições brasileiras. Campo de aplicação das normas trabalhistas. Estudo do direito do Trabalho como ramo da Ciência Jurídica. Análise da relação jurídica de trabalho. Relações atípicas de trabalho. O estudo do contrato individual do trabalho. As obrigações decorrentes do contrato individual de trabalho.

II. OBJETIVOS: A disciplina objetiva propiciar ao aluno o conhecimento básico sobre o surgimento, evolução histórica, conceito e fundamentos do Direito do Trabalho. Visa, ainda, estudar a relação jurídica do trabalho, os sujeitos, a formação do contrato individual de trabalho, as obrigações que do contrato decorrem e a regulamentação geral do trabalho.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceito de trabalho para o Direito do Trabalho.
2. Evolução histórica do ordenamento jurídico do trabalho no mundo e no Brasil.
3. Direito do Trabalho: conceito, autonomia e fontes (gerais e específicas). Princípios específicos.
4. O Direito do Trabalho nas Constituições Brasileiras.
5. A relação jurídica de emprego: conceito, sujeitos, características.
6. Contratos especiais: Noções gerais sobre o trabalho do menor aprendiz. O trabalho temporário. O trabalho marítimo. O trabalho rural. O emprego doméstico. O trabalhador avulso. O representante comercial e atleta. Terceirização, cooperativas, estágios, servidores públicos, autônomos e eventuais.
7. Empregador: empresa, estabelecimento, grupo econômico, microempresa e empresa de pequeno porte.
8. O contrato de trabalho: conceito, formação, prazos e prova.
9. As obrigações das partes contratantes: principais, acessórias e especiais. Prescrição no Direito do Trabalho.
10. Alterações do contrato de trabalho: "jus variandi" e "jus resistendae". Suspensão e interrupção dos efeitos do contrato de trabalho.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2008.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *Curso de Direito do Trabalho*. Curitiba: Juruá, 2005.

MARTINEZ, Luciano. CURSO DE DIREITO DO TRABALHO. São Paulo: Saraiva, 3ª ed., 2012.

COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho: histórico e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2006.

RODRIGUEZ, Américo Plá. *Princípios de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTR, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Curso de Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo et al. *Instituições de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTR, 2005.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTR, 2008.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL
DISCIPLINA: **Direito Processual Civil III**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24548-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Cumprimento de Sentença e execução: natureza, regras gerais de processo, procedimentos executivos. Oposição do executado à execução injusta: exceção de pré-executividade, embargos do devedor e ações autônomas. Suspensão e extinção da execução.

II. OBJETIVOS: A disciplina visa a definir a função jurisdicional executiva, estabelecer os fins e os limites da execução e do cumprimento dos provimentos judiciais, e examinar todo o regime jurídico dessa expressiva forma de tutela judiciária, fornecendo um panorama geral e adequado preparo ao aluno.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade 1: 1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. Noções preliminares da execução (ou cumprimento). 1.1. Natureza. 1.2. Princípios. 1.3. Ato executivo. 2. Execução e cumprimento em geral. 2.1. Ação executiva. 2.1.1. Em geral. 2.1.2. Espécies. 2.1.2.1. Executiva de crédito. 2.1.2.2. Executiva geral (execução sincrética). 3. Meios executórios. 3.1. Coação. 3.2. Sub-rogação.

Unidade 2: 1. Execução de créditos. Pressupostos gerais da execução. 1.1. Título executivo. 1.1.1. Natureza. 1.1.2. Caracteres. 1.1.3. Espécies. 1.1.3.1. Extrajudicial. 1.1.3.2. Judicial. 2. Ação e Mandado Monitório. 2.1. Conceito. 2.2. Procedimento. 2.3. Inadimplemento. 3. Pressupostos processuais da execução. 3.1. Competência. 3.2. Legitimação. 3.3. Exceção de pré-executividade.

Unidade 3: 1. Formação do processo executivo. 1.1. Obrigações e execução. 1.2. Liquidação. 1.3. Cumulação de execuções. 1.4. Execução provisória. 1.5. Efeitos da propositura da execução. 1.6. Controle da petição inicial. 2. Regras comuns aos procedimentos executivos. 2.1. Responsabilidade patrimonial. 2.2. Fraude na execução. 2.3. Responsabilidade do credor. 2.4. Comportamento processual do devedor.

Unidade 4: 1. Espécies da execução. 1.1. Execução para entrega de coisa. 1.1.1. Noções gerais. 1.1.2. Entrega de coisa certa. 1.1.3. Entrega de coisa incerta. 1.2. Execução de obrigação de fazer. 1.2.1. Obrigação fungível. 1.2.2. Obrigação infungível. 1.2.3. Obrigação de declarar vontade. 1.2.4. Obrigação de não fazer. 1.2.5. Coação patrimonial. 1.3. Execução por quantia certa. 1.3.1. Rito comum. 1.3.2. Execução contra a Fazenda Pública. 1.3.3. Execução hipotecária. 1.3.4. Execução de obrigação alimentar. 1.3.5. Insolvência civil. 2. Suspensão da execução. 3. Oposição do executado. 3.1. Impugnação. 3.2. Embargos. 4. Oposição do terceiro: embargos. 5. Extinção da execução. 6. Execução no Juizado Especial Cível.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

ASSIS, Araken. Manual da Execução. Ed. RT, 2007.

BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. São Paulo, Saraiva, 2012.

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 14ª Ed. Saraiva, 2012.

COMPLEMENTAR

ASSIS, Araken. Cumprimento da sentença. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

GRECO FILHO, Vicente. Direito Processual Civil Brasileiro. 21ª Ed. Saraiva, 2012.

DINAMARCO, Cândido Rangel. A reforma do código de Processo Civil. 2ª Ed. -São Paulo: Malheiros 1996.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL
DISCIPLINA: **Direito Processual Civil III**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24548-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 18 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. Processo de Execução. Leud. 2005.



ESCOLA DE
DIREITO

Luís A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
DISCIPLINA: **Direito Processual Penal II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24642-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Dos Procedimentos. Vícios Processuais. Teoria Geral dos Meios de Impugnação. Recursos Criminais. Recurso em Sentido Estrito. Da Apelação. Dos agravos. Dos Embargos. Da Carta Testemunhável. Da Correição Parcial. Dos Recursos Especial e Extraordinário. Do recurso ordinário Constitucional. Ações Autônomas de Impugnação.

II. OBJETIVOS: A presente disciplina pretende construir o aprendizado a partir do paradigma constitucional do devido processo legal, com enfoque na ritualística processual, inclusive da execução penal, na teoria geral das nulidades e dos recursos, com estudo de suas espécies, culminando com as ações autônomas de impugnação no processo penal. Com esses elementos, pretende fornecer ao aluno o instrumental necessário à aplicação do conteúdo programático da disciplina e discutir, de forma crítica e prática, os seus principais instrumentos.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia.
2. Processo e Procedimento. Procedimentos comuns: ordinário, sumário e sumariíssimo. Procedimentos especiais do CPP (Júri, honra, funcionários públicos, ações originárias dos Tribunais) e da Lei de Tóxicos.
3. Juízo Especial Criminal. 3.1. Competência. 3.2. Princípios. 3.3. Procedimento, composição dos danos, transação penal e suspensão condicional do processo.
4. Procedimento do Júri. 4.1. Rito bifásico 4.2. Pronúncia 4.3 Impronúncia 4.4 Absolvição sumária 4.5. Desclassificação própria e imprópria. 4.6. Da preparação do processo para julgamento em plenário. 4.7. Da instrução em plenário, debates e quesitação.
5. Teoria das nulidades. 5.1. Atos inexistentes e irregulares. 5.2. Classificação das nulidades. 5.3. Princípios aplicáveis e espécies. 5.4. Regras legais e jurisprudenciais.
6. Teoria Geral dos Recursos. 6.1. Princípios, conceito, fundamento e natureza jurídica. 6.2. Classificação, condições e pressupostos. 6.3. Efeitos, juízo de admissibilidade e juízo de mérito.
7. Recursos em espécie. 7.1. Em sentido estrito. 7.2. Apelação. 7.3. Embargos de declaração. 7.4. Embargos infringentes e de nulidade. 7.5. Carta testemunhável. 7.6. Agravo de Execução, de Instrumento e regimentais.
8. Do Recurso especial. 8.1. Embargos de divergência entre turmas do STJ. 8.2. Do Recurso extraordinário. 8.3. Do recurso ordinário constitucional.
9. Ações autônomas de impugnação. 9.1. *Habeas Corpus*. 9.2. Revisão Criminal. 9.3. Mandado de Segurança.
10. Medidas Correcionais: correição parcial e reclamação.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

- LOPES JUNIOR, Aury. *Direito Processual Penal e sua conformidade constitucional*. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- PACELLI DE OLIVEIRA, Eugênio. *Curso de Processo Penal*. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Manual de Processo Penal*. 14ª ed. São Paulo: Saraiva,



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA
DISCIPLINA: **Direito Processual Penal II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24642-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

2011.

COMPLEMENTAR

GIACOMOLLI, Nereu José. *Juizados Especiais Criminais*. 3ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

GIACOMOLLI, Nereu. *Prisão, liberdade e as cautelares alternativas ao cárcere*, São Paulo: Marcial Pons, 2013.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen. *Nulidades no processo penal*, Salvador: Juspodivm, 2013.

GRINOVER, Ada P.; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhaes. *As nulidades no processo penal*. 12ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

GRINOVER, Ada P.; FERNANDES, Antonio Scarance; GOMES FILHO, Antonio Magalhaes. *Recursos no processo penal*. 7ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

Sítios de Pesquisa:

Supremo Tribunal Federal – Brasil: www.stf.jus.br

Superior Tribunal de Justiça – Brasil: www.stj.jus.br

Tribunal Regional Federal da 4ª Região: www.trf4.jus.br

Tribunal de Justiça do RS: www.tj.rs.jus.br

Tribunal Constitucional – Espanha: www.tribunalconstitucional.es

Tribunal Constitucional – Portugal: www.tribunalconstitucional.pt

Corte Constitucional – Itália: www.cortecostituzionale.it

Suprema Corte dos Estados Unidos: www.supremecourtus.gov/

Tribunal Europeu de Direitos Humanos: www.echr.coe.int/echr/

Corte Interamericana de Direitos Humanos: www.corteidh.or.cr/

Planalto (busca de leis): www.planalto.gov.br

Periódicos:

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS (IBCCRIM).

REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS (ITEC/RS, apoio do PPGCCrim/PUCRS).

REVISTA SISTEMA PENAL E VIOLÊNCIA (PPGCCrim/PUCRS)

(<http://revistas eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/sistemapenaleviolencia>)

Sites com textos: www.itecrs.org; www.lbccrim.com.br.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO

ÁREA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DISCIPLINA: **Trabalho de Conclusão de Curso I: Orientação e Pesquisa (70h)**

CARGA HORÁRIA: 70 horas

CODICRED: 24015-02

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

I. EMENTA: Realização de atividades de planejamento para a execução do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que vem a ser uma monografia jurídica. Comprometimento com um tema de pesquisa monográfica. Exercício de práticas de pesquisa científica, tais como revisão bibliográfica e elaboração de relatórios de leitura. Participação no Ciclo de Palestras para o TCC, promovido pelo Setor de TCC. Elaboração de um projeto de pesquisa. A ética e a integridade na pesquisa.

II. OBJETIVOS: Exercitar práticas de pesquisa científica no Direito. Comprometer-se com temática jurídica para aprofundamento através de estudo monográfico. Exercitar a aplicação das normas de exteriorização gráfica de trabalhos monográficos no Direito, regulamentadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Elaborar um projeto de pesquisa para o TCC de Direito. Orientar e discutir a relevância da ética e da integridade na pesquisa de TCC.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Pesquisa científica no Direito: definição e características.
2. Escolha, delimitação e problematização de temas de pesquisa.
3. Revisão bibliográfica: capacitação para o uso de recursos da Biblioteca Central da PUCRS tais como: visita coletiva guiada, orientação individual de revisão bibliográfica em catálogos on-line Internos pelo Setor de Referência, uso do serviço de comutação (COMUT) de referências.
4. Projeto de pesquisa: definição, finalidades, elementos internos obrigatórios, coerência interna e exteriorização gráfica através de normas de formatação pela ABNT.
5. Orientações de conteúdo com professor orientador, variável conforme o tema de pesquisa.
6. Orientações sobre ética e integridade na pesquisa.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BOAVENTURA, Edivaldo M.. **Metodologia da pesquisa:** monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M.. **A arte da pesquisa.** 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

COMPLEMENTAR

BELL, Judith. **Projeto de pesquisa.** Trad.: Magda França Lopes. Porto Alegre: Artmed e Bookman, 2008.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa:** método qualitativo, quantitativo e misto. 2ed. Trad.: Luciana de Oliveira da Rocha. Porto Alegre: Artmed e Bookman, 2007.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 20. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

PITHAN, Livia Haygert; OLIVEIRA, Alice Pacheco. Ética e integridade na pesquisa: o plágio nas publicações científicas. **Revista da AMRIGS**, Porto Alegre, v.57, n.3, p.240-245, jul.-set./2013.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia.** 11. ed.rev.atual. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Filosofia do Direito**
CARGA HORÁRIA: 30 horas
CODICRED: **24148-02**

VIGÊNCIA: DE 2010 a 2014/2

I. EMENTA: Filosofia do Direito: objeto e método. Fundamentos éticos do direito. A dimensão política do direito. O direito na perspectiva da teoria da justiça.

II. OBJETIVOS: Incentivar a reflexão sobre o fenômeno jurídico. Explicitar as dimensões éticas e políticas do direito positivo. Determinar o valor e o sentido do direito no contexto dos problemas da sociedade contemporânea.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1: A Filosofia do Direito.

- 1.1 Conceito, objeto e método da Filosofia do Direito.
- 1.2 O problema ontológico do direito.
- 1.3 O problema epistemológico do direito.
- 1.4 O problema axiológico do direito.

UNIDADE 2: O direito como sistema de regras.

- 2.1 Leis, soberania e direito.
- 2.2 Os fundamentos do sistema jurídico.
- 2.3 Justiça, moralidade e direito.

UNIDADE 3: O direito como interpretação.

- 3.1 Crítica do modelo de regras.
- 3.2 Integridade e direito.
- 3.3 Justiça e direito.

UNIDADE 4: O direito como o justo.

- 4.1 Lei natural, prudência e direito.
- 4.2 Pessoa humana, comunidade e direito.
- 4.3 Justiça e direito.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- DWORKIN, Ronald. *O império do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
FINNIS, John. *Lei natural e direitos naturais*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.
HART, Herbert. *O conceito de direito*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

COMPLEMENTAR

- BARRETO, Vicente Coord. *Dicionário de Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro/São Leopoldo: Renovar/Unisinos, 2006.
BARZOTTO, Luis Fernando. *O positivismo jurídico contemporâneo: uma introdução a Kelsen, Ross e Hart*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
DWORKIN, Ronald. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
FINNIS, John. *O direito natural em Tomás de Aquino*. Porto Alegre: Safe, 2007.
MARITAIN, Jacques. *Elementos de Filosofia*. Rio de Janeiro: Agir, 2001.



Lucas A.

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO

DISCIPLINA: **Direito do Consumidor: Pesquisa e Prática (55h)**

CARGA HORÁRIA: **55 horas**

CODICRED: **24238-02**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

I. EMENTA: Estudo do Código de Defesa do Consumidor, na perspectiva da sua inserção constitucional e no contexto da ordem jurídica infraconstitucional. Com destaque e paralelo ao Código Civil. Estudo da princiologia do CDC e das principais regras de proteção dos direitos básicos do consumidor.

II. OBJETIVOS: Propiciar uma visão sistêmica do Código de Defesa do Consumidor no quadro amplo do ordenamento jurídico brasileiro, ressaltando a operacionalidade do seu modelo e os seus pontos de contato com disciplinas paralelas, especialmente o direito das obrigações e o processo civil codificados.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: PARTE GERAL 1.1. Estrutura e função do CDC. 1.2. Definição de direitos e meios de proteção. 1.3. Direitos básicos do consumidor e seus desdobramentos. 1.4. Meios materiais e processuais de proteção. 1.5. A proteção ao mais fraco. 1.7. Vulnerabilidade. 1.8. Hipossuficiência.

UNIDADE 2: 2.1 Técnica legislativa do CDC. 2.2. Modelos normativos: cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados. 2.3. Conteúdos normativos: valores, princípios, postulados, diretrizes, objetivos e regras.

UNIDADE 3: 3.1. Relação jurídica de consumo: conceito e extensão. 3.2. Conceito básico e conceitos equiparativos de consumidor. 3.3. Conceito de fornecedor.

UNIDADE 4. PARTE ESPECIAL 4.1. Fundamentos e limites da responsabilidade civil do fornecedor. 4.2. O defeito do produto ou do serviço. 4.3. Causas de exclusão. 4.4. Risco do desenvolvimento.

UNIDADE 5. 5.1. Natureza jurídica e efeitos da publicidade e da oferta. 5.2. Publicidade, oferta e contratos. 5.3. Regras e espécies de publicidade. 5.4. Efeito vinculante da oferta.

UNIDADE 6. 6.1. Proteção contratual. 6.2. Disposições gerais sobre contratos. 6.3. Cláusulas abusivas. 6.4. Contratos de adesão.

UNIDADE 7: 7.1. Tutela processual coletiva. 7.2. Direitos difusos, coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos. 7.3. Legitimação processual. 7.4. Ação coletiva de consumo e ação civil pública. 7.5. Coisa julgada.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

ANDRADE, Ronaldo Alves de. Curso de Direito do Consumidor. Barueri. Manole. 2006.
GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.
LIMA MARQUES, Cláudia; BENJAMIN, Antônio H. V.; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

COMPLEMENTAR

BESSA, Leonardo Rascoe. O Consumidor e seus Direitos. Ao Alcance de Todos. Brasília. Ed. Brasília Jurídica, 2004.
FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de Direitos do Consumidor. São Paulo. Atlas. 2005.
LIMA MARQUES, Cláudia. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. O Novo Regime das Relações Contratuais. São Paulo. RT. 2006. _____ Direitos do Consumidor Endividado. São



ESCOLA DE
DIREITO

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO

DISCIPLINA: **Direito do Consumidor: Pesquisa e Prática (55h)**

CARGA HORÁRIA: **55 horas**

CODICRED: **24238-02**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

Paulo. RT. 2006.

NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor.
São Paulo. Saraiva. 2005.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Civil VII**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24239-04**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

I. EMENTA: Estudo da família. O casamento. Entidades familiares fora do casamento. Assistência e proteção à família e ao indivíduo.

II. OBJETIVOS: O aluno deverá adquirir habilidade de identificação, compreensão, elaboração e de conceitos, visando a situações diversificadas, diferentes das que lhe foram propostas em sala de aula, a partir de uma orientação crítica. Fomentar a pesquisa científica através da metodologia adequada. Desenvolver o raciocínio jurídico e o espírito crítico. Propiciar a retroalimentação, a partir da correção de conteúdos e métodos. Estimular as necessidades básicas do aluno relativamente à auto-realização profissional, estima, segurança, progresso, competência e criatividade.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: O Direito de Família. 1.1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. 1.2. Conceito, conteúdo e caracteres. 1.3. A família: Conceito, origem e evolução histórica da família até os dias atuais. 1.4. A constitucionalização do Direito de Família. 2 Casamento. 2.1. Conceito, natureza jurídica, caracteres e finalidades. 2.2. Requisitos e pressupostos. 2.3. Processo de habilitação. 2.4. Capacidade para o casamento. 2.4.1. Impedimentos, Conceito, Classificação e Oposição. 2.4.2. Das causas suspensivas. 2.5. Celebração e prova do casamento. 2.6. Suspensão da cerimônia. 2.7. Casamento civil e casamento religioso. 2.8. Ineficácia e irregularidades do casamento. 2.9. Casamento putativo. 2.10. Teoria do casamento inexistente. 2.11. Efeitos jurídicos do casamento. 2.12. Direitos e deveres dos cônjuges. 2.13. Regime de bens, legal e convencional. 2.14. Princípios básicos. 2.15. Espécies. 2.16. Bem de Família.

UNIDADE 2: 3. Dissolução da sociedade conjugal. 3.1. Separação judicial. 3.1.1. Contenciosa. 3.1.2. Consensual. 3.2. Efeitos e proteção dos filhos. 3.3. Divórcio. 3.3.1. Conversão de separação judicial em divórcio. 3.3.2. Divórcio direto. 3.3.3. Contencioso. 3.3.4. Consensual. 3.3.5. Efeitos. 4. Entidade familiar fora do casamento. 4.1. Caracterização e repercussões.

UNIDADE 3: 5. Direito parental. 5.1. Conceito. 5.2. Reconhecimento (presumido, espontâneo e judicial. 5.3. Parentesco consanguíneo, por afinidade e civil. 5.4. Adoção e seus efeitos. 6 Poder familiar. 6.1. Evolução e conceito. 6.2. Quanto à pessoa e quanto aos bens do filho. 6.3. Cessação, suspensão e perda.

UNIDADE 4: 7. Tutela. 7.1. Conceito e espécies. 7.2. Incapacidade e escusas para o exercício. 7.3. Exercício, cessação e prestação de contas. 8. Curatela. 8.1. Conceito e espécies. 8.2. Ausência. 9. Alimentos. 9.1. Conceito, natureza e casos especiais. 9.2. Provisórios. 9.3. Revisão e cessação.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.
PELUSO, Cezar. Código civil comentado: doutrina e jurisprudência. 4ª ed. Manole, 2010.
RIZZARDO, Arnaldo. Direito de Família. 7ª ed. Saraiva, 2009.

COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze. Comentários ao Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.
HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Direito das coisas. São Paulo: Revista dos Tribunais.
NADER, Paulo. Direito de Família. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.



ESCOLA DE
DIREITO

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Civil VII**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24239-04**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil. Vol. I ao III. São Paulo: Atlas, 2009.
WALD, Arnoldo. O novo direito de família. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO SOCIAL
DISCIPLINA: **Direito do Trabalho II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24429-04**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

I. EMENTA: Estudo da duração do trabalho, do salário e da remuneração, da gratificação natalina e das férias. Estabilidade e Garantias no Emprego. A extinção dos contratos de trabalho: noções gerais; aviso prévio e análise das diferentes hipóteses. Obrigações decorrentes da dissolução do contrato. O FGTS. Medicina, higiene e segurança no trabalho.

II. OBJETIVOS: Dar conhecimento ao aluno da duração do trabalho, salário e remuneração, das férias e das alterações do contrato de trabalho. Exame das hipóteses de estabilidade e garantias no emprego. Analisar as hipóteses de extinção do contrato de trabalho, bem como as obrigações decorrentes da cessação do contrato. Exame dos aspectos gerais do FGTS. Por fim, serão examinadas as principais normas de segurança e saúde do trabalhador.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A duração do trabalho: limites, compensação, redução. O horário de trabalho. O descumprimento da jornada. Os intervalos obrigatórios. O controle da jornada. Exceções aos limites. O trabalho noturno. O descanso semanal remunerado. A jornada do menor. A jornada da mulher.
2. Salário e remuneração: conceitos, distinção. Denominações diversas. Natureza jurídica do salário. Formas de fixação do salário: modo e bases. Princípios de proteção ao salário (irredutibilidade, intangibilidade, isonomia, impenhorabilidade). Proteção legal dos salários: contra o empregador, contra os credores do empregador, contra os credores do empregado. Os salários adicionais (insalubridade, penosidade, periculosidade, noturno, transferência e outros). Participação dos trabalhadores nos lucros, resultados e gestão da empresa.
3. Gratificação Natalina.
4. As férias individuais: conceito, natureza jurídica. Fontes legais: a CLT e a Convenção Internacional n. 132. Período de aquisição. Período de concessão. Perda do direito. Abono de férias. Remuneração. Formalidades. Efeitos da cessação do contrato. Férias coletivas.
5. Estabilidade no Emprego. Garantias no Emprego.
6. A extinção dos contratos de trabalho: causas comuns e especiais; nos contratos de prazo determinado; nos contratos de prazo indeterminado; a justa causa e a rescisão indireta do contrato; consequências. Hipóteses especiais de extinção do contrato de trabalho.
7. O aviso prévio: conceito, natureza jurídica, espécies, prazos e efeitos.
8. Os direitos decorrentes da rescisão dos contratos de trabalho. Os aspectos formais. O prazo para pagamento das parcelas rescisórias.
9. O FGTS: campo de aplicação, operacionalização, o depósito e seus efeitos na terminação do contrato. Hipóteses de saques. Aspectos gerais relacionados à segurança e a saúde do trabalhador.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito do Trabalho*. São Paulo: Atlas, 2008.

RUSSOMANO, Mozart Victor. *Curso de Direito do Trabalho*. Curitiba: Juruá, 2005.

MARTINEZ, Luciano. *CURSO DE DIREITO DO TRABALHO*. São Paulo: Saraiva, 3ª ed., 2012.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO SOCIAL
DISCIPLINA: **Direito do Trabalho II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24429-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

COMPLEMENTAR

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho: histórico e teoria geral do direito do trabalho, relações individuais e coletivas do trabalho*. São Paulo: Saraiva, 2006.

RODRIGUEZ, Américo Plá. *Princípios de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTR, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo. *Curso de Direito do Trabalho*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

SÜSSEKIND, Arnaldo et al. *Instituições de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTR, 2005.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTR, 2008.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL
DISCIPLINA: **Direito Processual Civil IV**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24549-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Tutela de Urgência. Processo Cautelar e Antecipação de Tutela. Natureza e Características. Tipos de tutela de urgência. Poder de Geral de Cautela. Tutela Inibitória. Multas. Tutela na forma específica. Liminares. Contracautela. Provimentos cautelares específicos. Responsabilidade do requerente da tutela de urgência (cautelar e satisfativa).

II. OBJETIVOS: 1. Levar o graduando à compreensão da importância do estudo crítico dos valores jurídicos processuais para sua formação técnico-processual. 2. Conduzir o aluno ao reconhecimento das formas de prestação jurisdicional em seus diversos procedimentos. 3. Propiciar o estudo e aprendizado da jurisdição cautelar, a partir de sua teoria gerais, sem perder de vista ações cautelares específicas previstas no Código. Levar o discente a compreender a sistematicidade dos provimentos de urgência, cautelares ou não. 4. Preparar o aluno para enfrentar questões práticas em que a tutela de urgência se afigura necessária, tanto sob a perspectiva do autor, quanto do réu.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Unidade 1: 1. Apresentação e bibliografia indicada. Noções básicas sobre o processo cautelar e sua qualidade de *tertium genus* de processo. 2. Características do processo cautelar. Direito substancial de cautela. 3. Disposição do processo cautelar no Código de Processo Civil. Considerações sobre medidas cautelares satisfativas. Tutela cautelar e tutela antecipatória: naturezas, características e similitudes. Teoria da tutela de urgência. Tutela Inibitória. *Astreintes* e *Contempt of court*. Multas em geral. Ações de obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa. Tutela na forma específica.

Unidade 2: 1. Ação Cautelar Inominada. Mérito da ação cautelar: *fumus boni iuris* e *periculum in mora*. Cognição sumária. Princípio da fungibilidade no processo cautelar. Poder geral de cautela e ação cautelar inominada. 2. Liminares no processo cautelar. 3. Competência no processo cautelar.

Unidade 3: 1. Procedimentos. 2. Responsabilidade na tutela de urgência. 3. Ações verdadeiramente cautelares: 3.1. Arresto. 3.2. Seqüestro. 3.3. Busca e apreensão. 3.4. Arrolamento de bens. 3.5. Cauções. 4. Procedimentos falsamente cautelares. 4.1. Caução. 4.2. Busca e apreensão. 4.3. Exibição. 4.4. Produção antecipada de provas. 4.5. Alimentos provisionais. 4.6. Justificação. 4.7. Protestos, Notificações e Interpeleções. 4.8. Posse em nome do nascituro. 4.9. Outras medidas provisionais. 4.10. Atentado.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

MARINONI, Luiz Guilherme. A Antecipação da Tutela inibitória. Ed. RT, 2012.
SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. CURSO DE PROCESSO CIVIL. Vol. II Ed. Forense. 2007.
BUENO, Cássio Scarpinella. Curso sistematizado de direito processual civil. São Paulo, Saraiva, 2012.

COMPLEMENTAR

CARNEIRO, Athos Gusmão. Da Antecipação de Tutela. Rio de Janeiro. Forense. 2005.
EDUARDO MELO MESQUITA – As Tutelas Cautelares e Antecipadas. Ed. RT. 2002.
MARINONI, Luiz Guilherme. A Antecipação da Tutela. São Paulo. Malheiros. 2004.
LUIZ FUX – Tutela de Segurança e a Tutela de Evidência. Ed. Saraiva. 1996.



Lucas A.

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

DISCIPLINA: **Criminologia e Controle Social**

CARGA HORÁRIA: **30 horas**

CODICRED: **24628-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: A disciplina visa proporcionar ao acadêmico uma formação crítica e propedêutica nos estudos criminológicos em seus diversos enfoques (sociológico, jurídico, antropológico, psicológico), com ênfase no debate criminológico contemporâneo. Visa também apontar a influência das teorias criminológicas nos movimentos de política criminal e nas modernas teorias penais, além de discutir a produção social da delinquência e as formas de administração da justiça penal, bem como analisar a situação da segurança pública, do sistema judicial e da criminalidade urbana violenta na sociedade brasileira à luz das teorias criminológicas.

II. OBJETIVOS: Ao final da disciplina, os alunos deverão ser capazes de identificar a trajetória histórica do pensamento criminológico, através das principais teorias e autores que marcaram o desenvolvimento da disciplina desde o seu surgimento. A abordagem da Criminologia enquanto parte do campo transdisciplinar das ciências criminais deverá também permitir aos alunos uma compreensão das relações entre a criminalidade e o controle penal em suas várias dimensões, possibilitando uma visão crítica e de conjunto das ciências criminais em seus diversos ramos (dogmática penal, criminologia, política criminal).

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1ª Parte: História do Pensamento Criminológico. Criminologia: conceitos, objetos e métodos. O surgimento do saber do crime - Escola Clássica e Escola Positiva. O desenvolvimento da Sociologia Criminal: Escola de Chicago e Teoria da Anomia. Teorias da Associação Diferencial (White Collar Crime) e Subculturas Delinquentes. O desenvolvimento da Psicologia Criminal e as Influências da Psicanálise. A virada criminológica - Teoria do Etiquetamento. O desenvolvimento da Criminologia Crítica. Psiquiatria Criminal, Antipsiquiatria e Movimento Antimanicomial.

2ª. Parte Pensamento Criminológico Contemporâneo. A Herança da Criminologia Crítica e as Políticas Criminais Alternativas (Minimalismo, Abolicionismo, Garantismo, Feminismo, Realismo de Esquerda e Realismo Marginal). Criminologia Pós-Crítica (Culturalismo, Pós-Modernismo, Criminologia do Reconhecimento e demais renovações da Crítica). A Herança do Defensivismo e as Políticas Criminais Punitivistas (Lei e Ordem, Tolerância Zero, Populismo Punitivo, Esquerda Punitiva, Direito Penal do Inimigo). Neurocriminologias.

3ª. Parte: Tópicos de Criminologia Contemporânea (a serem desenvolvidos de forma opcional). Violência e Segurança Pública no Brasil Contemporâneo. Estratégias de Policiamento. Violência contra a Mulher. Violência na Infância e na Adolescência. Política Criminal de Drogas. Justiça Restaurativa e Políticas Públicas de Prevenção ao Delito. Sistema Penitenciário e Penas Alternativas. Movimentos Sociais e Criminalização. Papel do Criminólogo no Sistema de Justiça Criminal. Criminologia e Arte. Crimes de Colarinho Branco. Crime Organizado. Terrorismo. Criminologia e Direitos Humanos.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do direito penal*. Rio de Janeiro: ICC/Revan, 2000.

CARVALHO, Salo. *Anti-Manual de Criminologia*. 5ª ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

GAUER, Ruth aria Chittó. *Criminologia e sistemas jurídicos - penais contemporâneos*. EDIPUCRS, 2012.



CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS E SEGURANÇA PÚBLICA

DISCIPLINA: **Criminologia e Controle Social**

CARGA HORÁRIA: **30 horas**

CODICRED: **24628-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

COMPLEMENTAR

ANITUA, Gabriel Ignacio. *Histórias dos pensamentos criminológicos*. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. *Criminologia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

YOUNG, Jock. *A Sociedade Excludente*. Rio de Janeiro: Ed. Revan/ICC, 2002.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *Em Busca das Penas Perdidas*. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen; AMARAL, Augusto Jobim do. *Criminologia e(m) Crise*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

DISCIPLINA: **Prática de Processo Penal I: Estágio Supervisionado (45h)**

CARGA HORÁRIA: **45 horas**

CODICRED: **24786-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Breve revisão das noções e fundamentos do processo penal. A problemática política do processo penal no limiar de um novo milênio (efetividade e garantismo). O novo processo penal constitucional. Codificação e legislação ordinária. Da persecução penal. Investigação criminal. Da ação penal (fundamentos, condições e estudo de cada espécie de ação penal).

Procedimentos. Sentença. Análise e elaboração de peças processuais relativas à temática. Assistência de audiências e demais atos processuais.

II. OBJETIVOS: A disciplina tem como objetivo preparar o aluno para a atividade profissional, bem como para a elaboração de peças processuais. Apresentar-lhe a essência do Direito Processual Penal por intermédio de uma tipologia de aula dialogada, democrática e prática, para que o acadêmico domine a persecução penal nos seus dois momentos fundamentais (inquérito policial e processo). Sendo disciplina de natureza instrumental que visa fazer do acadêmico um hábil conhecedor do processo penal, cumpre direcionar o estudo, ao lado das lições teóricas e do manejo fácil da codificação, para o verdadeiro raciocínio jurídico. Em atenção ao critério da atualidade, a disciplina contará com a análise crítica da moderna jurisprudência.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Momentos distintos da persecução: Investigação e ação. Importância de cada momento da "*persecutio criminis*".

2. Do inquérito policial. Instauração, conceito, natureza jurídica e finalidades do inquérito policial. O valor probante do inquérito policial. Arquivamento e desarquivamento. A nova política criminal e o termo circunstanciado nos delitos de menor potencial ofensivo (Lei nº 9.099/95). O inquérito policial e os projetos de reforma do Código de Processo Penal. Inquéritos extra-policiais.

3. Da Ação Penal. Noções fundamentais. Pressupostos. Competência. Conexão e continência. Condições. Espécies. Exceções.

4. Peças: Da ação penal pública incondicionada. Da ação penal privada (mandato, denúncia, queixa-crime, resposta do réu, alegações finais, memoriais, sentença, etc.). O papel e os sujeitos (Juiz, Ministério Público e Defensor). Dos procedimentos criminais (Provas, prazos, prisões e incidentes processuais). Em especial o procedimento do Júri (soberania, organização, funcionamento, julgamento e limitação recursal, exercício simulado). Das nulidades.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional. V. 1. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

PACELLI DE OLIVEIRA, Eugênio. Curso de Processo Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMPLEMENTAR

CHOUKR, Fauzi. Código de Processo Penal - Comentários Consolidados e Crítica Jurisprudencial. 3ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

GIACOMOLLI, Nereu. Reformas (?) do Processo Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SCARANCE FERNANDES, Antônio. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos



ESCOLA DE
DIREITO

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

DISCIPLINA: **Prática de Processo Penal I: Estágio Supervisionado (45h)**

CARGA HORÁRIA: **45 horas**

CODICRED: **24786-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

Tribunais, 2007.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS CRIMINAIS. IBCCRIM.

REVISTA DE ESTUDOS CRIMINAIS. PPGCCrim/PUCRS.

Sites com textos: www.itecrs.org; www.ibccrim.com.br.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
PLANO DE DISCIPLINA**

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 FACULDADE DE TEOLOGIA

1.2 DEPARTAMENTO DE CULTURA RELIGIOSA

1.3 DISCIPLINA: HUMANISMO E CULTURA RELIGIOSA

1.4 CODICRED: 11521 **1.5 CRÉDITOS:** 04 **1.6 CARGA HORÁRIA:** 60h **1.7 ANO/SEMESTRE:** 2014/2

1.8 PROFESSORES: Blásio Guido Jacobi; Bruno Odélio Birck; Carlos Gustavo Haas; Edison Hüttner; Eduardo da Silva Santos; João Manuel Prates Piccoli; José Romaldo Klering; Pedro Alberto Kunrath; Romano Dellazarí; Wilmar Luiz Barth.

2 EMENTA

A condição humana aberta ao transcendente; Fé cristã e cultura atual; O estudo do fenômeno religioso em suas diferentes Tradições; Elementos da cultura e da religiosidade afro-brasileira e indígena; A relação entre fé e razão, e ciência e religião; Motivação para ações comunitárias, como engajamento consequente de uma consciência social e da fé cristã.

3 OBJETIVO

3.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o ser humano a partir da sua condição religiosa, considerando as diferentes manifestações e os fundamentos históricos, culturais e antropológicos.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Situar criticamente o ser humano contemporâneo em sua abertura ao Transcendente.
2. Oportunizar o diálogo entre Religião e Ciência.
3. Conhecer e compreender as Tradições Religiosas como o transcender religioso do humano.
4. Favorecer o diálogo, a tolerância e a liberdade religiosa.
5. Contribuir para o compromisso profissional ético, em vista de uma cultura de paz.

4 CONTEÚDO

1 A condição humana e o Fenômeno Religioso

- 1.1 As interrogações humanas e o sentido da vida
- 1.2 Humanismo Integral
- 1.3 O ser humano e a transcendência
- 1.4 Relação entre Cultura e Religião
- 1.5 Relação fé e razão, ciência e religião
- 1.6 Origem e universalidade do Fenômeno Religioso
- 1.7 Linguagens religiosas: símbolos, ritos, mitos
- 1.8 Religião e Religiosidade; Fé e Espiritualidade
- 1.9 Elementos constitutivos da Religião

2 Tradições Religiosas

2.1 Religiões Orientais: Hinduísmo, Budismo, Xintoísmo, Taoísmo, Confucionismo

2.2 Religiões Monoteístas

- 2.2.1 Origem e conteúdo dos livros bíblicos
- 2.2.2 Judaísmo
- 2.2.3 Islamismo
- 2.2.4 Cristianismo
 - 2.2.4.1 Do Jesus histórico ao Cristo da Fé
 - 2.2.4.2 Origem, Expansão e Ramificações do Cristianismo
 - 2.2.4.3 Igreja Católica: Estrutura, Organização, Vida Sacramental
 - 2.2.4.4 Pentecostalismo e Novos Movimentos Religiosos

2.3 Religiões e/ou Filosofias de Vida: Teosofia, Rosa-Cruz, Selcho-no-iê, Espiritismo Kardecista, Nova Era

2.4 Religiões afro-brasileiras e Indígenas

3 Religião, Cultura e Sociedade

- 3.1 Questões de Ética e Pensamento Social nas Tradições Religiosas
- 3.2 Princípio da Caridade e da Solidariedade
- 3.3 Ecumenismo, Diálogo Inter-religioso e Liberdade Religiosa
- 3.4 Ecologia e integridade da Criação

5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- Aulas expositivas dialogadas
- Estudo crítico-reflexivo de textos selecionados, em pequenos grupos de estudo e de



PUCRS

**ESCOLA DE
DIREITO**

Lucas A.

discussão no grande grupo

- Debates
- Trabalhos individuais e/ou em grupo
- Palestras promovidas pelo Depto de Cultura Religiosa
- Questionários
- Pesquisas
- Estudo dirigido
- Seminários
- Análise e debate de Filmes
- Entrevistas
- Visitas guiadas
- Elaboração de Textos individuais e/ou coletivos
- Sínteses

6 RECURSOS:

- Quadro; Slides; Documentários, Filmes; Textos Selecionados; Clipes; Multimídia; Moodle.

7 PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO:

- Provas parciais e final.
- Trabalhos apresentados oralmente e/ou por escrito.
- Participação nos debates.
- Trabalho escrito sobre um livro.
- Produção de Textos
- Pesquisas

8 BIBLIOGRAFIA

8.1 BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAARDER, Jostein. *O Livro das Religiões*. Gaarder, Jostein; Hellern, Victor; Notaker, Henry. Tradução: Isa Mara Lando; Revisão Técnica e Apêndice: Flávio Antônio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHERER, Burkhard (Org.). *As Grandes Religiões: temas centrais comparados*. Trad.: Carlos Almeida Pereira; Apresentação e Adaptação da edição brasileira: Volney J. Berkenbrock. Petrópolis: Vozes, 2005.

ZILLES, Urbano. *Religiões: crenças e credências*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

8.2 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARTH, Wilmar Lutz. *Religião, Ciência e Bioética*. Porto Alegre: EST, 2007.

CROATTO, José Severino. *As linguagens da experiência religiosa: uma introdução à fenomenologia da religião*. São Paulo: Paulinas, 2001 (Trad. Carlos Maria Vásquez Gutiérrez).

GHELLER, Erinida. (Org.). *Cultura religiosa I: O Sentimento Religioso e Sua Expressão*. 6. ed. rev. ampl. v. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

_____. *Cultura Religiosa II: Cristianismo - a igreja católica*. 2. ed. rev. ampl. v. 2. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

HÜTTNER, Édison. *A Igreja Católica e os povos indígenas do Brasil: os Ticuna da Amazônia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

KONINGS, Johan; ZILLES, Urbano. *Religião e cristianismo*. 7. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

KONINGS, Johan. *Ser Cristão: Fé e Prática*. 2. ed. revista. Petrópolis: Vozes, 2003.

TERRIN, Aldo Natale. *Introdução ao estudo comparado das religiões*. São Paulo: Paulinas, 2003 (Trad. Giuseppe Bertazo).



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO

ÁREA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

DISCIPLINA: **Trabalho de Conclusão de Curso II: Organização e Redação da Monografia (90h)**

CARGA HORÁRIA: **90 horas**

CODICRED: **24016-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Orientações sobre o conteúdo do projeto de pesquisa do aluno. Coleta de dados para a resolução da problemática teórica definida em projeto de pesquisa. Normas de exteriorização gráfica de trabalhos monográficos no Direito, regulamentadas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Redação da monografia (TCC). Apresentação oral do trabalho para banca examinadora. A ética e a integridade na pesquisa.

II. OBJETIVOS: Sistematizar dados e informações coletadas para solucionar o problema teórico do projeto de pesquisa. Exercitar a redação científica no Direito e a prática de formatação de trabalhos acadêmicos. Exercitar a argumentação jurídica nas formas escrita e oral. Orientar e discutir a relevância da ética e da integridade na pesquisa de TCC.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Monografia jurídica: definição, elementos obrigatórios, forma interna e externa.
2. Orientações de conteúdo com professor orientador, variável conforme o tema de pesquisa.
3. Conteúdo temático variável de acordo com os projetos de pesquisa individual.
4. Orientações sobre ética e integridade na pesquisa.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M.. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 20. ed. São Paulo. Perspectiva, 2005.

COMPLEMENTAR

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. 6.ed.rev.atual.ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (Orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

PITHAN, Livia Haygert; OLIVEIRA, Alice Pacheco. Ética e integridade na pesquisa: o plágio nas publicações científicas. **Revista da AMRIGS**, Porto Alegre, v.57, n.3, p.240-245, jul.-set. /2013.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. rev.atual. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.



10/10/10
10/10/10
10/10/10



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PROPEDEÚTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Hermenêutica e Aplicação do Direito**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24155-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Interpretação jurídica e hermenêutica jurídica: conceitos fundamentais. Hermenêutica jurídica tradicional. Hermenêutica jurídica contemporânea.

II. OBJETIVOS: Proporcionar aos alunos uma apresentação ampla e crítica da ciência do Direito. Fornecer aos alunos as bases para entender os procedimentos intelectuais inerentes à atividade jurídica.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

UNIDADE 1: Conceitos Fundamentais.

- 1.1 Interpretação das leis.
- 1.2 Métodos e efeitos da interpretação.
- 1.3 Do critério hermenêutico: vontade do legislador e sentido normativo da lei.

UNIDADE 2: O Método do Positivismo Jurídico.

- 2.1 Vinculação à lei e teoria da subsunção.
- 2.2 A Teoria Pura do Direito.
- 2.3 A crise do positivismo e a superação do método jurídico positivista.

UNIDADE 3: Da discussão jurídico-metodológica contemporânea.

- 3.1 Tópica Jurídica.
- 3.2 Teorias da Argumentação Jurídica.
- 3.3 Interpretação e compreensão: a hermenêutica filosófica.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas, 2007.
LARENZ, Karl. *Metodologia da ciência do direito*. Lisboa: FCG, 1989.
MACCORMICK, Neil. *Retórica e o Estado de direito: uma teoria da argumentação jurídica*. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2008.

COMPLEMENTAR

- ATIENZA, Manuel. *As razões do direito: teorias da argumentação jurídica*. São Paulo: Landy Editora, 2006.
ÁVILA, Humberto Bergmann. *Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. São Paulo: Malheiros, 2006.
CASTANHEIRA NEVES, A. *Metodologia jurídica: problemas fundamentais*. Coimbra: Coimbra Ed, 1993.
KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito: introdução à problemática científica do direito*. São Paulo: Ver. dos Tribunais, 2006.
PERELMAN, Chaïm. *Lógica jurídica: nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.



Lucas A.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO
DISCIPLINA: **Direito Civil VIII**
CARGA HORÁRIA: **30 horas**
CODICRED: **24240-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Direito das Sucessões. Sucessão legítima e testamentária. O testamento suas formas, eficácia e limites.

II. OBJETIVOS: Transmitir aos alunos conhecimentos sobre as normas e princípios que norteiam a sucessão '*causa mortis*', legítima e testamentária no direito brasileiro; o momento e a quem os direitos são transmitidos; limites da disponibilidade do patrimônio; o inventário e a partilha.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE 1: Objetivos da disciplina, método e bibliografia. Direito das Sucessões. Conceito e generalidades. Da Sucessão em geral. Transmissão da herança. Momento da abertura, aceitação e renúncia. Sucessor legítimo e sucessor testamentário.

UNIDADE 2: Herança jacente. Exclusão da herança por indignidade. Sucessão legítima. Direito de representação. Sucessão testamentária.

UNIDADE 3: Testamentos. Ordinários e especiais. Capacidade para testar. Capacidade para adquirir por testamento. Disposições testamentárias e herdeiros necessários. Legados. Efeitos. Caducidade. Substituições. Vulgar. Recíproca. Fideicomissária.

UNIDADE 4: Execução do testamento. Testamenteiro. Direito de acrescer e deserdação. Inexecução do testamento. Revogação. Caducidade. Redução de cláusulas. Nulidade e anulação. Inventário e partilha. Colação. Pagamento das dívidas. Partilha e sonegados.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2009.

PELUSO, Cezar. Código civil comentado: doutrina e jurisprudência. 4ª ed. Manoie, 2010.

RIZZARDO, Arnaldo. Direito das sucessões. 5ª ed. Saraiva, 2009.

COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze. Comentários ao Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Direito das sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais.

NADER, Paulo. Direito das sucessões. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Vol. I ao III. São Paulo: Atlas, 2009.

WALD, Arnoldo. Direito das Sucessões. 14ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: Direito Tributário I
CARGA HORÁRIA: 60 horas
CODICRED: 24322-04

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

I. EMENTA: Estudo das relações jurídicas entre os entes dotados de competência impositiva e/ou administrativa-arrecadatória e aqueles que são compelidos às prestações, positivas ou negativas, relativas à exigência, fiscalização e arrecadação dos tributos.

II. OBJETIVOS: A disciplina visa prover o aluno dos conhecimentos necessários à correta análise e identificação do fenômeno tributário, de modo crítico, mediante exposição sistemática das regras jurídicas, legislativas ou não, que se referem às imposições de natureza tributária. Especial destaque é conferido à colocação precisa do Direito Tributário dentro da generalidade das disciplinas jurídicas e à compreensão do Sistema Constitucional Tributário Nacional, do tributo e suas espécies mais significativas, da obrigação tributária e do crédito tributário.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. Direito Tributário. 1.1. Direito Tributário: o tributo como objeto do Direito Tributário. 1.2. O Direito Tributário como ramo do Direito Público e como direito obrigacional. 1.3. Relacionamento com as demais disciplinas jurídicas (direito da superposição). 1.4. Autonomia didática.
2. Fontes do Direito Tributário. 2.1. Fontes materiais e formais: distinção. 2.2. Fontes formais do Direito Tributário: normas principais e normas complementares. 2.3. A Constituição Federal.
3. Espécies tributárias. 3.1. Teoria dos tributos vinculados e não-vinculados. 3.2. As espécies tributárias: teorias bipartite, tripartite e quípartite. 3.3. O imposto: conceito e características genéricas. 3.4. A taxa: distinção entre taxa e preço público (tarifa). 3.5. A contribuição de melhoria. 3.6. O empréstimo compulsório. 3.7. As contribuições especiais ou parafiscais.
4. A repartição de competências tributárias: critérios, *bis in idem* e bitributação. 4.1. As limitações constitucionais ao Poder de Tributar: princípios constitucionais tributários positivos, imunidades e outras restrições. 4.2. Repartição de receitas tributárias: normas constitucionais.
5. Legislação Tributária. 5.1. Conceito. 5.2. Normas principais e complementares. 5.3. Vigência: efeitos, início da vigência, *vacatio legis* e extinção da vigência. 5.4. Aplicação da legislação tributária. 5.5. Irretroatividade: fatos geradores futuros e pendentes, a lei interpretativa e a aplicação retroativa de normas tributárias penais benéficas. 5.6. Ultratividade. 5.7. Interpretação e integração: conceitos, distinção e regras específicas do Código Tributário Nacional.
6. Obrigação Tributária. 6.1. Conceito. 6.2. Causa. 6.3. Espécies: principal e acessória. 6.4. Fonte da obrigação tributária. 6.5. Nascimento da obrigação tributária: hipótese de incidência e fato imponible. 6.6. Fato gerador: terminologia do Código Tributário Nacional e crítica. 6.7. Elementos ou aspectos do fato gerador. 6.8. Fato gerador instantâneo e complexo. 6.9. Fato gerador nos negócios condicionais. 6.10. Incidência e não-incidência.
7. Sujeitos da Obrigação Tributária. 7.1. Sujeito ativo. 7.2. Conceito: competência legislativa e competência arrecadatória. 7.3. O sujeito ativo e os desmembramentos territoriais. 7.4. Sujeito passivo. 7.5. Contribuinte. 7.6. Responsável: transferência e substituição tributária. 7.7. Solidariedade. 7.8. Responsabilidade tributária: por sucessão, de terceiros e por infrações. 7.9. Capacidade e domicílio tributários.
8. Crédito Tributário. 8.1. Natureza jurídica. 8.2. Constituição do crédito tributário. 8.3.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Tributário I**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24322-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

Lançamento: natureza jurídica. 8.4. Modalidades de lançamento: direto, por declaração e por homologação. 8.5. Efeitos do lançamento e revisão.

9. Suspensão da exigibilidade do crédito tributário: conceito, efeito, causas (moratória, depósito integral do respectivo montante, impugnações e recursos administrativos e liminares judiciais).

10. Extinção do crédito tributário: conceito, efeitos, hipóteses (pagamento, compensação, remissão, transação, decisões administrativas e judiciais, novação, dação em pagamento, adjudicação de bens penhorados, confusão, prescrição e decadência). Decadência e prescrição.

11. Pagamento indevido. Hipóteses. Direito à restituição: correção monetária e juros moratórios. Restituição de tributos que, por sua natureza comportam o repasse do ônus financeiro a terceiros. Exclusão do crédito tributário: terminologia do Código Tributário Nacional e crítica.

12. Competência exonerativa: Isenções homônimas, heterônimas e anistia. Efeitos.

13. Garantias, privilégios e preferências do crédito tributário. Conceito. Distinções. Fraude à execução e fraude contra credores. Preferências do crédito tributário. O crédito tributário na falência e na concordata.

14. Administração do crédito tributário. Conceito. Fiscalização: abrangência e limites. O sigilo fiscal. Dívida ativa: conceito, inscrição e certidão como título executivo extrajudicial. Certidões negativas de débito.

15. Processo Administrativo Tributário. Consulta. Impugnação. Manifestação de inconformidade. Recursos. Prazos. Arrolamento de bens.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva. 2006.
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva. 2007.
MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros. 2008.

COMPLEMENTAR

AVILA, Humberto Bergmann. Sistema Constitucional Tributário. São Paulo: Saraiva. 2004.
BECKER, Alfredo Augusto. Teoria Geral Direito Tributário. São Paulo: Lejus. 1998.
CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros. 2008.
CARVALHO, Paulo de Barros. Teoria da Norma Tributária. São Paulo: Max Limonad. 2002.
COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense. 2001.



Lucas A.

CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE DIREITO SOCIAL

DISCIPLINA: **Direito Processual do Trabalho I: Estágio Supervisionado (45h)**

CARGA HORÁRIA: **45 horas**

CODICRED: **24438-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudar a Jurisdição trabalhista. Organização judiciária e competência da justiça do trabalho. Conflitos do trabalho. Processo e procedimentos processuais. Processo de conhecimento dos dissídios individuais. Ingresso em juízo. Audiência. Sentença. Elaboração de peças processuais: petição inicial, defesa do demandado e sentença.

II. OBJETIVOS: Preparar o aluno para as lides trabalhistas, mediante o estudo da jurisdição e das relações jurídico-processuais trabalhistas. Exame dos diversos atos dos procedimentos judiciais desde o ajuizamento da ação, formulação da contestação, composição conciliatória da lide, audiência de instrução, até a prolação da sentença, com ênfase na avaliação dos meios de prova, das audiências e da coisa julgada.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Jurisdição trabalhista. Direito processual do trabalho.
2. Organização judiciária da justiça do trabalho. Os serviços auxiliares da justiça do trabalho.
3. Competência da justiça do trabalho e dos órgãos que a compõem. Nulidades no processo do trabalho.
4. Processo de conhecimento. Demandas individuais. Procedimentos processuais.
5. Ingresso em juízo. Petição Inicial. Defesa do demandado. Trabalhos práticos de elaboração de peças processuais – petição inicial e contestação.
6. Audiência de instrução. Atuação do juiz e das partes. Conciliação. Instrução, meios de prova e ônus da prova. Decisões Interlocutórias e sentença.

IV. BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

MARTINS, Sergio Pinto. *Direito Processual do Trabalho*. Editora Atlas. 2011.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. Editora Atlas. 2011.

SCHIAVI, Mauro. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. Editora LTR. 2011

COMPLEMENTAR

GIGLIO, Wagner D. *Direito Processual do Trabalho*. Editora LTr. 2009.

OLIVEIRA, Francisco Antonio. *Manual de Processo do Trabalho*. Editora LTr. 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro do. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. Editora Saraiva. 2009.

ALMEIDA, André Luiz Paes e Leone Pereira. *Coleção Elementos do Direito – vol. 17 – Processo do Trabalho*. Editora Revista dos Tribunais. 2010.

GÓES, Maurício de Carvalho e HAINZEREDER JR, Eugênio. *Manual de Prática Trabalhista*. Editora Verbo Jurídico. 2011.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de Direito do Trabalho*. São Paulo: LTR, 2008.

CURSO: DIREITO**NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA****DISCIPLINA: Prática de Processo Penal II: Estágio Supervisionado (45h)****CARGA HORÁRIA: 45 horas****CODICRED: 24780-02****VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Breve revisão das noções e fundamentos do processo penal. A problemática política do processo penal no limiar de um novo milênio (efetividade e garantismo). Dos recursos: *ex officio*, apelação, recurso em sentido estrito, carta testemunhável, embargos declaratórios, embargos infringentes e de nulidade. Dos recursos constitucionais. Ações autônomas de impugnação: *habeas corpus* (prisão e liberdade), revisão criminal e mandado de segurança em matéria criminal. Execução penal (função dos sujeitos, principais peças, recurso de agravo em execução penal, progressão de regime e livramento condicional). Assistência de audiências e demais atos processuais.

II. OBJETIVOS: A disciplina tem como objetivo preparar o aluno para a atividade profissional, bem como para a elaboração de peças processuais. Apresentar-lhe a essência do Direito Processual Penal por intermédio de uma tipologia de aula dialogada, democrática e prática, para que o acadêmico domine a persecução penal. Sendo disciplina de natureza instrumental que visa fazer do acadêmico um hábil conhecedor do processo penal, cumpre direcionar o estudo, ao lado das lições teóricas e do manejo fácil da codificação, para o verdadeiro raciocínio jurídico. Em atenção ao critério da atualidade, a disciplina contará com a análise crítica da moderna jurisprudência.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Dos recursos: *ex officio*, apelação, recurso em sentido estrito, protesto por novo júri, carta testemunhável, embargos declaratórios, embargos infringentes e de nulidade. Dos recursos constitucionais.
2. Ações autônomas de impugnação: *habeas corpus* (prisão e liberdade), revisão criminal e mandado de segurança em matéria criminal.
3. Execução penal (função dos sujeitos, principais peças, recurso de agravo em execução penal, progressão de regime e livramento condicional).

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

LOPES JUNIOR, Aury. Direito Processual Penal e sua Conformidade Constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. V. 2.

CHOUKR, Fauzi. Código de Processo Penal: Comentários Consolidados e Crítica Jurisprudencial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

TOURINHO FILHO. Fernando da Costa. Prática de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMPLEMENTAR

NORONHA, Edgar Magalhães Curso de Direito Processual Penal. 10. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

GIACOMOLLI, Nereu. Reformas (?) do Processo Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Processo Penal e Execução Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

SCARANSE FERNANDES, Antônio. Processo Penal Constitucional. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA
DISCIPLINA: **Prática de Processo Civil I: Estágio Supervisionado (45h)**
CARGA HORÁRIA: **45 horas**
CODICRED: **24781-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Compreende a efetivação do processo, sob o ponto de vista formal, proporcionando ao aluno experiência prática com a rotina forense, desde a petição inicial até a sentença, incluindo trabalhos com processos simulados.

II. OBJETIVOS: Propiciar aos alunos atividades práticas envolvendo todos os atos processuais desde o ajuizamento até final instrução e sentença.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. Procedimento ordinário e sumário: dinâmica.
2. Petição Inicial.
3. Formas de citação.
4. Resposta do réu: exceção, contestação e reconvenção. Impugnação ao valor dado à causa. Impugnação ao benefício da assistência judiciária gratuita.
5. Declaratória incidental.
6. Litisconsórcio.
7. Intervenção de terceiros: assistência, oposição, nomeação à autoria, denunciação da lide, chamamento ao processo.
8. Memoriais.
9. Despacho, decisão e sentença.
10. Juizados Especiais Cíveis - Lei 9.099 de 26-9-1995. Dinâmica.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

MARINONI, Luiz Guilherme. *Manual do Processo de Conhecimento (atual - processo de conhecimento)*. Revista dos Tribunais, 2006.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

THEODORO JR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

COMPLEMENTAR

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008. V. IV.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

MITIDIERO, Daniel Francisco. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Memória Jurídica, 2005.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio C. *Processo de Conhecimento*. São Paulo: RT, 2007. V. 2.

SANTOS, Moacyr Amaral dos. *Prova Judiciária no Cível e no Comercial*. São Paulo: M. Limonad, 1983.



Lucas A.



CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE DIREITO PRIVADO

DISCIPLINA: **Ações e Procedimentos Especiais: Pesquisa e Prática (55h)**

CARGA HORÁRIA: **55 horas**

CODICRED: **242AB-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Em detrimento de compreendermos normativamente a legislação como forma genuína de direito e a autoridade que a lei reivindica e as exigências que faz aos personagens do sistema jurídico, a disciplina de Procedimentos Especiais tem por fim, estudar o conjunto de ações existentes no Direito Processual Civil com relação as ações que, também são recepcionadas com a legislação própria diferente da Lei 5869/73, tendo por base os ritos observados na sistemática processual, com relação aos procedimentos especiais. Trata-se de uma disciplina que visa analisar, interpretar e pesquisar a utilização das ações que constam no Livro IV, Título I e II, do Código de Processo Civil, bem como o estudo aprofundado das fases do processo civil, procedimentos e eficácias.

II. OBJETIVOS: Instrumentar o aluno para o manejo dos meios jurídicos, buscando a investigação entre os limites do Direito Processual Civil referente aos Processos de Conhecimento, de Execução, Cautelares e Procedimentos Especiais como união científica a Legislação Extravagante, sobre o direito que tutela as relações de Procedimento Especial no Código de Processo Civil, preocupando-se com que o aluno venha a construir o raciocínio de não pensar o direito material divorciado do processual, com vistas a prepará-lo para o enfrentamento das questões que a atividade profissional sujeitará a ele. Além das aulas expositivas haverá procedimentos extraclasses vinculados a experiências e conhecimentos jurídicos visando proporcionar aos alunos a oportunidade de vivenciar a prática forense.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade 1: 1. Jurisdição Contenciosa e Voluntária. 1.1 Conceito.

Unidade 2: 1. Jurisdição Voluntária. 1.1 Tutela. 1.2. Curatela. 1.3. Arrolamento. 1.4. Intervenção.

Unidade 3: 1. Ações Possessórias.

Unidade 4: 1. Ações de Despejo. 1.1. Locações. 1.2. Consignação. 1.3. Ação de Depósito. 1.3.1. Prestação de Contas.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

BUENO, Cássio Scarpineila. Curso sistematizado de direito processual civil. São Paulo, Saraiva, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de. Procedimentos Especiais Cíveis: Legislação Extravagante. São Paulo, Saraiva. 2003.

FURTADO, Adroaldo Fabricio. Comentários ao Código de Processo Civil. Vol. VIII. Ed. Forense, 2008.

COMPLEMENTAR

DIDIER JR., Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 14ª ed. Saraiva, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de. Procedimentos Especiais Cíveis: Legislação Extravagante. São Paulo, Saraiva. 2003.

MARCATO, Antonio Carloes. Procedimentos Especiais. Ed. Atlas, 2005.

SOUZA, Sylvio Caparema de. A lei do Inquilinato Comentada. Ed. GZ. 2009.

ZAWASCKI, Theori Albino. Processo Coletivo. Ed. RT. 2011.



Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Tributário II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24323-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Disciplina didaticamente autônoma do Direito Público que estuda as relações jurídicas existentes entre os entes dotados de competência impositiva e/ou administrativa-arrecadatória e aqueles que são compelidos às prestações, positivas ou negativas, relativas à exigência, fiscalização e arrecadação dos tributos.

II. OBJETIVOS: O objetivo da disciplina é prover o aluno dos conhecimentos necessários à correta análise e identificação do fenômeno tributário, de modo crítico, mediante exposição sistemática das regras jurídicas, legislativas ou não, que se referem às Imposições de natureza tributária. Especial destaque é conferido à colocação precisa do Direito Tributário dentro da generalidade das disciplinas jurídicas e à compreensão do Sistema Constitucional Tributário Nacional, do tributo e suas espécies mais significativas, da obrigação tributária e do crédito tributário.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Impostos sobre a circulação de bens e consumo. 1.1. Imposto sobre operações de circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. 1.2. Aspectos constitucionais: âmbito de incidência e fato gerador. 1.3. Princípios da não-cumulatividade e seletividade. 1.4. Base de cálculo, alíquota, contribuintes e lançamento. 1.5. Imposto sobre produtos Industrializados. 1.6. Aspectos constitucionais: industrialização e circulação de produtos Industrializados. 1.7. Princípios da não-cumulatividade e seletividade. 1.8. Base de cálculo e contribuintes. 1.9. Classificação de produtos. 1.10. Imposto sobre a prestação de serviços de qualquer natureza. 1.11. Aspectos constitucionais: âmbito de incidência e a definição de serviços tributáveis por Lei Complementar. 1.12. Fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuintes e lançamento. 1.13. Critérios de repartição de competências para instituição e exigência dos impostos sobre circulação de bens e consumo. 1.14. Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro: fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuinte, lançamento e função.

2. Imposto sobre o patrimônio. 2.1. Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana: aspectos constitucionais: âmbito e incidência, progressividade fiscal e extrafiscal e gradualidade. 2.2. Fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuintes e lançamento. 2.3. Imposto sobre a propriedade territorial rural: aspectos constitucionais: âmbito de incidência. 2.4. Fato gerador, base de cálculo e contribuintes. 2.5. Imposto sobre a propriedade de veículos automotores. 2.6. Aspectos constitucionais: âmbito de incidência e a questão da Lei Complementar. 2.7. Fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuintes e lançamento. 2.8. Imposto sobre a transmissão, por ato oneroso "*inter vivos*", de bens imóveis e direitos reais a eles relativos, exceto os de garantia: aspectos constitucionais, fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuintes e lançamento. 2.9. Imposto sobre a transmissão de bens a título gratuito ou "*causa mortis*": aspectos constitucionais, fato gerador, base de cálculo, alíquota, contribuintes e lançamento.

3. Imposto sobre a renda e proventos. 3.1. Aspectos constitucionais: âmbito de incidência e progressividade. 3.2. Fato gerador: tributação das pessoas físicas e jurídicas: distinções e conceitos básicos, alíquotas, contribuintes e lançamento. 3.3. Arrecadação nas fontes: conceito e formas. 3.4. Imposto sobre grandes fortunas.

4. Impostos sobre o comércio exterior. 4.1. Imposto de importação: aspectos constitucionais, fato gerador, base de cálculo, contribuinte, zonas e lançamento. 4.2. Imposto de exportação: aspectos constitucionais, fato gerador, base de cálculo, contribuintes, lançamento e função.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Tributário II**
CARGA HORÁRIA: **60 horas**
CODICRED: **24323-04**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

5. Contribuições especiais: noções gerais. 5.1. Contribuições de intervenção no domínio econômico. 5.2. Contribuições de interesse de categorias profissionais e econômicas: contribuição sindical, OAB. 5.3. Contribuição para o custeio da seguridade social: CSLL, PIS/PASEP, COFINS. 5.4. CPMF. 5.5. Contribuição para custeio de iluminação pública.

6. Ilícito tributário. 8.1 Classificação das infrações fiscais. 8.2. Tipos de sanções fiscais: sanções compensatórias (juros de mora, correção monetária e multa de mora) e sanções punitivas.

IV. BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

PAULSEN, Leandro; SOARES DE MELO, Jose Eduardo. Impostos: Federais, Estaduais e Municipais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006.

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Malheiros, 2008.

COMPLEMENTAR

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de Incidência Tributária. São Paulo: Malheiros, 2006.

FERREIRA NETO, Arthur Maria. Natureza Jurídica das Contribuições na Constituição de 1988. São Paulo: MP, 2006.

CALIENDO, Paulo. Direito Tributário: Três Modos De Pensar A Tributação, Elementos Para Uma Teoria Sistemática Do Direito Tributário. 2009, Livraria do Advogado.

CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva, 2007.

ÁVILA, Humberto Bergman. Sistema Tributário Nacional. São Paulo: Saraiva, 1998.

CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros, 2008.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Ambiental: Pesquisa e Prática (55h)**
CARGA HORÁRIA: **55 horas**
CODICRED: **24373-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Ênfase na proteção do meio ambiente e nos princípios fundamentais do Direito Ambiental. Principal legislação brasileira aplicável. Meios jurídicos de proteção ambiental. Aspectos jurídicos da proteção ao meio ambiente na esfera nacional.

II. OBJETIVOS: A disciplina visa propiciar ao aluno conhecimentos básicos sobre os meios jurídicos aplicáveis à proteção ambiental, com destaque especial ao dano ambiental e a consequente responsabilidade administrativa, civil, bem como à caracterização dos crimes ambientais e sua punição.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Crise da Ciência:

- 1.1. A mudança do paradigma científico;
- 1.2. A importância da transdisciplinaridade;
- 1.3. As implicações da sociedade de risco;
- 1.4. O direito ambiental no contexto da crise.

2. A fundamentação do Direito Ambiental:

- 2.1. Conceito;
- 2.2. Fontes;
- 2.3. Princípios basilares;
- 2.4. A proteção constitucional: bem jurídico fundamental.

3. Evolução histórica da legislação brasileira em matéria ambiental:

- 3.1. Breve histórico;
- 3.2. Lei da Política Nacional do Meio Ambiente;
- 3.3. Lei da Ação Civil Pública;
- 3.4. Constituição Federal de 1988;
- 3.5. Aspectos de Direito Urbanístico;
- 3.6. Código Civil.

4. Repartição constitucional das competências em matéria ambiental:

- 4.1. Competência material;
 - 4.1.1. Exclusiva;
 - 4.2.2. Competência material comum.
- 4.2. Competência legislativa;
 - 4.2.1. Exclusiva;
 - 4.2.2. Competência legislativa concorrente.
- 4.3. Conflito de competência.

5. A tutela preventiva do meio ambiente:

- 5.1. A política nacional do meio ambiente;
 - 5.1.1. Principais órgãos criados pela Lei 6938/81.
- 5.2. Instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente;
 - 5.2.1. Licenciamento Ambiental;
 - 5.2.2. Estudo de Impacto Ambiental;
 - 5.2.3. Zoneamento Ambiental.

6. Responsabilidade acerca dos danos ambientais:



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Ambiental: Pesquisa e Prática (55h)**
CARGA HORÁRIA: **55 horas**
CODICRED: **24373-02**

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

- 6.1. Âmbito civil;
- 6.2. Âmbito administrativo;
- 6.3. Âmbito penal.

- 7. Aspectos processuais da proteção ambiental;
 - 7.1. Ação Civil Pública;
 - 7.1.1. Inquérito Civil;
 - 7.1.2. Compromisso de Ajustamento de conduta.
- 7.2. Breve análise das ações constitucionais para a proteção ambiental.

IV. BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

ANTUNES, Paulo Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lúmen Iuris.
MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2000.
MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

COMPLEMENTAR

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. Meio Ambiente: direito e dever fundamental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de; ROCHA, Marcelo Hugo da. Como se preparar para o Exame da OAB. Vol. 11. São Paulo: Método, 2011.
FIORILLO, Celso A. P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva.
FREITAS, Vladimir Passos de. Crimes contra a Natureza. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
LEITE, José Rubens Morato. Dano Ambiental: patrimonial e extrapatrimonial. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
SEGUIN, Éilda. O Direito Ambiental: nossa casa planetária. Rio de Janeiro: Forense.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: Direito Internacional Privado
CARGA HORÁRIA: 30 horas
CODICRED: 24374-02

VIGÊNCIA: A PARTIR DE 2010

I. EMENTA: Análise sistemática da normatividade internacional em conexão espacial privada. Estudo do conflito de leis no espaço e suas consequências. Aplicação do direito estrangeiro. A instrumentalização do processo internacional. Análise de aspectos especiais vinculados ao estatuto pessoal da pessoa física, direito de família, direito das coisas, direito das obrigações, direito das sucessões, estatuto pessoal da pessoa jurídica de direito privado e atos jurídicos em geral. Os vínculos de cooperação judiciária interjurisdicional.

II. OBJETIVOS: Oferecer noções gerais sobre a matéria, tornando o estudante capaz de perceber o conteúdo desse ramo do Direito. Nesse sentido, os pontos do programa foram dispostos de modo a possibilitar a compreensão do tratamento jurídico dos fatos jusprivatistas internacionais, além de proporcionar ao aluno uma visão geral sobre os conteúdos próprios da parte geral e especial de Direito Internacional Privado, fornecendo-lhe base segura para que possa identificar e resolver os problemas jurídicos privados de repercussão internacional.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

TÍTULO I – PARTE GERAL

Capítulo I – NOÇÕES GERAIS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1. Conceito e objeto de Direito Internacional Privado;
2. Síntese histórica de Direito Internacional Privado;
3. Relações do Direito Internacional Privado com as demais disciplinas jurídicas;
4. Análise Econômica do Direito Internacional Privado.

Capítulo II – JURISDIÇÃO INTERNACIONAL

1. Jurisdição e competência;
2. Jurisdição concorrente e exclusiva. Ausência de jurisdição;
3. Litispendência internacional. A doutrina do *antisuit injunction*;
4. Cláusula de eleição do foro. Protocolo de Buenos Aires;
5. Estado estrangeiro como parte processual. Imunidade;
6. Arbitragem internacional e arbitragem no MERCOSUL;
7. A Convocação de Haia de 2005;
8. A competência no direito comparado (EUA e EU);
9. A doutrina no *forum non conveniens*.

Capítulo III – O CONFLITO DE LEIS

1. A doutrina de Savigny;
2. Método e estrutura das normas em conflito;
3. Elementos de conexão;
4. Qualificação;
5. Prova do direito estrangeiro;
6. Aplicação do direito estrangeiro;
7. Reenvio.

Capítulo IV – COOPERAÇÃO INTERJURISDICIONAL

1. Carta Rogatória ativa e passiva;
2. Homologação da sentença estrangeira;
3. Protocolo de Las Leñas no MERCOSUL;
4. Protocolo de Medidas Cautelares no MERCOSUL;
5. Convenções Internacionais (Convenção de Haia e CIDIP).

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO PÚBLICO
DISCIPLINA: **Direito Internacional Privado**
CARGA HORÁRIA: **30 horas**
CODICRED: **24374-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

TÍTULO II – PARTE ESPECIAL

Capítulo I – ESTATUTO PESSOAL:

1. Estatuto da pessoa física. O critério do domicílio;
2. Nacionalidade e condição jurídica do estrangeiro;
3. Família e Sucessões (casamento, regime de bens, divórcio, sucessão e testamento);
4. Bens móveis e imóveis (lei aplicável e garantias patrimoniais);
5. Relações trabalhistas (lei aplicável e limites de aplicação do direito estrangeiro);
6. Estatuto pessoal da pessoa jurídica (lei de constituição, filial e subsidiária).

Capítulo II – OBRIGAÇÕES EXTRA CONTRATUAIS E CONTRATUAIS:

1. Contratos Internacionais. Cláusulas Gerais;
2. Cláusulas Específicas (INCOTERMS, Transporte, Seguro, Hardship e Pagamento);
3. O contrato de internacional na esfera do comércio exterior. A lex mercatória.

Capítulo III – A ARBITRAGEM:

1. A solução judicial;
2. A solução arbitral (cláusula arbitral e compromisso arbitral).

IV. BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

AMORIM, Edgar Carlos de. *Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira*. Ed. Renovar.

ARAÚJO, Nádia de. *Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira*. Renovar.

RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito Internacional Privado*. Rio de Janeiro: Saraiva, 2003.

COMPLEMENTAR

CASTRO, Amílcar de. *Direito Internacional Privado*. Forense.

DOLINGER, Jacob. *Direito Internacional Privado: teoria e prática*. São Paulo: Renovar.

JAEGER, Guilherme Pederneiras. *Lei aplicável aos contratos internacionais*. Juruá.

STRENGER, Irineu. *Direito Internacional Privado*. RT.

DINIZ, Maria Helena. *Lei de Introdução ao Código Civil Comentada*. São Paulo: Saraiva, 2005.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.

CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO SOCIAL
DISCIPLINA: **Direito Previdenciário**
CARGA HORÁRIA: **30 horas**
CODICRED: **24439-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudar o sistema da seguridade social em especial o regime geral da previdência social brasileira e análise do custeio da seguridade social.

II. OBJETIVOS: Preparar o aluno para conhecer o sistema da seguridade social brasileira.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Seguridade Social: Saúde, Assistência Social e Previdência Social.

2. Rápidas considerações sobre a história da Seguridade Social: Histórico mundial e no Brasil.

3. Seguridade social na Constituição Federal – Objetivos, Organização e Princípios Constitucionais.

4. Legislação Previdenciária

4.1. Definição

4.2. Autonomia

4.3. Fontes e hierarquia da legislação previdenciária

4.4. Interpretação, aplicação, integração e vigência da Legislação Previdenciária.

5. Regimes de Previdência social – distinções

5.1. Regime Geral de Previdência Social – RGPS

5.2. Regimes próprios de Previdência Social

5.3. Regimes de previdência complementar

6. Regime Geral de Previdência Social

6.1. Definições: Condição de segurado (Filiação e Inscrição; Manutenção e perda da qualidade de segurado); Carência; Salário contribuição; Salário Benefício; Renda Mensal inicial e Fator previdenciário.

6.2. Beneficiários da Previdência Social (urbano e rural): Segurado obrigatório (espécies); Segurado facultativo e dependentes (conceito e Perda da condição de dependente)

6.3. Benefícios em espécies

6.3.1. Aposentadorias: (Especial: Por idade; por invalidez; por tempo de contribuição e desaposentação);

6.3.2. Auxílios: acidente (acidente do trabalho e doença profissional ou do trabalho); doença e reclusão;

6.3.3. Pensão por Morte;

6.3.4. Salário-Família;

6.3.5. Salário-Maternidade;

6.3.6. Abono anual.

7. Acumulação de Benefícios: Conceito e Possibilidade de cumulação

8. Competência para processamento das ações previdenciárias

9. Custeio: Financiamento da seguridade social.

9.1. Natureza jurídica das contribuições sociais

9.2. Receitas da União.

9.3. Receitas das contribuições sociais: dos segurados, das empresas, do empregador doméstico, do produtor rural, do clube de futebol profissional, sobre a receita de



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO SOCIAL
DISCIPLINA: **Direito Previdenciário**
CARGA HORÁRIA: **30 horas**
CODICRED: **24439-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

concursos de prognósticos, receitas de outras fontes.

9.3.1. Salário de contribuição: (Conceito; Parcelas integrantes e parcelas não-integrantes e proporcionalidade.

10. Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – LOAS ao idoso e à pessoa com deficiência.

11. Crimes Previdenciários: Estudo da Jurisprudência.

IV. BIBLIOGRAFIAS:

BÁSICA

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de Direito Previdenciário. Rio de Janeiro: Impetus.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de Direito Previdenciário. São Paulo: Ltr.

MARTINS, Sergio Pinto. Direito da Seguridade Social. São Paulo: Atlas.

COMPLEMENTAR

BALTAZAR JR, José Paulo; ROCHA, Daniel Machado. Comentários a Lei Básica da Previdência Social - Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 atualizada até a Lei Complementar nº 128/08. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

PAULSEN, Leandro. Contribuições e Custeio da Seguridade Social. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

TSUTIYA, Augusto Massayuki. Curso de Direito da Seguridade Social. São Paulo: Saraiva.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.



CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE DIREITO SOCIAL

DISCIPLINA: **Direito Processual do Trabalho II: Estágio Supervisionado (45h)**

CARGA HORÁRIA: **45 horas**

CODICRED: **24440-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudar o sistema recursal no processo de conhecimento. Recursos de grau ordinário e extraordinário de jurisdição. Execução trabalhista.

II. OBJETIVOS: Preparar o aluno para a fase recursal do processo de conhecimento e da execução trabalhista e seus recursos.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. O Sistema recursal trabalhista: características e pressupostos.

2. Recursos em espécie: Embargos declaratórios. Recurso Ordinário. Recurso de revista. Recurso de embargos. Recurso extraordinário. Agravo de Instrumento. Agravo regimental. Recurso adesivo. Execução: Introdução, fundamentos, processamento e modalidades. Liquidação: modalidades e sentença. Citação, penhora e avaliação. Garantia do juízo. Embargos e impugnação à execução. Sentença. Recursos no processo de execução. Alienação judicial dos bens penhorados e pagamento do crédito. Remição e Adjudicação.

IV. BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

GIGLIO, Wagner D. *Direito Processual do Trabalho*. Editora LTr.2007.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito Processual do Trabalho*. Editora LTr.2008.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. Editora Saraiva.2009.

COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Ísis de. *Manual de Direito Processual do Trabalho*. Ed. LTr.2002.

COSTA, Coqueijo. *Direito Processual do Trabalho*. Ed. Forense, 1996.

PEIXOTO, Bolívar Viégas. *Iniciação ao Processo Individual do Trabalho*. Ed. Forense, 2004.

PINTO, José Augusto Rodrigues. *Execução Trabalhista: estática, dinâmica, prática*. São Paulo, LTR, 2004.

TOSTES MALTA, Christóvão Piragibe. *Prática de Processo Trabalhista*. São Paulo: LTR, 2008.



ESCOLA DE
DIREITO

Lucas A.



CURSO: DIREITO
NÚCLEO DE DIREITO SOCIAL
DISCIPLINA: **Direito Coletivo do Trabalho**
CARGA HORÁRIA: **30 horas**
CODICRED: **24441-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Estudar o Direito Coletivo e relações coletivas de trabalho. Organização e atuação sindical. Conteúdo dos interesses coletivos do trabalho. Liberdade Sindical. Conflitos Coletivos de Trabalho e suas formas de solução; negociação coletiva de trabalho, dissídio coletivo, arbitragem e greve.

II. OBJETIVOS: Proporcionar aos alunos um conhecimento teórico básico sobre as relações coletivas de trabalho, a organização sindical, a dinâmica do sindicato, a negociação coletiva e os conflitos coletivos do trabalho, objetivando o entendimento e a capacitação para a atuação profissional na área do Direito Coletivo do Trabalho, bem como o conhecimento sobre o processo de dissídio coletivo.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução ao Direito Coletivo do Trabalho e às relações coletivas de trabalho.
2. Breve histórico do sindicalismo: outros países e Brasil.
3. Conceito e Natureza Jurídica de Sindicato.
4. Funções do Sindicato.
5. O sindicalismo e a Organização Internacional do Trabalho.
6. Liberdade Sindical.
7. Organização Sindical brasileira: estrutura, atividades, prerrogativas, garantias e receitas.
8. Conflitos Coletivos de Trabalho e suas formas de solução.
9. Negociação Coletiva de Trabalho: Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.
10. Mediação e Arbitragem.
11. Dissídio Coletivo.
12. Greve e Lockout.

IV. BIBLIOGRAFIA:

BÁSICA

AROUCA, José Carlos. *Curso Básico de Direito Sindical*. São Paulo: LTR, 2006.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Compêndio de Direito Sindical*. São Paulo: LTR, 2006.
RUSSOMANO, Mozart Victor. *Princípios Gerais de Direito Sindical*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

COMPLEMENTAR

CHIARELLI, Carlos Alberto Gomes. *O Trabalho e o Sindicato: evolução e desafios*. São Paulo: LTR, 2005.
LAIMER, Adriano Guedes. *O novo papel dos sindicatos*. São Paulo: LTR, 2003.
STÖRMER, Gilberto. *A liberdade sindical na Constituição da república Federativa do Brasil de 1988 e sua relação com a Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
DELGADO, Maurício Godinho. *Direito Coletivo do Trabalho*. São Paulo: LTR, 2001.
MARTINS, Sérgio Pinto. *Legislação Sindical*.
MANSUETI, Hugo Roberto. *Direito Sindical no MERCOSUL*. São Paulo: LTR, 2004.



Lucas A.



CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

DISCIPLINA: **Prática de Processo Civil II: Estágio Supervisionado (45h)**

CARGA HORÁRIA: **45 horas**

CODICRED: **24782-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Continuidade das atividades práticas analisadas na Prática de Processo Civil I (efetivação do processo, sob o ponto de vista formal, estabelecendo ao aluno a prática e a rotina forense, desde a petição inicial até a sentença, incluindo trabalhos com processos simulados) agora no plano dos recursos.

II. OBJETIVOS: Atividades práticas relativas a procedimentos especiais, cautelares e execução, com ênfase no andamento dos feitos em grau de recurso.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. Procedimentos especiais. Exposição e análise dos procedimentos especiais.
2. Processo cautelar. 2.1. Procedimentos. 2.2. Decisão liminar. 2.3. Sentença e seus efeitos.
3. Processo de execução. 3.1. Procedimentos. 3.2. Tipos de execução. 3.2.1. Execução por quantia certa contra devedor solvente. 3.2.2. Execução para entrega de coisa certa. 3.2.3. Execução para entrega de coisa incerta. 3.2.4. Execução de obrigação de fazer. 3.3. Embargos do devedor nas modalidades de execução. 3.4. Embargos de terceiro prejudicado.
4. Recursos. 4.1. Espécies. 4.2. Prazos e procedimentos. 4.3. Recurso adesivo. 4.4. Recurso especial e extraordinário.
5. Acórdão. 5.1. Conteúdo e requisitos. 5.2. Embargos declaratórios.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- MARINONI, Luiz Guilherme. *Manual do Processo de Conhecimento*. Revista dos Tribunais, 2006.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. *O Novo Processo Civil Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense, 2008.
- THEODORO JR, Humberto. *Curso de Direito Processual Civil*. 44. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

COMPLEMENTAR

- ASSIS, Araken de. *Manual dos Recursos*. RT, 2007.
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Comentários ao Código de Processo Civil: Lei 5.869 de 11 de janeiro de 1973*. 12. ed. Forense, 2005.
- NERY JÚNIOR, Nelson. *Teoria Geral dos Recursos*. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- PORTO, Sérgio Gilberto. *Manual dos recursos Cíveis: Atualizado com as Reformas de 2006 e 2007*. 2. ed. Livraria do advogado, 2008.
- WAMBIER, Teresa Arruda Alvim e MEDINA, José Miguel. *Recursos e Ações Autônomas de Impugnação*. RT.



Lucas A.



CURSO: DIREITO

NÚCLEO DE PRÁTICA JURÍDICA

DISCIPLINA: **Prática Fiscal: Estágio Supervisionado (45h)**

CARGA HORÁRIA: **45 horas**

CODICRED: **24783-02**

VIGÊNCIA: **A PARTIR DE 2010**

I. EMENTA: Atividade eminentemente prática do operador do Direito Tributário a partir do momento em que houver pretensão resistida por um dos sujeitos da relação jurídica tributária. Compreende a efetivação do processo, sob o ponto de vista formal, destacando os requisitos específicos das ações fiscais, com exposição e orientação ao aluno, e execução por este, desde a preparação da petição inicial até a sentença, incluindo trabalhos com processos simulados ou concretos.

II. OBJETIVOS: Ensejar atividades eminentemente práticas no âmbito tributário, com concentração no processo administrativo fiscal.

III. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Objetivos da disciplina, método e bibliografia. Revisão sumária dos pré-requisitos para a disciplina: 1.1. Processo e procedimento. 1.2. Relação jurídico-processual. 1.3. Jurisdição e competência. 1.4. Princípios capitais: princípio da segurança jurídica, princípio da tutela jurisdicional e princípio republicano da generalidade e igualdade da tributação.
2. Órgãos competentes, administrativos e judiciais, para o julgamento de matéria fiscal.
3. Constituição do crédito tributário: lançamento e processo administrativo fiscal. Sua natureza jurídica, características gerais e finalidades. Formação do título executivo do crédito tributário. Características específicas do processo administrativo federal, estadual, municipal, previdenciário e autárquico.
4. Meios legais e ilegais de compulsão fiscal. 4.1. Certidão negativa. 4.2. Apreensão de mercadorias. 4.3. Depósito antecipado. 4.4. Redução de multa por desistência no exercício de direito. 4.5. Exame dos meios que estiverem sendo utilizados contemporaneamente ao curso.
5. Ação de execução fiscal: regras próprias e regras de execução comum.
6. Embargos do devedor à execução fiscal: regras próprias e regras da execução comum. Exceções, provas. A exceção de pré-executividade.
7. Embargos de terceiro à execução fiscal.
8. Ação de mandado de segurança em ato coator fiscal.
9. Ação declaratória em pretensão fiscal.
10. Ação anulatória de débito fiscal.
11. Ação de repetição de indébito fiscal.
12. Ação de consignação em pagamento: o depósito do tributo do art. 151, II, do CTN.

IV. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA

- AMARO, Luciano. *Direito tributário Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2006.
ASSIS, Araken de. *Manual de processo de execução*. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2005.
CASSONE, Vittorio; CASSONE, Maria Eugênia T.. *Processo Tributário: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2006.

COMPLEMENTAR

- BALEEIRO, Aliomar. *Direito tributário Brasileiro*. Ed. atualizada por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
BECKER, Alfredo Augusto. *Teoria geral do direito tributário*. São Paulo: Lejus, 1998.
CAIS, Cleide Previtali. *O Processo Tributário*. 3. ed. revista e atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
LOPES, Mauro Luís Rocha. *Processo judicial Tributário. Execução Fiscal e Ações Tributárias*. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2003.
MACHADO. Hugo de Brito. *Curso de Direito Tributário*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.



Leandro A.

